

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

Polop: Imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)

Amarildo Aparecido Vieira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título.
Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kocher

Niterói
2015

Amarildo Aparecido Vieira

Polop: Imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kocher

Niterói
2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

V658 Vieira, Amarildo Aparecido.
Polop: imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980) / Amarildo Aparecido Vieira. – 2015.
195 f.
Orientador: Bernardo Kocher.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.
Bibliografia: 177-192.

1. Trabalhador; atividade política. 2. Imperialismo. 3. Capitalismo. 4. Marxismo. 5. Socialismo. I. Kocher, Bernardo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 322.2

Folha de Aprovação

Polop: Imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)

Amarildo Aparecido Vieira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de mestre.
Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kocher

Banca examinadora

Profa. Dra. Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes

Prof. Dr. Eduardo Navarro Stotz

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

Niterói
2015

Agradecimentos

Devo agradecer inicialmente ao meu orientador, Professor Dr. Bernardo Kocher, pelas valiosas observações e por ter aguardado com muita paciência para que esse trabalho de dissertação se concluísse. Aos membros da banca de qualificação Professor Dr. Eduardo Stotz e Professora Dra. Virgínia Fontes, pelas sugestões feitas que foram incorporadas nesta dissertação. Um especial agradecimento ao Professor Eduardo pela generosidade, pela leitura atenciosa e pelas sugestões extremamente proveitosas.

Ao *CEDEM* –Centro de Documentação e Memória da *UNESP* e ao *CVM* – Centro de Estudos Victor Meyer propiciaram o acesso aos documentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Quero agradecer a todos os meus Professores do curso de Pós-Graduação, que se dispuseram a discutir, durante as aulas, os problemas pertinentes ao tema pesquisado. À direção do programa, por ter compreendido as razões que me levaram a solicitar um prazo maior para a entrega da dissertação. A todos os funcionários da Secretaria e da Biblioteca pela atenção dispensada as minhas solicitações.

Ao meu pai Expedito Vieira e à minha mãe Maria Raimunda Vieira pelo estímulo, desde criança, para que eu me dedicasse aos estudos; ao meu irmão Mauro Lucio Vieira que me ensinou a indignar-me contra a barbárie em que vivemos e à minha irmã Sonia Regina Vieira companheira de todas as horas.

Aos amigos que, de forma direta ou indireta, me apoiaram, sobretudo quando fiquei doente e impossibilitado de me locomover e de estudar, para que eu não desistisse, apesar desta e outras dificuldades enfrentadas no transcorrer desta empreitada. Não citarei os nomes, pois não seria justo caso me esquecesse de alguém. Mas por tudo que representam na minha vida agradeço imensamente.

Resumo

Este trabalho de dissertação teve como objetivo estudar a atualidade da teoria do imperialismo. Tomamos como ponto de partida as teses de Lênin expressas na obra: *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Posteriormente, desenvolvemos a análise à luz das contribuições do filósofo e dirigente comunista da Oposição ao Partido Comunista Alemão, August Thalheimer, presentes na tradição teórica da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária -ORM–POLOP, ou simplesmente PO, pertinentes ao período de 1961 a 1980.

Nesse sentido, examinamos a atualização da teoria do imperialismo de Lênin pela PO bem como a incorporação da tese da cooperação antagônica, identificada por Thalheimer, como novidade do imperialismo a partir do desfecho da Segunda Guerra Mundial.

Por essa trilha visamos compreender a apropriação feita pela PO do marxismo-leninismo e sua concepção acerca das particularidades do capitalismo dependente brasileiro, além de colocar em tela suas propostas para a revolução socialista no país. Nesse contexto, investigamos as influências da tese da cooperação antagônica de Thalheimer sobre a teoria do subimperialismo de Ruy Mauro Marini, bem como a viabilidade de sua teoria para a compreensão da vigorosa expansão do capitalismo brasileiro impulsionada pela ditadura militar.

Finalmente, fizemos uma breve análise da trajetória política e das principais considerações teóricas da PO, visando identificar o seu legado que consiste em importante esteio teórico para a compreensão e transformação da realidade presente.

Palavras-chave: Política Operária, Imperialismo, Revolução, Capitalismo Dependente, Cooperação Antagônica, Subimperialismo, Marxismo-Leninismo.

Abstract

This essay aims at studying the actuality of the imperialism theory, for this purpose we had as the starting point the Marxist Revolutionary Organization contribution – Labour Policy-MRO, concerning the period from 1961 to 1980. In this sense we considered Lenin theory showed in his work: *Imperialism, the highest stage of capitalism (2012)*. By continuing the research, we examined the actualization of the philosopher and communist leader August Thalheimer regarding the theory of imperialism by Lenin, which was developed by the Labour Policy. Actualization which is seen in the theory of antagonistic cooperation aroused from the Second World War upshot.

We followed this track in order to understand the appropriation done by the Labour Policy of the marxism-leninism and its theory concerning the particularities of the brazilian dependable capitalism besides highlighting its proposal for socialist revolution in the country. Later on we investigated the influences of the antagonistic theory by Thalheimer about the sub-imperialism theory by Ruy Mauro Marini as well as the viability of his theory to understand the brazilian capitalism expansion, started with the military dictatorship.

Key words: Imperialism, Revolution, Dependable Capitalism, Antagonistic Cooperation, Sub-imperialism, Marxism-Leninism.

LISTA DE SIGLAS

ALN - Aliança Libertadora Nacional
ANL - Aliança Nacional Libertadora
AP-ML - Ação Popular Marxista-leninista
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEMIMAR - Centro de Informações da Marinha
CGT - Congresso Geral dos Trabalhadores
CIA - Serviço de Inteligência Americano
COLINA - Comando de Libertação Nacional
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
ESG - Escola Superior de Guerra
GRAP - Grupo Radical de Ação Popular
IC - Internacional Comunista
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
KPD - Partido Comunista Alemão
KPO ou PCA - Oposição Comunista Alemã
MIR - Movimento de Esquerda Revolucionária
MNR - Movimento Nacional Revolucionário
OCML-POLOP - Organização de combate Marxista-leninista Política Operária
ORM POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
POC - Partido Operário Comunista
POUM - Partido Operário de Unificação Marxista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SPD - Partido Social-Democrata alemão
TP - Tendência Proletária
VPR - Vanguarda Revolucionária Popular

Sumário

Apresentação	9
Capítulo 1: O Leninismo como práxis política revolucionária	17
I. A colocação do problema	17
II. Da antecipação à organização	18
III. Lênin: Consciência do mundo e práxis revolucionária	22
IV. Imperialismo em sua configuração social	26
V. Desenvolvimento e subdesenvolvimento: Faces de um mesmo processo	32
VI. Proletariado: Da defensiva à ofensiva	35
Capítulo 2: PO e o enraizamento da teoria da cooperação antagônica	46
I. Novo imperialismo e as alternativas de mudanças	46
II. Cooperação antagônica e a nova configuração do imperialismo pós Segunda Guerra Mundial	50
III. Cooperação antagônica e o campo socialista. PO: Uma análise crítica	52
IV. América Latina nos marcos da cooperação antagônica	57
V. Breve delineamento teórico da possibilidade revolucionária nos países dependentes	62
VI. Cuba e o enraizamento do marxismo-leninismo na América Latina	64
VII. Capital-imperialismo: Pressupostos para uma nova atualização	67
VIII. Fundamentos teóricos do capital-imperialista	70
Capítulo 3: PO: Capitalismo dependente e os caminhos da revolução brasileira	79
I. Entre o antagonismo e a cooperação. O caráter da burguesia brasileira	79
II. Operariado: A força motriz da revolução brasileira	81
III. Estado e dominação de classe no Brasil	88
IV. Vanguarda e partido: Pilares da revolução brasileira	102
V. Poder e transição: Radicalização política e governo operário	104
VI. Partido ou guerrilha: Uma polêmica central	109
VII. Limites e contradições da nova esquerda	113
Capítulo 4: Teoria do subimperialismo de Ruy Mauro Marini. Uma análise crítica.	120
I. Questão metodológica	120
II. Bases teóricas da teoria do subimperialismo	123
III. O Subimperialismo brasileiro nos marcos da cooperação antagônica	128
IV. O Estado bonapartista como centro irradiador do subimperialismo brasileiro	132

V. O debate como práxis revolucionária. Crítica a Ruy Mauro Marini	136
VI. PO e a crítica radical a Marini	139
VII. Neodesenvolvimentismo: “Estado forte” e a apologia do capital humanizado	144
Capítulo 5: PO: Breve delineamento histórico e político.....	149
I. Uma nova perspectiva para a esquerda.....	149
II. Política operária. Uma centelha para revolução	155
III. PO: Intelectuais e teoria para a ação.....	159
IV. Marxismo-leninismo e a atualização da teoria do imperialismo	163
Considerações finais.....	167
Bibliografia.....	177

Apresentação

O mundo transita em um período onde uma profunda crise material e espiritual, atinge a totalidade da existência humana. Nesse universo, questões fundamentais para o destino da humanidade são relegadas a uma condição secundária ou, simplesmente, confinadas no limbo da história. Por esse caminho, imperam a decantada impossibilidade da compreensão das contradições da realidade em sua totalidade; a apologia de uma irracionalidade que justifica as ações mais infames e hediondas do capital; a condensação das contradições econômicas e sociais a um suposto conflito entre civilizações ou, entre civilizações e fundamentalismos.

De forma que, a pressão da ideologia burguesa e de certa parte do pensamento científico dominante, impera no mundo contemporâneo, o que estimula a fragmentação do conhecimento, propagando a premissa da impossibilidade da compreensão da realidade e, portanto, a impossibilidade da transformação social. Na contramão desses imperativos, reafirma-se para as individualidades comprometidas com o humanismo, o pressuposto marxiano da relação teoria e prática, “[...] na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teoria, na medida em que esta relação é consciente.” (VÁZQUEZ, 2007, p. 109). Dito de outro modo, reafirma-se a necessidade da compreensão radical do mundo, a crítica ao pensamento contemporâneo, a retomada da centralidade do trabalho e do homem como centro da práxis e da produção teórica e seu resgate como sujeito histórico ativo e transformador do mundo.

Assim, a crítica radical capta prioritariamente o que Lukács denominou de realidade do real, ou seja, o cientista social pensando a partir do mundo, não o inverso. De modo que, o objeto do conhecimento é o real, e para compreender o real existente, isto é, os fenômenos sociais, é necessário considerar a sociedade como uma totalidade formada por complexos, que, por sua vez, é constituída por relações sociais diversas, contraditórias e em constante mutação.

Podemos, portanto, afirmar que a vida social é a fonte primária do pensamento, da ideologia, da consciência; e a história configura-se como a base real e forma de movimento do ser social, onde o pensamento e o conhecimento se produzem e se manifestam. Nesse diapasão, a possibilidade e a necessidade do conhecimento estão

dadas a partir de uma determinada realidade histórica sempre em movimento, que constitui a si e a seu mundo.

Avançando no caminho aberto por esse desvelamento basilar, nossa proposta versa sobre a atualidade da teoria do imperialismo como fenômeno inexorável da lógica expansiva, inerente ao capital que multiplica e intensifica as tensões e contradições do sistema capitalista em sua totalidade, isto é, abarca a dimensão econômica, política e social. Em contrapartida, a revolução em escala mundial se apresenta como único caminho possível para a superação da ordem estabelecida pelo capital em sua configuração imperialista. É preciso enfatizar que, o processo revolucionário se inicia pela tomada e destruição do Estado burguês- todo o aparelho repressivo, burocracia e sistema jurídico - uma vez que o Estado assim constituído deriva da propriedade privada e tem como função, protegê-la em sua integridade.

Nesse sentido, o primeiro capítulo retoma a teoria do imperialismo e da revolução proletária de Lênin - um dos intelectuais de espírito crítico mais contundente e repleto de significado-, pois trata-se, em última instância, em recuperar a objetividade, a ciência e a potencialidade revolucionária de seu pensamento; ressaltando, conseqüentemente, o proletariado como ser social ativo e principal agente revolucionário. De sorte que, a radicalidade teórica e a prática caminhem juntas, visando atingir as raízes do mundo a ser revolucionado.

Como afirma Florestan Fernandes (2012, p. 228), Lênin demonstra “[...] seu talento ímpar, tanto como político e estadista revolucionário quanto interprete da história em processo. ”. Temos assim um arcabouço teórico que permite a compreensão de um dado momento histórico, em que o imperialismo atinge o seu primeiro momento auspicioso, na transição do século XIX para o século XX, quando a expansão do capital se apresenta de forma violenta, predatória e impositiva, por meio da dominação territorial e econômica e de guerras interimperialistas.

Compreensão que somente foi possível mediante o enlace entre teoria e prática, isto é, “[...] a teoria como fundamento científico da substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo e da missão histórica do agente dessa transformação: o proletariado. ” (VÁZQUEZ, 2007, p. 253). Por isso, na visão do marxismo-leninismo a revolucionária análise de sua consciência e seu balanço, também abarca a compreensão das condições objetivas, em constante movimento, que em um determinado momento

histórico propiciaram a possibilidade concreta para a efetividade da prática revolucionária.

De sorte que a atualidade do pensamento de Lênin é cristalina, pois sua concepção e sua prática política estão sintonizadas com a realidade sempre em mutação. Assim, o pensamento leniniano permite elaborar a crítica ao mundo contemporâneo e apresentar propostas políticas livres de dogmatismos e em condições de estabelecer, de forma crível, os passos e objetivos que visam a revolução social nos nossos dias.

No segundo capítulo, procuramos examinar a atualização da teoria do imperialismo elaborada pelo filósofo e dirigente do KPD: August Thalheimer, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Balizado pelos princípios teóricos e ideológicos do marxismo-leninismo, o filósofo alemão enfrentou as experiências históricas concretas de seu tempo e que não correspondiam exatamente com a realidade presenciada nem por Marx e nem por Lênin.

Na nova realidade que emergia no mundo pós-guerra, era condição imperiosa levar em consideração que o capitalismo havia entrado em uma nova fase. Assim como seus antecessores, Thalheimer analisa as mudanças fundamentais do sistema em sua totalidade, dado que sem uma atualização rigorosa da teoria não é possível formular um programa revolucionário sintonizado com a realidade concreta e objetiva do mundo, isto é, não é possível uma compreensão e, portanto, uma intervenção no mundo pautada por uma análise científica da realidade.

Da análise científica do capitalismo que emerge do pós-guerra, o teórico e militante alemão aponta mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo e na nova configuração política do mundo, nesse sentido, traz para dentro de sua teoria uma série de inovações e categorias. Sendo a principal delas a tese da cooperação antagônica.

Nessa abordagem, os conflitos interestatais assumem uma nova dimensão com o fortalecimento militar e político do Estado Soviético após o final da Grande Guerra, se constituindo, dessa forma, no principal oponente aos interesses imperialistas em escala global. Nesse novo cenário, as contradições interimperialistas suscitadas com o término da Primeira Guerra, foram totalmente superadas e uma nova realidade se apresentou em face da supremacia militar dos Estados Unidos, em comparação com os demais Estados capitalistas.

Com efeito, uma nova configuração na política internacional se fez presente, assim, verificou-se o desaparecimento das divisões no campo do imperialismo e a emergência de um campo imperialista unificado que, apesar de apresentar divergências internas, alinhou-se em torno de dois inimigos comuns: a União Soviética e sua área de influência pós-guerra, e os países coloniais que lutavam pela independência.

É pautando-se nessas concepções, que se deve considerar a importância da obra de Thalheimer, reafirmando a universalidade de seu pensamento, como também a importância do seu legado por meio da tese da cooperação antagônica. Dessa forma, Thalheimer ao mesmo tempo em que atualiza a teoria do imperialismo de Lênin, ratifica o pressuposto metodológico do marxismo-leninismo, qual seja, estabelecer uma visão concreta da realidade presente e, análises e balanços da atividade revolucionária correspondente. Princípios esses que compreendem a unidade entre teoria e prática.

O terceiro capítulo teve por objetivo investigar as principais contribuições teóricas da PO, que na esteira do marxismo-leninismo manteve como escopo continuar desenvolvendo e enriquecendo a teoria e a prática revolucionária, com base na compreensão da nova dinâmica do capitalismo forjada no pós-guerra, bem como os novos desafios do proletariado no terreno da luta de classes, no âmbito geral e na sua forma mais desenvolvida, isto é, na luta revolucionária.

Em outros termos, temos a pretensão de estabelecer o enlace dos pressupostos teóricos do marxismo-leninismo, a renovação promovida por Thalheimer, e as próprias categorias forjadas pelos teóricos da tendência com a realidade do período posto em tela, ou melhor, com a realidade do capitalismo dependente brasileiro.

Por esse ângulo, sublinhamos a preocupação constante da PO de não transplantar de forma automática as ideias de qualquer pensador para a realidade presente. Centrados nesse princípio, lançaram luz sobre as questões pertinentes ao seu tempo. No tocante à problemática do imperialismo e da revolução, foram influenciados decisivamente pelas teses desenvolvidas por Lênin. Sendo posteriormente revigoradas pelas atualizações do pensador alemão August Thalheimer, precursor, como vimos, da tese da cooperação antagônica.

De um modo geral, em todos os documentos da tendência aparece um dos traços essenciais do pensamento do marxismo-leninismo, a necessidade imperiosa de resguardar e fazer prevalecer as particularidades da realidade analisada, seja no tocante a economia

e a política, sejam nas características intrínsecas as classes sociais. Por esse procedimento metodológico, refuta-se a doutrina estalinista que uniformiza o pensamento comunista, segundo fórmulas do marxismo adstringido.

Por isso, a PO manteve em destaque a concepção de que o imperialismo anterior à Segunda Guerra Mundial, apresenta diferenças essenciais em relação ao imperialismo que emerge no pós-guerra. Nessa concepção, cada região e país são condicionados pelo estágio de desenvolvimento de suas respectivas economias, pela diferença local das relações de classe e pelas suas tradições históricas.

Uma vez estabelecidos esses pressupostos, a tendência encontrou o esteio teórico necessário para definir, nos marcos da cooperação antagônica, a relação de complementaridade entre os interesses do imperialismo e os interesses do capitalismo dependente, sobretudo, o brasileiro.

No quarto capítulo, colocamos em foco o entendimento de Ruy Mauro Marini a respeito da nova configuração do capitalismo brasileiro, instaurado com o golpe militar de 1964. Principiando pela trilha aberta por Lênin, mas, sobretudo, por August Thalheimer, Marini elaborou a tese do subimperialismo. Segundo esse postulado países como o Brasil, em virtude do tipo de desenvolvimento alcançado, configuram tendências para se firmarem como subpotências regionais, isto é, como países subimperialista. Em última análise, podemos dizer que países periféricos com desenvolvimento econômico mais acentuado, tornam-se sócios maiores do imperialismo nos parâmetros estabelecidos pela cooperação antagônica, se constituindo dessa forma, em exploradores de países menos desenvolvidos. Em outros termos, para garantir sua sobrevivência o capital dependente precisa se expandir e se reproduzir em escala sempre ampliada, impondo a dominação e a exploração a outros países.

Porém, mesmo alçados a condição de potências subimperialista, as contradições e tensões com as potências centrais não são eliminadas, ao contrário, se mantém na medida em que seus interesses são comprometidos. Como argumenta Thalheimer (2013), nesses casos a cooperação prevalece e se sobrepõe ao antagonismo.

Uma vez identificados os fundamentos teóricos do subimperialismo e suas implicações no âmbito econômico, político e da luta de classes, visamos comprovar se a teoria elaborada por Marini se concretizou de fato na realidade, pois como afirma Vania Bambirra (2013, p. 222) “Em nenhum dos três países nos quais apontamos a possibilidade

de realização da tendência subimperialista, conseguiu-se até agora transformá-la em realidade. ”.

Esse aspecto do problema ganha destaque quando é considerado do ponto de vista da expansão capitalista. No entanto, assume uma maior projeção quando o mesmo é abordado em sua totalidade, ou seja, em uma perspectiva que enlaça a economia, a política e as classes sociais. De qualquer forma, as tensões e contradições engendradas pelo capitalismo periférico independente de sua configuração, apresentam no campo do marxismo, a crítica à teoria do subimperialismo de Marini, dado que, essa iniciativa ambiciona compreender e atualizar o novo patamar de desenvolvimento, pelo qual transita o capitalismo dependente brasileiro em sua intrincada relação com o imperialismo.

Em um plano político e ideológico radicalmente oposto encontra-se o receituário neodesenvolvimentista- de matiz keynesiana- que pretende encontrar condições satisfatórias para que o Brasil se insira no mercado mundial, defendendo a tese, segundo a qual, economias da periferia do sistema, como a brasileira, uma vez introduzidas no capitalismo em escala internacional, podem ser alçadas a um suposto período de desenvolvimento com capacidade de equacionar os graves problemas sociais, inerentes aos países periféricos. Todavia, para que esse estágio possa ser atingido, é necessária a complementaridade entre Estado e mercado, estimulado por um sistema financeiro voltado para a atividade produtiva e não especulativa.

Dessa forma, o conflito de interesses entre capital e trabalho é radicalmente renegado, pois a nova configuração do Estado cumpre a tarefa de promover intervenções objetivando em um primeiro momento domesticar o mercado e, por conseguinte promover o consenso político entre as classes sociais. Assim sendo, as políticas econômicas adotadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011- 2015), são consideradas complementares e modernizadoras da economia, do Estado e das relações entre as classes sociais no país.

De sorte que a teoria marxiana do valor-trabalho, a radicalização da luta de classes e a revolução socialista são substituídas pela política de conciliação de interesses antagônicos, pela democracia pura e pelo mito do Estado neutro e eficiente. O efeito político prático reside no fato de que a classe trabalhadora foi estimulada, sobretudo pelo

PT e pelo movimento sindical, a atuar em aliança com o capital e com o Estado e não, em oposição radical a estes. Não obstante, essa estratégia conduziu os trabalhadores a perderem do horizonte a perspectiva revolucionária assumindo em contrapartida uma postura reformista e, portanto, circunscrita a pequenas e gradativas conquistas. É importante assinalar que: a oposição radical entre capital e trabalho e o fracasso de todos os governos reformistas ao longo da história e na realidade presente colocam por terra qualquer possibilidade real que promova a conciliação entre capital e trabalho.

Na contramão ao reformismo impõe-se, no quinto e último capítulo da dissertação, a retomada da trajetória política e da produção teórica da PO desde sua fundação em 1961 na cidade de Jundiaí, até o período de 1980 quando ingressa no Partido dos Trabalhadores, onde se dissolve posteriormente.

Consolidando-se como uma das principais tendências de esquerda do Brasil no transcorrer desse período, a PO ocupou um lugar particular no campo revolucionário. Nessa senda, é reconhecida por introduzir na esquerda brasileira uma corrente do marxismo independente do estalinismo e do trotskismo e por apresentar uma nova concepção, originária da esquerda alemã vinculada ao grupo *Arbeiterpolitik*, com destaque para o pensamento do filósofo e militante August Thalheimer, discípulo de Rosa Luxemburgo e precursor de uma nova abordagem do imperialismo pós-guerra.

Deve-se destacar que, por meio de seu periódico *Política Operária*, de seus documentos oficiais, além de outras publicações a PO contribuiu decisivamente para a atualização da esquerda brasileira. Nesse sentido, para captar o papel desempenhado pela tendência, suas diretrizes teóricas e políticas, é condição *sine qua non* a análise cuidadosa de seus principais documentos e das publicações assinadas por seus principais dirigentes, sobretudo os escritos de Eric Sachs.

Como principal teórico e dirigente da tendência, Sachs incorporou como poucos os ideais da organização, por isso em muitos momentos identificamos um enlace visceral entre as teses contidas em seus artigos e as diretrizes adotadas pela PO em seus documentos oficiais. Em outros casos, a tendência confere aos artigos, assinados por Sachs, a legitimidade de representante do seu posicionamento político. Entre tantos documentos podemos citar: a série de quatro textos: *Aonde Vamos? (1966-1967)* e a série também de quatro textos: *Caminhos e Caráter da Revolução Brasileira (1970)*.

Nesses documentos encontramos as principais teses da tendência. Dentre elas: o caráter dependente do capitalismo brasileiro; a nova configuração do imperialista pós-guerra apresentando como novidade a cooperação antagônica; o resgate do operariado como principal agente da revolução e suas teses sobre o socialismo e os caminhos da revolução na América Latina, com especial atenção para o Brasil.

É, portanto, retomando as raízes históricas, teóricas e políticas que forjaram a ORM-POLOP- Política Operaria ou, simplesmente, PO que pretendemos identificar: suas principais referências teóricas; sua compreensão da realidade histórica do período abordado; suas inovações no ideário da esquerda revolucionária; suas estratégias de ação na condução do processo revolucionário e, finalmente, sua trajetória, suas polemicas e o legado teórico e prático que contribuíram para a compreensão dos dilemas do capitalismo brasileiro e do imperialismo contemporâneo.

Capítulo 1: O Leninismo como práxis política Revolucionária

I. A colocação do problema

Como organização revolucionária, a PO assumia como prioridade política criar meios e métodos reais de intervenção na realidade, visando a conquista do poder de Estado. Nesse sentido, a práxis política na perspectiva do marxismo-leninismo implica necessariamente na participação da classe trabalhadora em sua totalidade, dado que possui como intento, consumir os interesses radicais do proletariado, todavia, a concretização desse propósito transformador passa pelas possibilidades reais presentes na realidade social. Portanto, uma ação política revolucionária exige a compreensão do processo histórico em sua totalidade, isto é, exige o conhecimento profundo da realidade social presente.

A práxis revolucionária, nessa asserção, carece de organização e direção, mas também de teoria revolucionária. De sorte que, essa necessidade imperiosa impõe o desafio as organizações revolucionárias como a PO de incorporar, com base em experiências revolucionárias, uma série de fundamentos teóricos que permitam a compreensão e a intervenção concreta na realidade de seu tempo.

Dessa forma, podemos afirmar que o projeto revolucionário da PO corresponde às exigências históricas e aos interesses de classe pertinentes ao seu período, mas não está envolto em um vazio teórico, ao contrário, a PO era portadora de um imenso legado reelaborado nas condições particulares do seu tempo. Neste capítulo, nos propomos a analisar uma parte desse legado, ou seja, as contribuições de Lênin para a teoria do imperialismo e para a revolução proletária. Nesse sentido, pretendemos destacar os marcos teóricos leninianos que contribuíram para formar a proposta revolucionária da PO, como ideologia de luta contra o capitalismo, em especial, o capitalismo dependente brasileiro em associação com o imperialismo.

Não obstante, podemos afirmar que se trata de um momento crucial do trabalho, na medida que, pela própria pena de Lênin, identificaremos os principais fundamentos constitutivos do imperialismo, seus reflexos na luta de classes e nos caminhos da revolução proletária. Por outro lado, ao identificar o complexo categorial do

imperialismo, pretendemos demonstrar que a partir da concepção leniniana, o fenômeno se mantém atual e em sintonia com a configuração do capitalismo contemporâneo.

II. Da antecipação à organização

O internacionalismo é um dos princípios mais caros ao marxismo, uma vez que este expressa uma necessidade histórica gerada pelo caráter mundial da economia capitalista que, ao se expandir, internacionalizou simultaneamente a luta de classes. Por isso, Marx e Engels definiram o internacionalismo como um dos principais pilares da estratégia de organização do proletariado na luta contra o capital.

Assim,

O internacionalismo não é um dogma, nem um sonho, nem uma ideia sentimental, impossível de realizar. Para os materialistas, o internacionalismo é o reconhecimento e a compreensão da realidade e das necessidades da civilização contemporânea. Estas bases materiais sociais da economia mundial constituem os verdadeiros fundamentos do internacionalismo marxista. (SAGRA, 2010, p. 7).

Em 1864 foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (mais tarde conhecida como Primeira Internacional) que se constituiu, no entender de Trotsky, como a internacional da antecipação ou a “[...] antecipação prática das associações operárias mundiais.” (NOVACK apud SAGRA, 2010, p.21). É importante ressaltar que, a Primeira Internacional é definida por diversos marxistas como uma Frente Única, composta por diversas organizações operárias e por dirigentes revolucionários de diversas matizes teóricas e políticas. Edgar Carone (1993) ressaltou sua estrutura centralizadora, o que contribuiu para sua derrocada, uma vez que predominaram os interesses das tendências “[...] em detrimento dos da entidade propriamente dita. Essa dubiedade provoca o seu fim, o que se dá na hora do conflito entre marxistas e anarquistas, ou Marx contra Bakounine.” (CARONE, 1993, p. 128).

Não obstante, é preciso reconhecer que foi a Primeira Internacional a responsável por forjar as bases do internacionalismo. Não por acaso, esse princípio categórico se tornou o principal legado e núcleo afirmativo das correntes mais radicais do movimento revolucionário do final do século XIX e início do século XX.

A classe operária não vai se beneficiar unicamente desses instrumentos, mas, sim, atingir um patamar superior, que vai além dos limites tradicionais de fronteira, de raça e de língua de cada povo. Pela primeira vez surge um organismo que aglutina o proletariado de vários países, tentando superar questões que tratam da cultura e do regionalismo existente. Como dizem Marx e Engels, em 1848, “o proletariado não tem pátria” e “proletários de todos os países, uni-vos.” (CARONE,1993, p. 129-139)

A Primeira Internacional surge como uma resposta da classe trabalhadora à expansão do capital e como instrumento de luta contra a exploração em escala mundial. Não obstante, no final da década de 1880, alguns fatores criaram as condições concretas para que a classe trabalhadora aspirasse à edificação de uma nova Internacional.

Alice Sagra (2010, p.7), nesse cenário, identifica três fatores preponderantes:

[...] o fortalecimento e o crescimento gradual dos movimentos socialistas e dos sindicatos na Europa; a perda do monopólio industrial da Inglaterra com o conseqüente desemprego e crise econômica que levaram a um novo sindicalismo; e o processo de lutas do movimento operário alemão.

Nesse contexto, Lênin exalta e define a Segunda Internacional como a Internacional da organização “[...] que pôs de pé amplas massas de trabalhadores em numerosos países, organizou-os em sindicatos e partidos políticos operários e preparou terreno para o movimento operário massivo independente.” (NOVACK, apud SAGRA, 2010, p. 21).

Foi em 1889, durante a exposição internacional de Paris, que diversas lideranças operárias filiadas a sindicatos e partidos de esquerda, firmaram o compromisso de construir a Segunda Internacional. Inicialmente evitaram a centralização, assumindo um caráter federativo constituído por partidos e grupos nacionais autônomos que passaram a ser coordenados pela Internacional que surgia. Nesse sentido, os congressos - realizados a cada três anos- se constituíram na pedra de toque da organização, na medida em que se tornou o centro dos debates, o foco irradiador de ideias que estabeleciam as diretrizes políticas para o movimento operário, sobretudo o europeu que conseqüentemente elevou significativamente seu patamar político e teórico.

Logo, afinada com os novos tempos, a Alemanha se torna o centro político da Segunda Internacional, uma vez que o movimento sindical alemão se mostrava forte e maduro politicamente e o partido social-democrata, que à época reivindicava-se como

marxista, apresentava um crescimento extraordinário entre os operários. Por outro lado, no plano político geral, a Segunda Internacional viveu o seu auge e sua prova de fogo no momento mais dinâmico da economia capitalista, a fase do imperialismo monopolista, e no âmago catastrófico da Primeira Guerra Mundial.

É, portanto, no momento de maior radicalização e tensão das disputas entre as potências imperialistas, que a Segunda Internacional realizou o congresso extraordinário na Basiléia, em 1912, onde foi aprovado o conhecido Manifesto da Basiléia que declarava o iminente conflito como uma guerra de caráter imperialista.

Nesse sentido,

Reafirmando a posição principista da luta operária contra a guerra adotada nos congressos anteriores. [...] o manifesto conclamava que, em caso de ser declarada a guerra, se deveria utilizar com todas as forças a crise econômica causada pela guerra para sublevar as massas e precipitar assim a queda do domínio de classe capitalista. (SAGRA, 2010, p. 31).

No entanto, bastaram as potências imperialistas iniciarem a guerra para que os principais partidos filiados à organização apoiassem suas respectivas burguesias, votando favoravelmente aos créditos de guerra e traindo os princípios internacionalistas estabelecidos pelo Manifesto da Basiléia. É, portanto, alicerçado pelas diretrizes estabelecidas na Basiléia que Lênin¹ parte para a ofensiva contra as facções, sobretudo os kautskistas, que se agrupavam no interior da Segunda Internacional, adotando uma posição nacionalista e favorável à guerra interimperialista.

Agora que a guerra eclodiu, nem os oportunistas declarados nem os kautskistas se resolvem nem a negar o manifesto de Basileia nem a confrontar com as suas exigências o comportamento dos partidos socialistas durante a guerra. Porquê? Pois porque o manifesto os desmascara inteiramente a uns e a outros. Nele não há nem uma única palavrinha sobre a defesa da pátria, nem sobre a diferença entre a guerra ofensiva e a guerra defensiva, nem uma palavra sobre tudo que afirmam agora aos quatro ventos os oportunistas e os kautskistas da Alemanha e da quádrupla Entente. O manifesto não podia falar disso, dado que aquilo que ele diz exclui absolutamente qualquer emprego desses conceitos. Ele indica de maneira absolutamente concreta uma série de conflitos

¹É preciso assinalar que, além de Lênin, outras expressivas lideranças comunistas se mantiveram fiéis ao marxismo e ao internacionalismo. Dentre eles destacam-se: Trotsky, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

econômicos e políticos que prepararam esta guerra durante decênios, que se tinham revelado plenamente em 1912 e provocaram a guerra de 1914. O manifesto recorda o conflito russo-austriaco a propósito da "hegemonia nos Balcãs", o conflito entre a Inglaterra, a França e a Alemanha (entre todos estes países!) a propósito da sua "política de conquistas na Ásia Menor", o conflito austro-italiano a propósito da "aspiração ao domínio" na Albânia, etc. O manifesto define numa palavra todos esses conflitos como conflitos no terreno do "imperialismo capitalista". Deste modo, o manifesto reconhece com toda a clareza o caráter espoliador, imperialista, reacionário, escravista desta guerra, isto é, o caráter que transforma a admissibilidade da defesa da pátria numa insensatez do ponto de vista teórico e num absurdo do ponto de vista prático. Está em curso uma luta dos grandes tubarões para devorar "pátrias" estrangeiras. O manifesto tira as conclusões inevitáveis de fatos históricos indiscutíveis: esta guerra não pode ser "justificada por qualquer pretexto de interesse popular"; ela é preparada "a bem dos lucros dos capitalistas e das ambições das dinastias". Seria "um crime" se os operários "começassem a disparar uns contra os outros". Assim diz o manifesto. (LÊNIN, 1916)

De fato, a Segunda Internacional sacramenta sua degeneração revolucionária com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, mas é importante destacar que o próprio Lênin já havia identificado a origem da decadência da organização como consequência de um movimento oportunista, existente desde a época de Marx e Engels, que se acentuou com a derrota da revolução na Rússia em 1905 e com a imersão da denominada aristocracia operária. Assim, a tendência oportunista tomou a ofensiva transformando a luta revolucionária em luta por reformas.

[...] começaram com a premissa de que, como nos últimos cem anos o capitalismo continuava em expansão e desenvolvendo as forças produtivas, isso tornava possível elevar o nível de vida dos trabalhadores e alcançar maiores liberdades políticas. Esses objetivos poderiam ser alcançados fortalecendo passo a passo o poder das organizações operárias, sindicatos, cooperativas e partidos políticos, e obtendo cada vez mais deputados. Esse ponto de vista justificava o que passou a ser chamado de programa mínimo. (SAGRA, 2010, p. 29)

É, portanto, no contexto das guerras interimperialistas e na consolidação do reformismo oportunista como tendência no interior do movimento operário que Lênin publicou a obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo (1916)* traçando “[...] o paralelo entre os argumentos teóricos da socialdemocracia no que toca ao imperialismo, desenvolvida principalmente por Karl Kautsky, e sua relação com aquele apoio à guerra imperialista.” (APRESENTAÇÃO da Editora, apud LÊNIN, 2012, p.14). Ao atualizar as análises do marxismo no contexto das guerras interimperialistas, o revolucionário russo

alcançou o “[...] pleno amadurecimento das concepções estratégicas que já vinha elaborando desde alguns anos, colocando a tomada do poder de Estado, pela via insurrecional, como elemento central para a revolução proletária.” (APRESENTAÇÃO da Editora, apud LÊNIN, 2012, p. 15).

Nesse sentido, uma vez deflagrada a guerra, os trabalhadores deveriam assumir uma postura radical contra suas respectivas burguesias e transformar a guerra interimperialista em guerra revolucionária. Em suma, Lênin, fiel ao pensamento de Marx, estabelece a relação entre teoria, como reprodução ideal do movimento real, e o imperativo político da organização da classe trabalhadora em direção à revolução socialista e à emancipação humana.

III. Lênin: Consciência do mundo e práxis revolucionária

Nas primeiras décadas do século XX, teóricos marxistas de diferentes matizes políticas assumiram o desafio de investigar as transformações pelas quais passava o sistema capitalista. Apoiados na teoria concebida por Marx produziram estudos que identificavam substanciais alterações na lógica intrínseca do sistema, que, apesar de não alterarem sua estrutura vital, contribuíram para edificar uma nova fase na história do capitalismo. Fase, esta, que passou a ser denominada de imperialismo. Dentre os principais pensadores marxistas do período posto em tela destacam-se, sobretudo, Rudolf Hilferding, *O Capital Financeiro* (1910), Rosa Luxemburgo, *A Acumulação de Capital* (1913) e Nicolai Bukharin, *A Economia Mundial e o Imperialismo* (1915), Vladimir Lênin, *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo* (1916) e diversos artigos produzidos pelo principal expoente do marxismo revisionista, o dirigente alemão Karl Kautsky, com destaque para o artigo intitulado *Ultraimperialismo* (1914), publicados pela revista *Die Neue Zeit*, veículo de divulgação do Partido Social-democrata Alemão. É imperioso destacar que além das contribuições marxistas a obra do economista liberal J.A. Hobson, *Imperialismo. Um Estudo* (1902), assumiu grande importância, influenciando, inclusive, as análises desenvolvidas pelo próprio Lênin.

Em que pese as notáveis contribuições dos pensadores aludidos, foi Lênin quem se destacou como o principal teórico desse momento de transição do capitalismo, ou seja, a fase imperialista. Apoiando-se nas descobertas econômicas, sobretudo, de Rudolf

Hilferding e de Rosa Luxemburgo, o revolucionário russo estabeleceu efetivamente os nexos entre a teoria e a realidade social existente. Nesse sentido, podemos afirmar que a teoria do imperialismo de Lênin “[...] cumpre uma função prática, mas justamente como análise objetiva, fundada, da natureza dessa realidade e de seu desenvolvimento.” (VÁSQUEZ, 2007, p. 178).

Lênin foi o principal teórico de seu tempo a entrelaçar efetivamente as categorias econômicas inerentes ao imperialismo com as mais relevantes questões políticas e sociais do período. Segundo Luckács (2012), esse fato tornou-se possível porque suas formulações teóricas foram capazes de apreender a totalidade por detrás dos fatos isolados.

De modo aparentemente paradoxal, a concepção leniniana do imperialismo é, por um lado, uma importante realização teórica e contém, por outro, muito pouco de verdadeiramente novo, se observada como pura teoria econômica. Em muitos sentidos, ela se baseia em Hilferding e não demonstra, vista em termos puramente econômicos, a profundidade e a grandeza da continuidade da teoria marxista da reprodução ampliada por Rosa Luxemburgo. A superioridade de Lênin consiste- e esta é uma proeza sem igual - em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões do presente, transformando a economia da nova fase num fio condutor para todas as ações concretas na conjuntura que se configurava então. (LUCKÁCS, 2012, p. 61)

Desse ponto de vista, pode-se inferir que a grande contribuição do pensamento de Lênin, que ressalta sua relevância e atualidade, reside no fato de que suas análises acerca da realidade, e em especial, no referente ao imperialismo não ficaram circunscritas ao âmbito das categorias econômicas, pois sua metodologia transcendeu a economia e conectou-se a realidade concreta imposta pela nova lógica de acumulação capitalista que se apresentava em seu tempo, ou seja, sua teoria é o reflexo da realidade concreta, em escala mundial, gestada pelo imperialismo. Em face desse pressuposto metodológico, Florestan Fernandes (2012) ressalta que Lênin edificou dentro do marxismo uma tendência menos “economicista e mais político centrista” estabelecendo as contradições das sociedades capitalistas a partir da irradiação imediata dos conflitos e antagonismos de classe.

É, portanto, em face desse objetivo que Lênin dedicou-se a compreender a essência do capitalismo monopolista em sua estrutura vital, colocando em relevo seus

nódulos constitutivos e, simultaneamente, a atualidade e viabilidade da revolução proletária como propriedade da fase imperialista, dita em outras palavras, o revolucionário russo evita apreciar os fatos de forma isolada, fora de conexão, ao contrário, partindo da perspectiva metodológica da totalidade de Marx estabelece o “[...] reconhecimento do caráter geral de toda a era marcada, do ponto de vista dos capitalistas, pela expansão imperialista e pelas guerras mundiais; do ponto de vista do proletariado, pela atualidade da revolução.” (LUCKÁCS, 2012, p.18). Assim, a atualidade da revolução se constituiu no instrumento de precisão para todas as suas incursões políticas.

Pode-se afirmar, portanto, que no processo de construção do pensamento de Lênin a teoria torna-se uma arma a ser utilizada pelo proletariado, pois cumpre uma função prática, “[...] mas cumpre-a justamente como análise prática objetiva, fundada, da natureza dessa realidade e de seu desenvolvimento.” (VÁSQUEZ, 2007, p.178). Como endosso dessa assertiva ressalto a conhecida máxima do revolucionário russo, segundo a qual sem teoria revolucionária, não pode existir movimento revolucionário.

Não se pode compreender a vitalidade desse pensamento político, diretamente inserido na história em processo, se não se tem em mente que ele não existiria como tal sem o movimento socialista, que lhe deu ao mesmo tempo realidade histórica e sentido político revolucionário. Ele definiu o seu módulo político determinando tanto o conteúdo quanto a sua orientação revolucionários; e explicando simultaneamente seja sua continuidade e oscilações, seja suas debilidades e sua força. (FERNANDES, 2012, p. 253)

Dessa forma, o grande mérito da concepção política de Lênin encontra-se no entrelaçamento entre estratégia e tática, condicionadas pelo movimento da realidade a ser revolucionada. De sorte que a revolução proletária passa a configurar uma possibilidade concreta para o movimento operário, todavia, é imperioso assinalar que na ótica revolucionária de Lênin inexistem qualquer traço de subjetivismo ou voluntarismo como muitos dos seus críticos afirmam, sobretudo, quando o contrapõe ao pragmatismo reformista da Segunda Internacional e ao oportunismo.

Como destaca Adolfo Sánchez Vasquez (2007, p. 195),

Não há nem subjetivismo nem blanquismo neste passo proposto por Lênin. Trata-se simplesmente de dar ao fator subjetivo todo o seu peso, o peso decisivo, uma vez que estão dadas as condições objetivas amarradas em sua expressão mais alta: a situação revolucionária.

Nessa assertiva, evidencia-se a unidade entre os fatores objetivos e subjetivos ou, um entrelaçamento recíproco em que o fator objetivo se funde a subjetividade revolucionária. Observamos, portanto, que na concepção leniniana a fusão entre objetividade e subjetividade consiste na pedra de toque de todo o seu percurso revolucionário. Por conseguinte, podemos afirmar que o fator objetivo forja as condições revolucionárias, que somente podem se concretizar mediante a intervenção da subjetividade revolucionária. Nesse diapasão, o partido revolucionário está imbuído da tarefa de organizar a classe operária e conduzir esse processo.

Como vimos, Lênin incorpora um método em que sobressai o pressuposto da prática como fundamento da teoria, para tanto, encontra-se obrigado a operar uma atualização constante da obra de Marx, na medida em que enfrenta a nova realidade do capitalismo expressa pelo imperialismo. O desafio enfrentado consistiu em compreender em sua totalidade a transição de um capitalismo concorrencial para um capitalismo monopólico, objetivando formular as diretrizes para a revolução em uma perspectiva científica que considere as questões do presente. Nesse sentido, Lênin instrumentalizou todo o legado teórico de Marx como norte para a compreensão da realidade presente em sua totalidade.

Lênin ateu-se rigorosamente não à letra das teses de Marx, mas senão seu espírito e, sobretudo, aplicou seu método de investigação das condições concretas que exigiam e tornam possível a práxis revolucionária, ao mesmo tempo em que analisa essa práxis. Do mesmo modo que Marx, não busca o desenvolvimento da teoria em um puro desenvolvimento lógico e interno da mesma, mas sim com base- e em função- da prática. A teoria revolucionária não se desenvolve em prol da própria Teoria, e sim em nome da práxis; é uma teoria fundada na prática que tende, por sua vez, a resolver – justamente por seu caráter rigoroso, científico, objetivo – as contradições que se apresentam real e efetivamente. (VÁSQUEZ, 2007, p. 255)

Nessa acepção, a atualidade do pensamento de Lênin, assim como de Marx, reside no postulado de que a compreensão da realidade e a transformação revolucionária do mundo não podem ser atingidas por meio da mera reprodução de teses e experiências históricas, ao contrário, é imperiosa a análise concreta da realidade em sua totalidade, bem como, a constante avaliação das atividades práticas. Em suma, Lênin foi fundamental no tocante a atualização do pensamento de Marx, forjando o fio condutor da atividade teórica que conduz a compreensão e atualização constante da realidade em consonância

com a atividade prática revolucionária estabelecendo a justa medida de unidade entre teoria e prática.

IV. Imperialismo em sua configuração social

Como vimos o desafio de compreender o pensamento de Lênin necessariamente incide em contextualizá-lo em seu tempo e compreender a metodologia desenvolvida por ele, assim, pode-se afirmar que sua teoria do imperialismo consiste em um instrumento que visa potencializar o proletariado, por meio da compreensão dos mecanismos de funcionamento do capitalismo imperialista e do esgarçamento das contradições de classe, objetivando gerar racionalmente uma prática política orientada para a revolução.

Ou nas palavras de Luckács (2012, p.63),

[...] investigar a essência do capitalismo monopolista, o que lhe interessa é fundamentalmente essa situação concreta mundial e a divisão de classes que daí surge: como a terra repartida de facto pelos grandes potenciais coloniais; as alterações ocorridas na divisão interna entre burguesia e proletariado (camadas parasitárias rentistas, aristocracia operaria etc.). E, sobretudo, como o movimento interno do capitalismo monopolista, em razão do ritmo desigual nos diferentes países, revoga a participação entre as zonas de interesse e outros compromissos firmados e leva a conflitos que só podem ser solucionados pela violência, pela guerra.

Nesse sentido, a teoria do imperialismo de Lênin não se destaca pela pretensão de elaborar um postulado teórico que abarcasse os fenômenos que constituíam o complexo econômico do imperialismo em seu tempo, como fizeram Hilferding e Rosa Luxemburgo. Tendo como esteio teórico as categorias econômicas desenvolvidas pelos vários estudiosos do imperialismo mencionados anteriormente, Lênin sobrepuja a economia e expõe a realidade mundial concreta instaurada pelo imperialismo, estabelecendo os principais pilares de sustentação do capitalismo na sua fase imperialista: a concentração da produção e do capital; a fusão do capital bancário e industrial; a exportação de capitais; a formação das associações internacionais monopolista de capital e a partilha econômica e territorial do mundo. Mirando o alvo político citado, Lênin inicia suas considerações analisando o centro nervoso do imperialismo, isto é, a essência do sistema personificada nos grandes monopólios.

Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que é muito fácil para umas quantas dezenas de empresas gigantes chegarem a um acordo entre si; e; por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constituiu um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo moderno. (LÊNIN, 2012, p. 39)

É necessário frisar que, embora tenha entrado em uma nova fase, o sistema capitalista mantém de forma inexorável as leis que garantem o seu pleno funcionamento. Contudo, forjam novos mecanismos com a finalidade de incrementar seus lucros, nessa nova acepção os monopólios surgem como formas garantidoras de superlucros, isto é, “[...] um valor adicional no volume de lucros sobre os lucros que são normais e costumeiros por todo o mundo capitalista.” (LÊNIN, 1916).

Mandel (1985, p. 53) assim define esse processo:

O caso clássico de capitalismo monopolista, em que um superlucro aparece em muitos setores sob proteção dos monopólios, mostra como os superlucros podem, se o seu volume for considerável, até mesmo intensificar abruptamente a queda do coeficiente médio de lucro, pois, afinal, esses superlucros foram retirados da massa de mais-valia a ser dividida entre os setores não monopolistas.

Ora, a citação de Mandel reforça sobremaneira a tese de que a dupla finalidade das corporações monopolistas reside em alcançar lucros acima da média e se livrar da tendência à queda da taxa de lucro. Para tanto, é obrigatória a intensificação da exploração da taxa de mais-valia dos trabalhadores. Entretanto, é importante ressaltar, que mesmo brevemente, esse aumento da taxa de lucro ou superlucros almejados pelos monopólios somente pode ser atingido mediante uma conjugação de fatores econômicos e políticos. Dentre eles: a fixação de preços superiores ao praticado no mercado; apropriação de parte de mais-valia de setores não monopolizados; vantagens em relação às empresas médias e pequenas e aos setores não monopolizados; relações promíscuas que os monopólios estabelecem com os Estados; condições favoráveis de acesso a novas tecnologias e ganhos com as exportações de máquinas e equipamentos para os países dependentes.

Na análise desse processo, entretanto, deve ser lembrado que o controle absoluto do mercado pelas grandes corporações monopolistas não garante a existência de um

“capitalismo pacífico” e nem predispõe a existência de um planejamento racional visando atender as necessidades humanas de consumo. De fato, se mantém a estrutura anárquica do capitalismo e essa característica se manifesta, sobretudo, por meio de crises industriais e guerras.

Os cartéis fixam cotas de produção e de exportação, dividem o mercado mundial conforme a capacidade e a produtividade das empresas que deles participam no momento da constituição do cartel. Mas essas relações mútuas são instáveis. Bastam avanços técnicos, invenções ou uma expansão da capacidade que provoquem uma mudança na correlação de forças entre essas empresas para aquela que se sente mais forte na concorrência romper o acordo, visando obter uma parte maior na partilha do mercado (MANDEL, apud BRAZ; NETTO, 2012, p. 203)

Em outros termos, em que pese o fato do denominado “capitalismo organizado” dos monopólios – essa expressão refere-se ao fato dos monopólios se organizarem em sindicatos industriais, cartéis e trustes internacionais – ter diminuído a intensidade da concorrência entre as corporações monopolistas, não ocorre necessariamente uma competição pacífica e harmoniosa entre as corporações, ao contrário, os acordos firmados entre os monopólios são sazonais e atendem aos interesses imediatos e conjunturais e, uma vez descartados, rompe com a apologia em torno da existência de um “capitalismo pacífico”, em outros termos, a tese kautskista do “capitalismo pacífico” é “[...] substituído por um imperialismo nada pacífico – pelo contrário, belicosa e catastrófico.” (Lênin, Apud Bukarin, 1984, p. 12).

Podemos evidenciar, portanto, que na realidade concreta do universo do capital a crescente internacionalização da economia intensifica a luta de capitais e coloca de forma clara e límpida os antagonismos entre as variadas corporações monopólicas. Nesse escopo, descarta-se qualquer pretensão que advogue a tese da existência de uma rede de solidariedade entre as corporações monopólicas no interior do intercâmbio internacional. A tendência intrínseca ao sistema é o acirramento constante da concorrência e o advento de guerras, pois essa perspectiva é inerente a uma sociedade “[...] chamada a produzir sob a pressão das leis cegas do mercado mundial que se desenvolve caoticamente – e não de uma sociedade capacitada para reger, conscientemente, o processo de produção.” (BUKHARIN, 1984, p.48).

Esta justaposição leniniana acerca dos monopólios justifica-se, pois, uma vez estabelecido, o capital monopolista se constituía espinha dorsal do sistema “[...] articulando formas específicas de controle das atividades econômicas (o pool, o cartel, o sindicato, os trustes etc.)” (BRAZ; NETTO, 2012, p. 191). De sorte que, uma vez estruturados, os monopólios alteraram substancialmente a engrenagem do sistema em sua totalidade, isto é, operam uma transformação radical nas dimensões econômicas, políticas e sociais impondo, conseqüentemente, expressivas transformações nas relações políticas e econômicas entre capital e trabalho.

Como destaca Lênin (1916),

Os capitalistas podem devotar parte (e não uma pequena parcela desta) destes superlucros para subornar seus próprios trabalhadores, para criar algo como uma aliança (relembre a celebrada “aliança”, descrita no dicionário de inglês Webbs, que é a junção de sindicatos e empregadores) entre os trabalhadores de uma dada nação e os seus capitalistas contra os outros países.

Consolidada a tendência de concentração e centralização de capital por meio dos monopólios, verifica-se simultaneamente um incremento das atividades bancárias, de forma que todos os ramos industriais estão intimamente associados às redes de conexão dos consórcios bancários internacionais. No contexto do imperialismo, o capital financeiro em escala planetária expressa o predomínio internacionalmente organizado dos bancos, ou seja, o desenvolvimento do capital bancário e sua fusão com o capital industrial gestou o capital financeiro que se constitui na força motriz do imperialismo.

À medida que os bancos se desenvolvem e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, eles convertem-se, de modestos intermediários que eram, em monopolistas onipotentes que dispõem de quase todo capital-dinheiro do conjunto dos capitalista e de pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos intermediários modestos num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista[...] . (LÊNIN, 2012, p. 55)

Lênin, ao perceber essa metamorfose, entrelaça essa nova configuração do capital com as transformações da estrutura de classe do seu tempo, dessa forma identifica o surgimento de uma oligarquia financeira que, por ser concentradora de capital, exerce

uma crescente influência econômica e política em escala nacional e internacional, impondo, assim, seus interesses às demais frações capitalistas.

O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme e que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e a toda sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. (LÊNIN, 2012, p. 82)

Nesse sentido, penetramos no núcleo duro da crítica leniniana do imperialismo, pois, ao indagar a situação concreta gerada pelo imperialismo, o revolucionário russo expõe o predomínio da oligarquia financeira identificando o inimigo a ser batido pela revolução proletária, em outras palavras, Lênin entrelaça sua compreensão teórica com a possibilidade concreta de seu tempo: a revolução proletária que se configurava.

Sem sombras de dúvidas, o capital financeiro se manifesta como a mais insinuante forma de capital, conquistando uma dimensão extraordinária na fase imperialista, sobretudo, em virtude da exportação de capitais que se efetua por meio de empréstimos – os bancos concedem crédito, por meio de cobrança de juros a governos ou empresas de outros países – ou através do capital produtivo, ou mediante empresas capitalistas que se instalam em outros países. Conquistando com auxílio desses expedientes, o máximo possível de lucros garantidos por meio da cobrança de juros, e da remessa de lucros das empresas monopolistas instaladas em outros países para suas matrizes.

O movimento de exportações de capitais desencadeado pela busca de superlucros e o barateamento do capital constante circulante resultaram num aumento temporário na taxa média de lucro nos países metropolitanos, o que por sua vez explica o enorme acréscimo na acumulação de capital no período 1893-1914, após o longo período de estagnação entre 1873/93, que foi dominado por uma taxa decrescente de lucro. Esse aumento na taxa média de lucro possibilitou ao capital a experiência de um segundo período de expansão impetuosa, antes da Primeira Guerra Mundial. (MANDEL, 1985, p. 56-57)

Mandel (1985, p. 244) ressalta que a esses superlucros foi imposto:

[...] mais um mecanismo de exploração das colônias e semicolônias pelo Estado metropolitano, qual seja, a troca desigual, que se tornou a regra geral depois do início da fase imperialista[...] . Troca desigual significa que as colônias e as semicolônias tendiam a trocar quantidades cada vez maiores de

trabalho nativo (ou produtos do trabalho) por uma quantidade constante de trabalho metropolitano (ou produtos do trabalho).

Em decorrência do intercâmbio desigual, forja-se a relação de subordinação econômica e política entre os Estados credores e os grandes monopólios e, conseqüentemente, aos Estados que eles representam. Dessa forma, se efetivam os grandes acordos que propiciam as condições necessárias para as corporações monopolistas partilharem as regiões do planeta que lhes garantam a consolidação dos seus interesses, contudo, como frisamos anteriormente, esses acordos não suprimem a concorrência entre os monopólios, ao contrário, eles intensificam a luta entre capitais envolvendo diversos ramos produtivos.

Nesse itinerário a luta por conquistas de mercado, pelo domínio das finanças e pela hegemonia nas decisões político-administrativas referentes ao Estado conduz o capital monopolizado a uma disputa acirrada pelo controle do espaço territorial e financeiro do planeta que somente é possível mediante à utilização de formas diversas de violência –no extremo, se necessário a guerra– como método de acumulação de capital.

Essa partilha territorial do mundo foi posta em questão em 1914: como já não existiam mais territórios “livres”, qualquer nova expansão haveria de fazer-se mediante o confronto entre os Estados imperialistas – é assim que explode a Primeira Guerra Mundial, expressão dos conflitos interimperialistas, conflitos que também responderiam pela Segunda Guerra Mundial. De fato, a guerra, no estágio do capitalismo dos monopólios, constitui a forma extrema de partilhas do mundo pelas potências imperialistas. (BRAZ; NETTO, 2012, p. 191).

De fato, o desenvolvimento do capital monopolista expõe o caráter predatório do sistema, pois é intrínseco ao capital financeiro a necessidade constante de expansão e conquistas de territórios por qualquer meio, uma vez que o grau de concentração a que se chegou o impulsiona para esse caminho. Nesse sentido, a guerra e a conquista são as únicas saídas para o capital financeiro.

A guerra, portanto, constitui a força motriz da engrenagem imperialista, pois através da violência subordina o mundo ao domínio do capital financeiro e “substitui as antigas relações de produção pré-capitalistas ou capitalistas pelas relações de produção próprias do capital financeiro”. (BUKHARIN, 1984, p. 107)

De sorte que, observamos uma contradição peculiar ao imperialismo, qual seja, ao mesmo tempo em que impõe uma política internacional colonialista que forja formas diversas de subordinação, gera simultaneamente um surto de desenvolvimento econômico capitalista interno, parindo, por consequência, uma burguesia nativa que, sedenta pela sua sobrevivência, integra-se na luta pela independência.

V. Desenvolvimento e subdesenvolvimento: Faces de um mesmo processo

Como vários estudiosos do capitalismo já destacaram, é inerente ao sistema, independente da fase, a busca de novos mercados para a sua reprodução, forjando, dessa forma, um mercado mundial que favoreça a circulação de mercadorias em extensão planetária, estabelecendo vínculos econômicos e alterações no panorama social e político de diversas regiões e sociedade. Nessas condições, o imperialismo engendrou o estreitamento das relações econômicas e a expansão definitiva do capital tecendo vínculos econômicos entre os países centrais e a periferia do sistema. Dessa forma, intensificou a divisão internacional do trabalho que, por sua vez, criou arbitrariamente espaços nacionais especializados em produzir determinados tipos de mercadorias.

No momento, basta-nos ter em conta que, ao lado de outras formas de divisão social do trabalho, existe a divisão do trabalho entre economias “nacionais”, a divisão do trabalho entre países diversos, a que sai dos limites da economia nacional e constitui a divisão internacional do trabalho. (BUKHARIN, 1984, p.18)

É, portanto, nesse contexto que emerge um traço marcante da expansão do mercado mundial e que se aprofunda ainda mais com o imperialismo: o intercâmbio desigual e combinado, como na precisa definição de Leon Trotsky, existente na relação entre os países de capitalismo avançado e os países de economia dependente ou subordinada. Nesse escopo, se constituiu um desenvolvimento desigual em face do processo de formação capitalista próprio de cada região que, por seu turno, engendra características políticas e sociais peculiares; dessa forma a dinâmica econômica de cada país apresenta um processo de desenvolvimento diferenciado, afetando as relações entre os diversos países capitalistas. De sorte que por um lado, a divisão internacional do

trabalho promoveu o desenvolvimento combinado, no qual os países de capitalismo dependente assimilam e conciliam técnicas modernas de produção com relações econômicas e sociais arcaicas. Nesse processo, verifica-se uma violenta pressão exercida pelos países de capitalismo avançado que dominam e intensificam sistematicamente a exploração sobre as economias subordinadas.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, se manifesta com o máximo vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o látigo das necessidades externas, a vida retardatária é constringida a avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, na ausência de uma denominação mais apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, expressando a aproximação das diferentes etapas, da combinação das fases distintas, do amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. (TROTSKY apud LÖWY,1995, p.77)

Nessas condições evidenciamos que o hibridismo socioeconômico, derivado do desenvolvimento desigual e combinado, se manifesta e aprofunda-se com maior transparência no contexto do imperialismo, uma vez que, sob a égide do capital financeiro e das grandes corporações monopolistas, se desenvolveu definitivamente a economia em escala mundial. De forma que, o imperialismo promoveu uma rede de conexões em que todas as nações e Estados em escala mundial mantêm uma relação de interdependência econômica e política que não causa nenhum tipo de prejuízo às formas exploratórias impostas pela divisão internacional do trabalho.

Sendo uma economia produtora de mercadorias, não é regulada segundo um plano que permita o crescimento sincronizado de suas várias partes componentes. Essas partes se desenvolvem [...] aos saltos e em proporções desiguais. Qualquer equilíbrio que possa haver resulta acidentalmente de sua interação mútua [...] e possui um caráter puramente temporário. (SWEEZY, 1962, p. 334-335 apud BRAZ; NETTO, 2012, p. 200).

O caso clássico, que merece ser destacado do ponto de vista do desenvolvimento desigual e combinado, é a América Latina, uma vez que desde sua origem o continente se desenvolveu em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Nessa via, “[...] a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial.” (MARINI,1978, p.131), sendo que, inicialmente como colônia exportadora de metais preciosos e gêneros tropicais,

contribuiu de forma significativa para o processo de acumulação primitiva de capital pelas principais nações europeias, o que favoreceu decisivamente o advento da Revolução Industrial. Com a independência política conquistada no início do século XIX, a América Latina originou um conjunto de nações que se articularam economicamente em torno do imperialismo Inglês, firmando-se como países produtores e exportadores de bens primários em troca de manufaturas de consumo e de dívidas.

É a partir desse contexto que os países do continente, em intrincada relação com o capitalismo imperialista europeu, foram inseridos decisivamente em uma divisão internacional do trabalho definidora do processo de desenvolvimento de todos os países da região.

Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar reprodução ampliada da dependência. O fruto só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (MARINI, 2000, p. 109)

Esse fato intercorreu, pois foi nesse período que surgiu a grande indústria moderna, que se consolidou alicerçada pela divisão internacional do trabalho, ou seja, a grande indústria moderna sediada nos países imperialistas teria sido fortemente prejudicada, caso fosse realizada sobre uma base estritamente nacional sem contato com os países dependentes, em contrapartida formou-se na América Latina um capitalismo de caráter subordinado em relação aos países imperialistas. Desta maneira, a América Latina consolidou suas primeiras atividades econômicas como mera fornecedora mundial de alimentos que foi, sem dúvida, a condição necessária para a sua inserção no mercado internacional, proporcionando o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, cuja importância cresceu em sintonia com o desenvolvimento industrial nos países industrializados da Europa e dos Estados Unidos.

Em última instância, o imperialismo revela a inexistência de uma homogeneidade da economia mundial capitalista, uma vez que por meio do intercâmbio desigual gera um fluxo de transferência constante de valor das regiões de capitalismo periférico para os centros mais desenvolvidos do sistema. Nesse sentido, os países de economia subordinada funcionam como fonte constante de superlucros que alimentam suas matrizes

imperialistas. Em suma, a oposição desenvolvimento e subdesenvolvimento é a marca registrada da engrenagem de funcionamento da economia mundial na era do imperialismo.

VI. Proletariado: Da defensiva à ofensiva

Uma vez identificado todos os nexos que envolvem a engrenagem imperialista em sua totalidade, Lênin, como dirigente político e revolucionário, utiliza como esteio todas as suas formulações teóricas no sentido de potencializar a revolução. Da compreensão da realidade russa e da realidade política e econômica do imperialismo, forja a tese de que o sistema capitalista oferece as condições para as transformações revolucionárias. A originalidade de Lênin, como já foi mencionada, reside na atualização do pensamento de Marx, pois dessa forma vislumbra a revolução nas condições concretas de seu tempo, isto é, em um contexto histórico ou realidade presente que “[...] Marx não havia previsto, ou seja, as condições próprias de um país capitalista atrasado no qual a contradição fundamental entre forças produtivas e relações de produção não alcançara a o aguçamento característico do capitalismo maduro.” (VÁSQUEZ, 2007, p.254).

Nesse sentido, Lênin estabelece os vínculos entre capitalismo monopolista, guerra imperialista e revolução socialista.

No plano teórico seria totalmente errado esquecer que qualquer guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios; a atual guerra imperialista é a continuação da política imperialista de dois grupos de grandes potências, e esta política é gerada e alimentada pelo conjunto das relações da época imperialista. Mas esta mesma época deve necessariamente gerar e alimentar também a política de luta contra a opressão nacional e de luta do proletariado contra a burguesia e, por isso, a possibilidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições e guerras revolucionárias nacionais, em segundo lugar das guerras e insurreições do proletariado *contra* a burguesia, em terceiro lugar da unificação de ambas as espécies de guerras revolucionárias, etc. (LÊNIN, 1916)

Como é destaque no ideário teórico marxista, o desenvolvimento do capitalismo é necessariamente contraditório, e na fase imperialista esse pressuposto toma relevo, pois ao mesmo tempo em que se constitui uma economia mundial forjada pelo imperialismo detona-se simultaneamente, pela primeira vez na história, uma guerra em escala mundial.

Como resultado, a carnificina do capital arrasta para seu interior o proletariado igualmente em escala mundial. Nesse cenário, a contradição se manifesta no interior do movimento operário, uma vez que, a luta dos trabalhadores não ficou circunscrita à esfera nacional, fato este, jamais visto na história. Lênin, talhado politicamente pelas revoluções de 1905 e 1917 na Rússia, percebeu essa contradição e deu a guinada no sentido de transformar a guerra imperialista em guerra civil revolucionária.

Também aqui coube a Lênin da nova vida à teoria, porém uma vida mais ativa e mais concreta do que ela possuía no próprio Marx. De mera atualidade histórico-mundial, ela se transformou uma questão crucial do presente e, por essa razão, não foi tratada por Lênin de modo teórico, mas sim de modo prático. [...] E coube a Lênin realizar a passagem da teoria à práxis. Tal passagem- e isso não pode ser esquecido-, é ao mesmo tempo um progresso teórico, porque é uma passagem do abstrato para o concreto. (LUCKÁCS, 2012, p. 66)

Podemos, portanto, distinguir que Lênin, partindo da compreensão dos fatos históricos vivenciados por sua geração e do mundo real presente, conseguiu encontrar uma solução real para as questões concretas suscitadas pela guerra imperialista. De sorte que, a superação de uma visão abstratamente correta da realidade concreta define o caráter verdadeiro e particular da revolução colocada em curso. É exatamente a definição do caráter da revolução e a luta pela autonomia política do proletariado, a razão pela qual Lênin assume uma postura radical e intransigente contra todas as formas de oportunismo.

A obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de um entre muitos ramos da indústria, de um entre muitos países etc., lhes dá a possibilidade econômica de subornar certas camadas operárias e, temporariamente, uma minoria bastante importante destes últimos, atraindo-os para o lado da burguesia de um determinado ramo ou de uma determinada nação, contra todos os outros. O acirramento do antagonismo das nações imperialistas pela partilha do mundo aprofunda essa tendência. Assim se cria a ligação entre o imperialismo e o oportunismo [...]. (LÊNIN, 2012, p. 168)

Dessa acepção derivam uma série de teses que formaram a concepção leniniana da revolução. Dentre elas:

[...] a ideia de hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa e, do mesmo modo, na revolução socialista; a tese da necessidade da ditadura do proletariado e da diversidade de caminhos – com predomínio do violento – para chegar a ela; os conceitos fundamentais de “situação revolucionária”,

“crise revolucionária” e “unidade dos fatores (ou condições) objetivos e subjetivos da revolução”; a tese da aliança do proletariado e dos camponeses na revolução socialista, etc.(VÁSQUEZ, 2007, p. 255).

Mais uma vez, Lênin demonstra o quanto era rígido na compreensão dos fatos e flexível na ação política como instrumento de edificação da revolução. À luz da realidade concreta, elabora uma teoria fundada nas contradições que se apresentam reais e efetivamente em seu tempo, de forma a tornar possível a práxis revolucionária.

Sobre essa questão Luckács (2012) afirma que os adeptos da “revolução proletária pura” na Rússia,

[...] por meio de uma separação mecânica entre revolução burguesa e revolução proletária, desconsideravam questões importantes - dentre elas pode-se destacar: a reforma agrária, a questão colonial e a questão das nacionalidades - que colocavam em xeque o próprio imperialismo expresso de forma cristalina sua concepção política, suas motivações e suas finalidades. Quem espera uma revolução social pura na Rússia, diz Lênin, “jamais chegará a vivenciá-la, e é um revolucionário apenas nas palavras, um revolucionário que não entende a verdadeira revolução”. (LUCKÁCS, 2012, p. 67)

Lênin esforça-se em demonstrar que em muitos casos as tarefas não resolvidas pela burguesia possuem um vínculo estreito com a realidade material do proletariado e, portanto, essas tarefas necessariamente precisam e podem ser absorvidas e superadas pela revolução proletária. De forma que, o proletariado é o único agente revolucionário capaz de levar à frente as tarefas inacabadas das revoluções burguesas e a superação coerente dessas tarefas, possui o atributo de minar o sistema, abrindo as portas para a eclosão da revolução socialista. Como já foi aludido, a realidade tangível dessa polêmica se manifestou de forma contundente no transcorrer da Revolução Russa de 1917.

[...] na fase em que as oscilações da esquerda revolucionária puseram em risco a revolução de 1917, por imprimir à pressão operária o significado de uma luta pela democracia burguesa. Logo após seu retorno- e no melhor do seu pensamento político- defini o alvo central como a tomada do poder pelo proletariado, a liquidação da maquinaria do Estado burguês e a insurreição armada. Assim, dava por concluída a revolução democrática burguesa e punha em primeiro plano a superação do impasse criado pela “dualidade do poder”- concomitantemente de um governo provisório, que detinha o poder, e o soviete de deputados operários e soldados, dotados de um poder de controle fictício- por meio da “transformação da guerra imperialista em guerra civil. (FERNANDES, 2012, p. 227).

Tendo como alvo a transformação da revolução burguesa em revolução proletária, Lênin direciona o partido visando materializar o inerte poder do proletariado em força politicamente revolucionária ativa, transformadora e disciplinada. Concomitantemente leva à frente a tática a ser usada pelo proletariado no turbilhão da guerra imperialista, isto é, a transformação da guerra imperialista em guerra civil contra a burguesia.

Ora, mas o que motivou Lênin a transformar a guerra imperialista em uma guerra civil revolucionária do proletariado contra burguesia? Para contemplar essa indagação é necessário: manter presente os pressupostos metodológicos do pensamento leniniano, a capacidade do revolucionário russo de assimilar as experiências revolucionárias de seu tempo e a sua orientação política extremamente prática.

Como vimos anteriormente, Lênin corporifica as categorias econômicas conferindo-lhes uma demissão social sintonizada com a realidade concreta. Mais uma vez esse traço da política empreendida pelo revolucionário russo definiu a tática e a estratégia adotada pelo proletariado diante da guerra mundial imperialista. Na ótica leniniana, a guerra civil consiste na única alternativa revolucionária do proletariado contra a barbárie imperialista, atingindo seu patamar mais elevado por meio da guerra em escala mundial. Concomitantemente, torna-se um instrumento de ofensiva política e militar do proletariado contra as respectivas burguesias nacionais. Nesse prisma, confere vida social às teses econômicas e políticas desenvolvidas pelo marxismo, transformando sua teoria em práxis revolucionária, isto é, promove a transição da teoria à práxis revolucionária quando, alicerçado pelas teses do Manifesto da Basileia, aponta a revolução social como alternativa concreta para a guerra imperialista.

O manifesto reconhecia que a revolução social é possível, que as premissas para ela amadureceram e, que ela virá precisamente em relação com a guerra: as "classes dominantes" temem "a revolução proletária", declara o manifesto, invocando o exemplo da Comuna de Paris e da revolução de 1905 na Rússia, isto é, os exemplos das greves de massas, da guerra civil. É uma mentira afirmar, como faz Kautsky, que a atitude do socialismo para com esta guerra não foi esclarecida. Esta questão não só foi discutida como foi decidida em Basileia, onde foi adotada a tática da luta proletária revolucionária de massas. (LÊNIN, 1916)

Luckács (2012) retrata esse feito como algo que jamais pode ser ignorado, pois o considera um substancial avanço teórico, à medida em que representa uma transição do campo teórico para o campo concreto.

Considerando do ponto de vista socioeconômico, a guerra não é nada mais do que uma etapa do desenvolvimento imperialista do capitalismo. Por isso, ela também é, necessariamente, apenas uma etapa na luta do proletariado contra a burguesia. A importância da teoria leniniana do imperialismo reside no fato de Lênin ter estabelecido de maneira teoricamente consequente – o que ninguém conseguiu realizar, além dele– esse nexo entre guerra mundial e evolução geral, demonstrando-o claramente à luz dos problemas concretos da guerra. (LUCKÁCS, 2012, p. 71)

Por sua vez, Florestan Fernandes (2012) confere ao revolucionário russo o *status* de legítimo herdeiro do legado teórico-metodológico de Marx e Engels.

Sua total fidelidade ao marxismo não pressupunha a “repetição de Marx” ou a ossificação da dialética, e sim a busca de caminhos novos, que só o marxismo podia desvendar, desde que aplicado de forma precisa, exigente e imaginativa, como um saber vivo, em intrínseca conexão com a vida. (FERNANDES, 2012, p.231)

Todavia, a teoria do imperialismo de Lênin não se limita em traçar um posicionamento político a ser adotado pelo proletariado em face da guerra imperialista. Ela transita para a questão da tomada do poder, pois esta é a questão capital para a vitória da revolução. Sendo assim, a luta do proletariado pelo poder e a consecutiva emancipação decide-se no âmbito da luta de classes, por isso a teoria do imperialismo de Lênin consiste principalmente em uma teoria das tendências políticas atuantes na socialdemocracia e no movimento operário no período imperialista. Contudo, não se circunscreve na mera identificação das frações da esquerda e do movimento operário alinhados com a guerra. A teoria leniniana do imperialismo toma a ofensiva e indaga seus fundamentos teóricos e seus postulados políticos.

Para Lênin- e, mais uma vez, apenas para ele –, estava claro desde o início da guerra mundial que a posição de Scheidemann, Plekhanov, Vandervelde etc., em relação a ela não era mais do que a aplicação consequente dos princípios do revisionismo à situação do presente. (LUCKÁCS, 2012, p. 72)

Nesse sentido, o posicionamento da socialdemocracia em face da guerra não é compreendido como uma atitude isolada ou um grave equívoco teórico, ao contrário, é compreendido como um desdobramento político que vinha se desenvolvendo desde a época de Marx e Engels, isto é, o oportunismo possuía uma historicidade e este sobreviveu no interior da socialdemocracia, entre outros fatores, porque possuía uma fundamentação teórica norteadora de suas ações políticas. Ora, o apoio à guerra era, portanto, a materialização dos princípios teóricos do oportunismo.

Assim,

Não há dúvida de que esta luta é a questão principal imediata da Internacional. Uma luta contra o imperialismo que não esteja indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo é uma frase oca ou um logro. [...] O oportunismo venceu — temporariamente — no seio do movimento operário europeu. Em todos os grandes países formaram-se dois matizes principais do oportunismo: primeiro, o social-imperialismo aberto, cínico, e por isso menos perigoso, dos senhores Plekhánov, Scheidemann, Legien, Albert Thomas e Sembat, Vandervelde, Hyndman, Henderson, etc. Segundo, o encoberto, kautskiano: Kautsky—Haase e o «Grupo Social-democrata do Trabalho»¹ na Alemanha; Longuet, Pressemane, Mayéras, etc., na França; Ramsay Macdonald e outros chefes do «Partido Trabalhista Independente» da Inglaterra; Márto, Tchkhéidze, etc., na Rússia; Treves e outros reformistas ditos de esquerda na Itália. (LÊNIN, 1916)

Evidencia-se, portanto, que o oportunismo não é meramente um fenômeno político isolado, desprovido de conteúdo teórico e circunscrito a desvios de caráter e traições, ao contrário, é um fenômeno político mais complexo e nocivo aos interesses do proletariado, uma vez que desempenha uma função social precisa no interior da luta de classes. Nesses termos, o oportunismo transforma-se em ideologia e sua identificação somente pode ser feita mediante à análise do seu desempenho concreto na vida cotidiana. Portanto, reconhecer o oportunismo como uma corrente ideológica, consiste em caracterizá-lo como inimigo e combatê-lo no terreno de sua atuação, ou seja, no interior do movimento operário. Derrotá-lo é exigência imperiosa para desobstrução do processo revolucionário, mas para tanto é preciso compreender os nódulos teóricos e ideológicos constitutivos de seu pensamento e atacá-los em todas as frentes, ou seja, Lênin objetiva, armado teoricamente pelo marxismo, aniquilar uma corrente política contrarrevolucionária atuante dentro do movimento operário.

É precisamente nesse sentido que ataca implacavelmente os principais teóricos do oportunismo, sobretudo Kautsky – que nesse período era considerado o principal teórico

da Segunda Internacional – objetivando destruir todo arcabouço teórico e toda a base ideológica do oportunismo. O ponto central da divergência entre Lênin e Kautsky reside principalmente na cisão promovida pelo teórico alemão que “[...] separa a política do imperialismo da sua economia.” (LÊNIN, 2012, p. 128).

Como decorrência dessa cisão, excessivamente política, do imperialismo Kautsky (1914) pode formular a tese segundo a qual “[...] o resultado da Primeira Guerra Mundial entre as grandes potências imperialistas pode ser a formação de uma federação forte que renuncie a sua corrida armamentista.”, ou seja, Kautsky defendia a tese de que os grandes capitalistas, forçados por uma racionalidade forjada pela realidade catastrófica da guerra, seriam obrigados a estabelecerem uma aliança como forma de autopreservação. A essa política de colaboração capitalista Kautsky denominou ultraimperialista, isto é, a união de todas as potências imperialistas que por esse expediente inauguraria uma nova fase em que as guerras seriam superadas.

Lênin, em contrapartida, demonstra como a teoria doutrina imperialismo é totalmente hostil ao marxismo, aos interesses da classe trabalhadora e fora de sintonia com a própria realidade concreta da economia mundial da fase imperialista. A crítica essencial de Lênin reside em desvelar a impossibilidade histórica da edificação de um ultraimperialismo que superaria o caráter contraditório do capitalismo, instaurando uma forma racional de produção.

As ocas divagações de Kautsky sobre o ultraimperialismo estimulam, entre outras coisas, a ideia profundamente errada, que joga água no moinho dos apologetas do imperialismo, de que a dominação do capital financeiro atenua a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, as acirra. (LENIN, 2012, p.130-131)

Ora, fica evidente que a polêmica entre Lênin e Kautsky não era circunscrita ao campo teórico. O centro nervoso da contenda era a disputa radical pela hegemonia no movimento operário, pois esse é o principal agente da revolução e o único capaz de conduzir o processo revolucionário à vitória. É, portanto, nessa perspectiva política que Lênin deflagra uma luta mortal em defesa do marxismo, pois em sua ótica “[...] a defesa do marxismo é uma tarefa política revolucionária que não pode ser menosprezada e, menos ainda, quando essa defesa tem de ser assumida dentro do próprio partido.”

(VÁZQUEZ, 2007, p. 200). Enfim, o que Lênin combate com todas as energias é o pensamento reacionário que obstaculiza a revolução e que fala em nome do marxismo.

Não obstante, a crítica ao oportunismo concentra-se principalmente no pressuposto teórico ideológico que desconsidera o ponto de vista classista do proletariado em relação aos fenômenos históricos sociais, uma vez que renega convenientemente princípios caros ao marxismo, a saber, a existência das contradições da sociedade capitalista e os antagonismos entre as classes sociais.

A liberdade política, a democracia, o sufrágio universal destrói a base da luta de classes – nos diziam os revisionistas – e negavam a velha tese do Manifesto Comunista de que os trabalhadores não têm pátria. Na medida em que na democracia impera a "vontade da maioria", não devemos ver no Estado, segundo eles, o organismo da dominação de classe, nem negarmo-nos a fazer alianças com a burguesia progressista, social-reformista, contra os reacionários. (LÊNIN, 1908)

Em suma, o oportunismo, por meio da defesa da “democracia pura” e da universalização dos interesses, teoriza no sentido de justificar e neutralizar os antagonismos de classe.

O revisionismo condena por essa razão a dialética. Pois a dialética nada mais é do que a expressão conceitual do fato de que o desenvolvimento da sociedade se move, na verdade, por contradições, que essas contradições (as contradições entre classes, a essência antagonista de seu ser econômico etc.) são a base e o núcleo de todo o acontecimento e que a “unidade” da sociedade, na medida em que repousa sobre a divisão de classes, é apenas um conceito abstrato, um resultado (sempre provisório) da ação recíproca dessas contradições. (LUCKÁCS, 2012, p. 73)

Disso devemos aferir que, ao renegar teoricamente a dialética, o oportunismo está renegando imperiosamente todos os pressupostos revolucionários, condenando a revolução e desqualificando o proletariado enquanto sujeito histórico ativo transformador capaz de revolucionar a sociedade. A história, nessa acepção, torna-se algo estático, imutável, regida por leis naturais eternas que submete os indivíduos de forma fatalista.

Nessa quadra a sociedade capitalista se constitui na realidade que não pode ser transformada, logo, dado o caráter imutável e eterno do capital, cabe ao proletariado lutar por reformas no interior do próprio sistema que propiciem melhorias em sua condição material imediata. Nessa tentativa de extrair certas vantagens do capital, necessariamente

sacrificam-se os interesses da classe operária em seu conjunto, contemplando em contrapartida, os interesses de uma pequena fração do proletariado, a denominada aristocracia operária. E é exatamente essa aristocracia operária, gestada pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista, que se constituiu na base social do oportunismo. Dessa forma, cumpre uma importante função, pois propicia as condições para que este se consolide como corrente política contrarrevolucionária no interior do movimento operário.

Um pequeno círculo da burocracia operária, da aristocracia operária e de companheiros de jornada pequeno-burgueses pode receber algumas migalhas dos grandes lucros da burguesia. A causa de classe profunda do social-chauvinismo e do oportunismo é a mesma: a aliança de uma pequena camada de operários privilegiados com a "sua" burguesia nacional contra as massas da classe operária, a aliança dos lacaios da burguesia com esta última contra a classe por ela explorada. (LÊNIN, 1916)

É importante ressaltar que, o oportunismo como corrente política também é fracionado e possui interesses e táticas distintas. A primeira fração identificada, por Lênin, é denominada oportunismo franco e assume abertamente uma postura contrarrevolucionária, estabelecendo publicamente alianças tanto com governos, quanto com corporações, inclusive, chegando a ocupar cargos políticos e administrativos. A segunda fração são os denominados oportunistas encobertos, estes são considerados mais perigosos para o movimento operário, porque “[...] escondem a sua defesa da aliança com os primeiros com a ajuda de palavrinhas «marxistas» e palavras de ordem pacifistas que soam plausíveis.” (LÊNIN, 1916).

Uma vez estabelecidas suas frações, podemos aferir que o oportunismo se manifesta de acordo com a fração burguesa a qual ele pretende se alinhar. Caso se associe à grande indústria ou ao capital financeiro, adota uma postura aberta em defesa do imperialismo e da guerra e o proletariado será conduzido a adotar uma postura chauvinista em defesa da pátria e da nação. Por outro lado, pode aliar-se à pequena indústria, à pequena burguesia etc., que, em virtude de suas próprias limitações, luta apenas por uma parte no botim de guerra, nesse caso o imperialismo é concebido como algo transitório, portanto, almeja uma solução pacífica para os conflitos, assim, o proletariado é induzido a defender uma paz justa, mas em hipótese alguma se deve posicionar contra a guerra, ao contrário, deve atuar no campo de batalha.

Lênin, ao avaliar a influência do oportunismo no interior do movimento operário por meio da Segunda Internacional, repudia radicalmente a postura de sua direção, pois essa justifica a matança entre trabalhadores em benefício dos interesses da burguesia. Defende a tese que, ao adotar esse posicionamento, a Internacional na prática deixa de existir como organização de defesa dos interesses do proletariado mundial, não restando outra opção aos revolucionários senão construir uma nova associação dos trabalhadores que contemple seus ideais.

Portanto, o desafio nesse momento crucial da revolução consiste na criação de uma nova Internacional proletária e revolucionária que se constitua de fato em um partido mundial da revolução. Para tanto, é preciso que o proletariado assuma definitivamente que a guerra civil é a única forma de defesa contra o capitalismo imperialista e a força motriz capaz de impulsionar a revolução socialista. De sorte que a guerra civil passe a fazer parte da luta cotidiana do proletariado, contudo, esse imperativo não significa uma atuação imediata no front de guerra, mas sim que essa possibilidade pode se apresentar subitamente e, nesse sentido, é necessário que o proletariado esteja armado teoricamente, materialmente e preparado organizacionalmente.

Todavia, esse nível de consciência e organização somente pode ser atingido mediante a compreensão por parte do proletariado do momento histórico vivido, em que a guerra mundial é uma necessidade de sobrevivência do capitalismo em sua fase imperialista, e que a guerra civil é o único meio à sua disposição para enfrentar sua autodestruição a serviço do imperialismo. É, portanto, nessa quadra histórica e com essa atribuição que a Internacional proposta por Lênin é definida teoricamente no estrito campo do marxismo, forjando-se como instrumento de luta revolucionária do proletariado, como meio prático e centro aglutinador da luta emancipatória da classe trabalhadora.

A III Internacional não foi uma frente única como a I e nem uma federação de partidos como a II. Com a III Internacional houve um salto qualitativo, foi o primeiro Partido Revolucionário mundial. Um Partido que respondia à nova época, a época imperialista, da luta pelo poder, a época da revolução socialista, e por isso não só tinha posições programáticas que respondiam a essa tarefa, como também o regime de funcionamento necessário para isso: centralismo democrático. (SAGRA, 2010, p. 37)

A Terceira Internacional foi a expressão leniniana do partido bolchevique em escala mundial e sua edificação somente ocorreu quando a classe operária europeia reagiu contra a guerra e a revolução socialista triunfou na Rússia em 1917. Nesse sentido, Lênin foi o principal dirigente a definir os contornos teóricos e políticos de uma verdadeira Internacional revolucionária.

Capítulo 2: PO e o enraizamento da teoria da cooperação antagonica

I. Novo imperialismo e as alternativas de mudanças

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, Thalheimer dedicou-se a compreender as novas bases pelas quais o mundo contemporâneo se edificava. Analisando cuidadosamente a política internacional desse período, estabeleceu novos conceitos dentro da tradição marxista, destacando, sobretudo a tese da cooperação antagonica como principal expressão da fase do imperialismo pós-guerra. Apoiado nas análises de Lênin sobre o imperialismo, o teórico e militante revolucionário alemão entende que o imperialismo pós-guerra – denominado posteriormente de “anos dourados” ou as “três décadas gloriosas” pelos economistas – não representa uma ruptura com o imperialismo clássico, ou seja, não representa uma nova etapa do capitalismo; ao contrário, constitui um desdobramento do imperialismo sob a égide dos monopólios mantendo em seu bojo leis gerais forjadas em todo transcorrer do imperialismo em seu período anterior. Não obstante, as características da era do imperialismo desnudadas por Lênin permanecem plenamente válidas no contexto do imperialismo dos “anos dourados”.

Contudo, o teórico alemão identifica mudanças importantes na nova conjuntura, pois com o final da Segunda Guerra Mundial uma nova realidade se fez presente no mundo. No campo capitalista os Estados Unidos da América assumiram a liderança econômica, política e militar, impondo-se sobre as potências imperialistas europeias vitoriosas, mas arrasadas pela guerra. Nesse cenário, os EUA tornaram-se a principal liderança do imperialismo em escala mundial, sendo que, apesar das contradições e tensões com seus aliados, em especial os europeus, em momento algum teve sua liderança seriamente questionada. Ao contrário, os Estados Unidos lideraram a cruzada contra o que denominavam “perigo vermelho”, isto é, o comunismo liderado pela União Soviética.

Assim,

O combate ao comunismo e a todas as ideias sociais avançadas teve nos Estados Unidos o seu centro irradiador, seja através da condução da *Guerra Fria* e da corrida armamentista, seja de intervenções abertas (Coréia, 1950-1953, Vietnã, 1963-1975) ou veladas (Irã, 1952, Congo, 1961, Indonésia,

1965, a lista é infindável...), seja reprimindo a divergência nas suas próprias fronteiras (de que o macarthismo foi o exemplo mais emblemático, mas não único). (BRAZ; NETTO, 2006, p. 208-209).

Por outro lado, a União Soviética emerge da guerra com grande autoridade e prestígio, uma vez que foi decisiva no enfrentamento contra o nazismo. Nesse novo contexto, rompe com o isolamento tornando-se a principal liderança do bloco socialista que se formou no leste do continente europeu a partir da libertação dos países da região do jugo nazista. Nessa quadra o movimento operário toma a ofensiva em vários países da Europa Ocidental, conquistando expressivas vitórias garantidoras de melhores salários, direitos sociais e seguridade social, bem como políticas, a exemplo da universalização do direito de voto e, conseqüentemente, impondo limites à sanha exploradora do capital monopolista. Simultaneamente explodem as lutas anticoloniais que fizeram ruir definitivamente o colonialismo europeu e que, em muitos casos, transitaram da luta circunscrita à emancipação nacional para a luta revolucionária pelo socialismo, como foi o caso da China, Vietnã e diversas nações africanas. Além, é claro, da Revolução Cubana que rompe com o imperialismo estadunidense se tornando o centro irradiador do socialismo na América Latina.

De sorte que:

[...] uma nova configuração política em escala mundial se constitui criando um novo cenário, onde[...] o quadro da constelação mundial após a II Guerra Mundial é o seguinte, em grandes traços: I. O campo das potências imperialistas vencedoras. II. A União Soviética e sua esfera de poder. III. Povos coloniais e semicoloniais. (THALHEIMER, 2013, p.141)

Nessa via, arrefecem as divisões no campo do imperialismo e emerge um campo imperialista unificado que, apesar de apresentar divergências internas, unifica-se em torno de dois inimigos comuns: a União Soviética e sua área de influência pós-guerra e os países coloniais que lutam pela independência. Assim, a oposição radical encontra-se entre o campo imperialista unificado sob a liderança dos Estados Unidos e o campo socialista sob a égide da União Soviética. Oposição radical que não se limita a esfera das fronteiras políticas, mas compreende o antagonismo entre dois sistemas econômicos e sociais radicalmente antagônicos. Dessa forma, a constituição do bloco socialista no pós-guerra e o espectro da revolução socialista na Europa Ocidental e em outras regiões do planeta

deslocou o eixo do conflito das contradições interimperialistas para o marco do antagonismo entre capitalismo e socialismo.

Dessa forma, a lógica imperialista adquire “novos traços essenciais” (THALHEIMER, 2013). O primeiro desses “traços essenciais” refere-se às iniciativas implementadas pelas potências capitalistas vencedoras, em especial os Estados Unidos e a Inglaterra, objetivando subordinar as demais potências do campo capitalista. Ao impor essa subordinação, visam sacrificar parte do sistema para garantir a sobrevivência do elo mais forte, ou seja, impõem uma lógica de autopreservação, uma vez que o imperialismo não estava em condições de enfrentar novas guerras interimperialistas.

Nessa medida, as contradições interimperialistas suscitadas com o término da Primeira Guerra foram totalmente superadas e uma nova configuração da realidade apresentou-se em face da supremacia econômica e militar dos Estados Unidos, em comparação com os demais Estados capitalistas. A consequência mais visível dessa nova realidade pós Segunda Guerra se materializou na subordinação da Inglaterra aos Estados Unidos, “[...] uma subordinação no interior de uma parceria: o bloco anglo-saxônico ou Bloco Atlântico.” (THALHEIMER, 2013, p.158). Porém, por mais relevante que fosse a supremacia estadunidense – não apenas em âmbito militar, mas também na esfera econômica e política – sua hegemonia não pôde ser exercida de forma unilateral, uma vez que existe um entrelaçamento de interesses e de áreas de influência imperialistas que exige um processo contínuo de cooperação e concorrência.

Este é um quadro peculiar. Nele, os Estados Unidos são, de fato, militar, econômica e, em última instância, politicamente os líderes, mas não decidem sozinhos. Ocorre um tipo de interpenetração dos interesses e territórios de dominação imperialista de ambas as partes. É, igualmente, cooperação e concorrência, predominando a cooperação. Seria possível utilizar para isso a expressão da psicologia denominada “cooperação antagônica”. Cooperação principalmente contra a supressão do domínio colonial e da exploração e contra o setor socialista; concorrência na partilha da exploração dos territórios coloniais. (THALHEIMER, 2013, p.158)

Ora, uma vez consolidada a hegemonia dos Estados Unidos e na medida que sua economia cresceu, de forma exponencial em tamanho e em produtividade, criando as condições necessárias para a sua expansão em escala internacional as guerras interimperialistas tornaram-se um obstáculo, pois os capitalistas estadunidenses,

impuseram seus interesses aos mercados que eram monopólios de outras potências, isto é, os Estados Unidos passaram a forçar a entrada de mercadorias e de capital em mercados que eram dominados pelas potências europeias no período pré Segunda Guerra como também penetra e disputa os próprios mercados dessas potências. Nesse sentido, a solução imposta pelo centro hegemônico é a suspensão das guerras interimperialistas como mecanismo de proteção à expansão de seu capital, restando às demais potências adotarem o mesmo expediente nos marcos da cooperação antagônica.

Eis, portanto, o fulcro teórico do pensamento thalheimeriano, isto é, a cooperação antagônica como única saída exequível ao capital monopolista, visto que a realidade pós-guerra forjou a consolidação de uma associação ou cooperação imperialista de longa duração e com características próprias, sobretudo nas relações de poder, sempre em benefício dos Estados Unidos. Nessa esteira, é atribuído aos Estados Unidos a tarefa de impor a paz aos demais países imperialistas e criar novas formas de associação interimperialistas, objetivando um reequilíbrio no concernente à exploração dos territórios subordinados que, via de regra, ocorre em meio a tensões e conflitos.

Em verdade essa tática “pacifista” estadunidense teve como escopo assegurar a expansão imperialista de uma forma aparentemente mais estável. Entretanto, o que realmente os Estados Unidos garantiram foi uma crescente e ampla acumulação de capital em novas bases, puderam apresentar-se nessas condições como reformadores e civilizadores do antigo colonialismo. A cristalização desse processo pode ser identificada na América Latina, onde converteram os interesses ingleses em seus próprios interesses.

Em suma, na nova lógica de acumulação capitalista pós-guerra, o imperialismo subordinou os interesses das potências mais frágeis aos dos Estados Unidos. Esse fenômeno se consumou, pois o que passou a dominar nas relações internacionais foi o sentido de autodefesa das grandes potências capitalistas em face do perigo da revolução socialista. Em outros termos, foi a necessidade de barrar o avanço do socialismo em escala mundial que consagrou a tese da cooperação antagônica entre as grandes potências capitalistas, ainda que tal cooperação levasse as potências europeias à condição de subordinadas frente ao capital norte-americano, ou seja, as burguesias dos diversos países perceberam que era a autopreservação do capital que estava em jogo e, para proteger seus interesses, relegaram para um patamar inferior as contradições interimperialistas.

II. Cooperação antagônica e a nova configuração do imperialismo pós segunda guerra mundial

Como vimos a PO se destacou por uma preocupação constante com a aplicação da teoria marxista à realidade do capitalismo no Brasil. Esse princípio - teórico e político-propiciou a tendência às condições para a atualização de seu projeto revolucionário, sobretudo no tocante à problemática do imperialismo.

O marxismo hoje não é mais o mesmo dos dias de Marx e Engels. Mesmo ante de ser desenvolvido e aplicado às necessidades das lutas de classe na época do imperialismo, por Lenin e sua geração, já tinha passado por um processo de constante enriquecimento, que em grande parte se deu ainda sob os olhos dos seus fundadores. Com a Revolução de Outubro na Rússia e o subsequente desmoronamento das sociedades exploradoras num terço do mundo, novos e inéditos problemas tinham de ser enfrentados e absorvidos e, dessa maneira, continuaram a enriquecer o marxismo. (MARTINS², 1987 [1975] , p. 11)

No turbilhão da luta política em que se encontrava, a PO, como já foi mencionado, foi obrigada a enfrentar e superar as diretrizes estalinistas que predominavam na esquerda do período. Nesse sentido, a retomada do que denominavam autêntico marxismo-leninismo passava necessariamente por uma abordagem revigorada do imperialismo, assim, a atualização empreendida por Ernest Thalheimer por meio da tese da cooperação antagônica cumpria essa tarefa. Em um de seus principais documentos – *Programa Socialista para o Brasil*³ (1967) - a direção da PO expõe de forma clara a visão da tendência sobre a nova configuração assumida pelo imperialismo pós-guerra.

Com o desenvolvimento do pós-guerra, o sistema imperialista entrou na fase da cooperação antagônica. Trata-se de uma cooperação, visando a conservação

² Em virtude dos vários pseudônimos utilizados por Eric Sachs na sua trajetória política no Brasil, utilizaremos, no transcorrer de nossa dissertação- sobretudo no terceiro capítulo-, aquele que o consagrou como a principal liderança da PO, ou seja, Ernesto Martins.

³ O *Programa Socialista para o Brasil* foi aprovado em 1967 no *IV Congresso* realizado pela ORM- Política Operária. Foi posteriormente confirmado no *V Congresso* realizado em 1968, quando ocorreu a fundação do POC- Partido Operário Comunista. Em 1970 foi novamente aprovado quando da fundação da OCML – Política Operária.

do sistema, com base no próprio processo de centralização de capital e que não elimina os antagonismos inerentes ao mundo imperialista. A cooperação prevalecerá sobre o antagonismo. Mesmo a rebeldia francesa em seu ponto mais extremo não põe em xeque a cooperação antagônica; visa, em última análise, melhores condições dentro da associação imperialista mundial. (POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967)

Mostrando-se em sintonia com as teses de Thalheimer, a PO identifica algumas importantes diferenças entre o imperialismo do início do século e o imperialismo iniciado pós Segunda Grande Guerra. De sorte que, no contexto da cooperação antagônica mesmo ocorrendo alterações na relação entre potências imperialistas e países subdesenvolvidos, a exploração econômica se mantém como centro nervoso da relação, em um movimento aparentemente contraditório de tensão e conciliação que contempla tanto os interesses do imperialismo como das burguesias locais.

A História do pós-guerra mostrou que a “cooperação antagônica” pode reger as relações entre potências imperialistas e países subdesenvolvidos. Um exemplo típico nesse sentido forneceram os países produtores de petróleo no Oriente Próximo. Determina também as relações de países latino-americanos com os Estados Unidos. O satélite subdesenvolvido rebela-se contra determinadas formas de exploração. A cooperação é restabelecida quando forem mudadas essas formas de exploração. A cooperação é restabelecida, não só a potência imperialista dispõe de meios de pressão e sim também porque representa uma proteção para a posição e os privilégios das burguesias nativas. (MARTINS, 1988[1980] , p. 53)

Mediante as alterações identificadas no contexto da cooperação antagônica, cristalizam-se mudanças nas formas de exploração impostas pelas grandes potências em relação aos países dependentes, ou países de economia subordinada, sobretudo no referente à exportação de capitais. Nesse sentido, destacam-se as novas formas de investimentos do capital estrangeiro, pois, no passado, os investimentos eram direcionados, como frisa Lênin, exclusivamente para os setores de infraestrutura, para o setor terciário e para a exploração de matéria-prima. No período pós-guerra, a novidade reside no fato de que esses investimentos foram canalizados diretamente para o setor industrial. Estabelecem-se, portanto, novas formas de relações de exploração econômica entre os países, o que, por sua vez, geram novas formas de relações políticas entre o imperialismo e as burguesias nativas que emergiram desse processo.

Depois da Segunda Guerra Mundial, quando a industrialização de vastas regiões subdesenvolvidas se tornara fato consumado, o capital internacional começou a investir diretamente na produção, inclusive na indústria pesada. Criou-se uma comunidade de interesses entre burguesias imperialistas e nativas. Dessa maneira o capital internacional começou a controlar indústrias inteiras e processos de industrialização, criando um novo sistema de dependência através do monopólio da tecnologia moderna, sob seu controle. (MARTINS, 1988[1980] . p. 53)

Outra particularidade do imperialismo fomentada pela cooperação antagônica consiste na exploração entre os próprios países imperialistas, em que países imperialistas mais poderosos investem capitais e sujeitam os países imperialistas mais débeis.

Martins (1988[1980] , p. 53- 54) destaca que:

Os Estados Unidos o fizeram na Inglaterra, Alemanha, França, etc. A Alemanha e a Inglaterra fizeram o mesmo na Holanda, Bélgica, etc. Dessa maneira o mundo capitalista se tornou uma espécie de pirâmide, posta de cabeça para baixo, na qual os países mais fracos aguentam o peso dos mais fortes.

Esse fenômeno ocorre uma vez que a fase do imperialismo que tinha como fundamento o domínio colonial foi superada, ocorrendo, simultaneamente, uma liquidação dos monopólios coloniais. Nessa nova fase ocorre uma associação do imperialismo mais desenvolvido-sobretudo o estadunidense - com os países imperialistas que saíram fragilizados da Segunda Guerra.

III. Cooperação antagônica e o campo socialista. PO: Uma análise crítica.

Como vimos, Thalheimer defende a tese de que o imperialismo pós Segunda Guerra foi revitalizado, apresentando como novidade a cooperação antagônica entre as grandes potências capitalistas, o que o diferenciava sobremaneira da fase imperialista predecessora, isto é, da fase imperialista da época de Lênin. É importante frisar que o campo socialista também se tornou um fator limitador para a expansão imperialista. Exigindo, portanto novos posicionamentos das potências imperialistas frente aos movimentos de libertação nacional e anticoloniais.

Nessa conjuntura, o campo capitalista foi obrigado a intensificar a cooperação entre as potências imperialistas na medida em que o imperialismo americano estava

interessado “[...] em impedir, ou mesmo atrasar a transição de outros países capitalistas para formas econômicas socialistas, pois cada novo território econômico socialista significaria uma nova barreira para sua possível expansão.” (THALHEIMER, 2013, p. 147). No tocante aos territórios coloniais, a independência os tornaria “[...] expostos de uma forma muito maior que antes à força de atração dos territórios econômicos socialistas.” (THALHEIMER, 2013, p. 148).

Por seu turno, a União Soviética moveu-se em um terreno contraditório, pois se por um lado incentivava a independência política da classe operária revolucionária em alguns países subjugados, bem como a organização de seu aparato de defesa e a guerra imediata contra as tropas invasoras, em outras situações investiu na consolidação da sujeição dos povos dominados. Fica evidente, portanto que nos casos onde a opção política adotada foi à segunda, a expansão estalinista colocou em perigo o avanço do socialista e o próprio Estado Soviético, uma vez que, ao impor seu poder, a União Soviética atraiu contra si a classe trabalhadora dos países conquistados, criando as condições para a emergência de forças contrarrevolucionárias internas e externas. Nessas circunstâncias, um possível fracasso soviético colocaria em risco as aspirações socialistas em dimensão mundial.

Em síntese, no tocante ao campo socialista a questão de expansão apresenta-se de forma mais complexa, pois esta deve ter por princípio o internacionalismo e o respeito à autodeterminação dos povos. Nesse contexto a expansão é concebida por duas vias. A primeira refere-se “[...] ao fenômeno das forças revolucionárias de um país capitalista ou de alto desenvolvimento capitalista, corresponde às relações internas entre as classes desse país, por um estado socialista existente”. (THALHEIMER, 2013, p. 175-176). A segunda diz respeito ao “[...] ataque militar externo do estado socialista vitorioso.” (THALHEIMER, 2013, p. 176).

Tais pressupostos estão de acordo com os princípios leninistas da revolução mundial em que a solidariedade revolucionária se impõe na forma de ajuda militar externa para a luta revolucionária interna. Assim sendo as “[...] relações das forças revolucionárias internas com as externas são, desde o princípio, de igual para igual. É o internacionalismo socialista em ação, onde a autodeterminação nacional dos lados constitui a base e é reconhecido na ação.” (THALHEIMER, 2013, p. 176-177).

Fiel a tradição leniniana, Thalheimer critica severamente o expansionismo estalinista demonstrando que este não é uma extensão do leninismo, mas uma política oposta aos princípios do internacionalismo. O entendimento de tal problemática incide no fundamento segundo o qual o “[...] fator poder externo é o decisivo ou quase que o exclusivo.” (THALHEIMER, 2013, p.177).

Nessa direção, “O internacionalismo socialista, enquanto ação conjunta e coletiva de nações autônomas e livres, é atropelado. Um poder estrangeiro domina o território nacional.” (THALHEIMER, 2013, p. 178). Na esfera ideológica é ferido de morte um dos princípios mais caros do marxismo e do ponto de vista da estratégia revolucionária ocorre um retrocesso, na medida em que a classe trabalhadora perde sua autonomia e suas iniciativas revolucionárias são reprimidas.

A ação própria das classes trabalhadoras do país é impedida; se ela, contudo, emerge, é abatida como uma perturbação inoportuna. Em correspondência com isso, nenhuma organização independente das classes trabalhadoras no país é tolerada. Elas são apenas admitidas como organizações dependentes do conquistador, a ele articuladas e por ele controladas. (THALHEIMER, 2013, p. 178).

É preciso, portanto, nesse mundo de intensas contradições permeado pelo imperialismo nos marcos da cooperação antagônica e pelos descaminhos estalinistas, atentar para o fato de que a PO não hesitou em hipótese alguma em defender um dos princípios mais caros ao marxismo, qual seja, o internacionalismo proletário.

Muito mais que as divergências e, mesmo, que as conciliações das direções reformistas, pesará a longo prazo o denominador comum do socialismo e da luta contra um mundo imperialista hostil e inconciliável. O papel hoje dos marxistas leninistas nos debates internos é o de travá-los na perspectiva da unificação do campo socialista em termos dos princípios revolucionários. (POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967)

Em consonância com esse princípio revolucionário, a tendência manteve-se atenta aos encaminhamentos do movimento comunista internacional sob a égide da URSS, pautada na manutenção da unidade do bloco socialista como princípio de política externa. Por isso, combateu radicalmente a política externa de coexistência pacífica definida como uma política empreendida entre os Estados capitalistas capitaneados pelos Estados

Unidos e os Estados Socialistas liderados pela União Soviética, onde ambos os blocos almejavam vantagens políticas.

[...] usada pela diplomacia dos países socialistas, pretende denunciar os preparativos bélicos imperialistas para quem a guerra é uma saída para a crise de mercado, além de ser a única possibilidade de resistir à libertação dos povos. (POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967).

Ora, uma vez definida nesses termos, a União Soviética foi identificada como a principal responsável pela retração do movimento socialista, uma vez que o Comitê Central do Partido Comunista Soviético, em nome da paz mundial, impôs sua tática de luta contra o imperialismo norte-americano ao conjunto das forças revolucionárias em escala mundial.

Em verdade, Moscou impunha uma linha de conduta a todos os partidos comunistas do mundo, fazendo a apologia da revolução por meios pacíficos, o que significava que os dois sistemas sociais, capitalismo e socialismo, seriam obrigados a coexistir, a não ser que entrassem em choque aberto, em guerra. A coexistência pacífica significava assegurar aos países capitalistas que a União Soviética não vislumbrava a possibilidade de usar um ataque direto como mecanismo na disputa entre os dois sistemas.

Sintetizando, o estalinismo assumia a renúncia total à revolução socialista, operando uma inflexão ideológica radical em direção ao reformismo e ao nacionalismo, de modo que o velho preceito estalinista se fazia presente, ou seja, a velha submissão do movimento comunista mundial à política externa da União Soviética. De forma que, os movimentos comunistas em escala global se constituíram em mera força auxiliar dos interesses soviéticos.

É claro que semelhante política só pode ser seguida mediante uma renúncia a uma educação revolucionária das massas e isso significa a propagação de ilusões sobre o caráter de classe da sociedade e do mundo em que vivemos. Começa-se a espalhar ilusões sobre a possibilidade de combater o imperialismo e a ameaça de guerra sem luta revolucionária contra o sistema capitalista. Acaba-se espalhando ilusões sobre o caráter do imperialismo, aumentando, de um lado, o seu poderio e sua estabilidade perante as massas, e assegurando, de outro lado, que a paz poderá ser mantida mediante acordos internacionais que os imperialistas assinam. (MARTINS, 1988[1963] , p. 21)

Contudo, ao desferirem suas principais críticas a Moscou, nada impedia a PO de censurar os outros países do bloco socialista, em especial a China, pois discordava da política externa empreendida pelo Partido Comunista Chinês, uma vez identificada como desfavorável para a revolução em âmbito mundial, porque assumia seus interesses nacionais em detrimento dos interesses do internacionalismo socialista.

Assim observarmos que a PO, na contramão das forças vigentes, assumia uma posição em que cabia à classe operária de cada país desfrutar de independência para forjar seus movimentos e sua vanguarda a partir de sua realidade intrínseca, procurando coordenar sua luta e seus objetivos em unidade com as forças revolucionárias dos países vizinhos e com outras forças em escala mundial. Ou seja, a PO apegava-se precisamente ao enlace entre a luta de classes nos âmbitos: nacional e internacional. Unidade política que se manifesta na medida em que as contradições nacionais (econômicas, políticas e sociais) são intensificadas pelo desenvolvimento desigual do imperialismo em cada país. De sorte que o internacionalismo se constitui na pedra de toque da estratégia da classe trabalhadora contra a unidade do imperialismo no âmbito da cooperação antagônica. Por isso, defendia a tese de que: “Devemos empenhar-nos conscientemente na luta pela unidade do movimento comunista em bases revolucionárias, tanto em escala nacional quanto internacional.” (MARTINS, 1988[1963] , p. 27)

Para tanto, seria imperioso que a classe operária de cada país estivesse livre de orientações e intervenções externas, para que, de modo autônomo, pudesse atuar em escala global visando à materialização da solidariedade proletária internacional e a insurgência revolucionária. É preciso acrescentar que nessa empreitada tornava-se condição vital a construção de um partido revolucionário de vanguarda, centrado nas teses do marxismo-leninismo, imbuído da sua missão revolucionária e enraizado no interior da classe trabalhadora.

Mas por onde começar? Onde a perspectiva revolucionária se encontrava mais madura? As respostas a essas questões encontravam-se no denominado terceiro mundo, especialmente na América Latina, pois era a região que se constituía o terreno mais promissor do marxismo-leninismo e a que havia germinado a revolução cubana, inaugurando assim, “[...] a luta pelo socialismo em novas bases; ela é também a revolução que usa a linguagem melhor compreendida pelas massas exploradas do continente.” (MARTINS, 1988[1963] , p.28).

IV. América Latina nos marcos da cooperação antagônica

O problema que se apresentava no período pós-guerra, para quem almejasse construir uma nova interpretação da relação entre imperialismo e América Latina passava necessariamente, como ponto de partida, por uma redefinição e atualização das abordagens teóricas vigentes. Nessa via, a PO avançou no plano teórico e fez uma análise bastante particular do continente, onde, ancorada, sobretudo pelas teses clássicas de Lênin e pelas atualizações de Thalheimer, procurou identificar e redefinir os vínculos estabelecidos entre o imperialismo na fase da cooperação antagônica – com ênfase para as relações com o centro hegemônico estadunidense – e os países da região. Desse modo identificou as particularidades do continente e as condicionantes existentes entre: subdesenvolvimento, dependência, estrutura das classes sociais e o caráter da revolução latino-americana.

É importante frisar que do interior da PO surgiu uma gama de estudiosos que se dedicaram a estudar a América Latina, dando origem ao que foi posteriormente denominado de Teoria da Dependência⁴. Sendo que, alguns pressupostos teóricos dependentistas foram forjados em sintonia com as questões políticas e teóricas elaboradas e debatidas no interior da tendência.

Assim o pensamento dependentista e as principais teses da PO se amalgamaram, sobretudo, no pressuposto de que o processo de subdesenvolvimento está intimamente relacionado à história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial e que somente é possível compreender o processo de evolução dos mecanismos que caracterizam a economia capitalista global mediante uma análise adequada dos problemas econômicos e

⁴ “[...] em 1960, ano que antecede o I Congresso da POLOP, que se situa o encontro das trajetórias intelectuais e políticas de Vania Bambirra, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini. A partir daí, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, representantes do que se denominou como vertente marxista dependência, tiveram suas trajetórias intelectuais, políticas e, até mesmo, pessoais, entrecruzadas em diversos momentos. Militaram juntos na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), iniciaram suas carreiras acadêmicas docentes na Universidade de Brasília, em 1962 e 1963, compartilharam o período de exílio no Chile e no México, onde, respectivamente, integraram o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) e lecionaram durante longo período na Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), retornando, posteriormente, com a reabertura democrática, ao Brasil, onde retomaram suas atividades docentes na Universidade de Brasília, onde tudo começara. “ (Bichar, 2013, p.20).

sociais pertinentes a toda região. É, portanto nesse contexto que se forja uma divisão entre um centro econômico avançado e uma periferia subordinada.

Nessa quadra, a expansão e acumulação de capital empreendidas pelo imperialismo pós-guerra, cujo centro hegemônico passa a ser exercido diretamente pelos Estados Unidos, alcançaram uma dimensão avassaladora em direção aos países de capitalismo dependente, em especial, aos países da América Latina.

Sendo que,

[...] os períodos de maior crescimento industrial no Brasil sejam os períodos de maior penetração do capital imperialista. Em 1960 era de 90% o controle estrangeiro sobre a indústria automobilística, 82% sobre a eletricidade, 70% sobre a farmacêutica, 70% sobre a de máquinas [...] . (POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967).

No tocante as remessas de lucros “No período de 1947 a 1960 as entradas, de 2 bilhões e 569 milhões de dólares, ainda ficaram abaixo das saídas, em cerca de 1 bilhão e 100 mil dólares. [...] .” (POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967) ou seja, o país, enquanto economia subordinada, é obrigado a reverter para o centro do sistema uma quantia enorme de capital produzido no Brasil mediante as mais diversas formas de exploração da classe trabalhadora.

Como observa Vania Bambirra, o processo envolveu toda a América Latina:

No período de 1951 a 1956, a América Latina foi a região em que se verificou a maior entrada líquida de capitais, equivalente a 3,28 bilhões de dólares, que representam 30% do total mundial; entre 1956 e 1960, esta cifra subiu para 5,65 bilhões de dólares superada apenas pela espetacular entrada de capitais no sudeste asiático, que alcançou 8 bilhões de dólares. (BAMBIRRA, 2013, p. 124)

Nessa investida do imperialismo, onde o capital se expande de forma avassaladora por meio de investimentos diretos no setor industrial, a dependência também assume uma nova configuração. Segundo Vania Bambirra (2013), o imperialismo nesse momento inova sua atuação, em virtude do controle exercido pelo capital estrangeiro sobre os setores produtivos que emergem nos países dependentes, e pela imposição dos interesses dos grandes monopólios imperialistas que, ao se instalarem em territórios dependentes, desencadeiam um processo de absorção das indústrias nativas gerando um processo de

desnacionalização das economias nacionais. No plano político, o alinhamento de interesses entre o imperialismo e as burguesias nativas se manifesta nas medidas econômicas internas, na política externa e na cooperação militar.

De sorte que todos os fatores elencados propiciaram condições privilegiadas para a atuação exploratória do imperialismo, ainda que simultaneamente gestando uma relação bastante contraditória, pois, ao mesmo tempo em que os investimentos do capital externo provocaram uma modernização das economias nativas com a industrialização empreendendo uma modificação considerável na divisão internacional do trabalho vigente até então, reafirmaram de forma categórica a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Ora, essa contradição na América Latina emerge de forma implacável, visto que a indústria dependente necessita imperiosamente do setor exportador como condição para sua realização. Definindo, nesse sentido, o caráter do desenvolvimento do capitalismo das economias dependentes.

Como resultado as economias subordinadas latino-americanas gestaram uma expressiva fração burguesia atrelada visceralmente aos interesses do imperialismo, que se manifesta por meio do abandono de projetos reformistas de desenvolvimento nacional autônomo e pela adoção de políticas econômicas intensificadoras das relações de interdependência entre suas economias e o imperialismo.

Vania Bambirra (2013) assinala que:

Tudo isso se manifestou na criação de uma série de facilidades para a penetração de capital estrangeiro; na aplicação, em grande parte dos países, das orientações preconizadas pelos Estados Unidos através do Fundo Monetário Internacional (FMI) para “ordenar” a vida econômica; nas tentativas de “reforma” definidas pela Aliança para o Progresso, que buscavam ampliação do mercado para os consórcios multinacionais e a contenção do descontentamento social em algumas áreas determinadas; no alinhamento, através da política externa estadunidense, para impedir as tentativas de autodeterminação e de oposição à grande potência [...], bem como facilitar a manipulação e implementação da política imperialista em escala continental. (BAMBIRRA, 2013, p. 127)

Nesse ínterim, cabe frisar que a PO, ao reconhecer as condicionantes imperialistas, não compactuou com as concepções teóricas que hiperacentuavam o caráter subordinado da burguesia latino-americana, de forma a considerá-la totalmente submissa e inerte frente aos interesses do imperialismo. A tendência marxista compreendia que as

condições impostas pelo centro hegemônico não aniquilavam em momento algum as aspirações das burguesias subordinadas do continente⁵, ao contrário, essas aspirações gestaram manifestações, contradições e tensões inerentes aos marcos da interdependência entre imperialismo e economias subordinadas e, nesse contexto, se fez presente à lógica da cooperação antagônica na medida em que prevaleceu uma complementaridade de interesses.

O que de fato inexistia era a disposição política por parte da fração majoritária da burguesia dos países latino-americanos em estabelecer um enfrentamento radical com o capital internacional. Segundo Theotonio dos Santos (2011), a única fração da classe dominante que se incompatibilizava com o imperialismo, mas de maneira contida, foi “[...] o capitalismo de Estado, que intenta obrigar o grande capital a seguir certas regras e a orientar seus investimentos em uma direção favorável ao desenvolvimento capitalista.”(2011, p.472).

Pois bem, a dinâmica industrializante ensejada pelo imperialismo nos países latino-americanos nos anos 1950-70 forjou majoritariamente uma burguesia subalterna e sem predisposição política para o enfrentamento e a ruptura com o capital estrangeiro, por outro lado, constituiu uma classe trabalhadora politicamente avançada com tendência à radicalização. Entretanto, o capitalismo integrado ao imperialismo foi incapaz de gerar um crescimento econômico com a capacidade de absorver a quantidade substancial de mão de obra e simultaneamente gerar a ampliação do consumo das massas.

A nova face do imperialismo no pós-guerra sob os auspícios da cooperação antagônica evidenciou, portanto, que desenvolvimento ou modernização capitalista não supera o subdesenvolvimento, ao contrário, aprofunda a subordinação criando, dessa forma, novas contradições e intensificando, concomitantemente, ainda mais as já existentes. De forma que o capitalismo dependente germinou uma situação, no plano interno, análoga à realidade externa, onde a cooperação superou os antagonismos entre o velho, personificado no latifúndio, e o novo, personificado na industrialização. Envolto nessa contradição, o novo manteve-se truncado pelo historicamente velho.

⁵ O mesmo pressuposto teórico foi utilizado para definir o caráter da burguesia brasileira, como veremos adiante.

Em suma, a industrialização latino-americana afirma-se e desenvolve-se de forma extremamente atrasada, inserida num contexto de intensa expansão e conflitos e na fase da cooperação antagônica do imperialista pós Segunda Guerra, sem romper sua condição de país subordinado aos interesses do grande capital externo. Nesse contexto, a presença da grande propriedade rural como elemento decisivo das economias latino-americanas impôs, em termos políticos, uma complementaridade de interesses que, ao acondicionar o processo de industrialização no continente, impôs uma solução conciliadora entre imperialismo e burguesias nativas, inibindo qualquer possibilidade de ruptura radical entre as forças do atraso e as da modernização e marginalizando a classe trabalhadora do processo de transição. Portanto, a única alternativa viável para a classe trabalhadora na América Latina seria a revolução socialista.

Visto por esse ângulo, esse aspecto do problema apresenta uma particularidade de grande relevância. Assim, definido por Ernesto Martins (1970) em polêmica com André Gunder Frank.

Frank deixa em segundo lugar o significado do salto qualitativo, que representa a transformação das economias agrário-mercantis, de características coloniais, em capitalista industrial subdesenvolvidas dentro do contexto geral das lutas de classes em escala internacional. Entretanto, não se apercebeu da importância do surgimento do proletariado industrial e de sua intervenção no cenário da política latino-americana e isso explica porque apesar de ver claramente a incapacidade da burguesia de encabeçar ou participar de qualquer movimento revolucionário e de ver a solução socialista como a única saída para os problemas vitais do Continente considera, entretanto, essa luta sob o ângulo da "libertação nacional. (MARTINS, 1970)

Recuperando o fio condutor de nossa abordagem, é importante frisar a relevância, no plano político prático, das teses leninistas sobre o imperialismo e da tese de Thalheimer sobre a cooperação antagônica, uma vez que, por meio da apropriação e da atualização dessas teses, a PO pôde estabelecer um enfrentamento teórico e político aberto contra a esquerda latino-americana hegemônica, sobretudo, contra as diretrizes apresentadas pelos Partidos Comunistas do continente. Deve-se observar que a partir de 1935 – o auge foi 1955 – esses partidos adotaram as teses formuladas pela Terceira Internacional, sob a égide estalinista cujo centro nevrálgico apresentado era o pressuposto de que, a América Latina era constituída por países de economias subdesenvolvidas de origem feudal e subordinada pelo imperialismo.

Nesse sentido, o antagonismo latente residia entre a nação e o imperialismo, e a tática a ser perpetrada seria a constituição de uma política de Frente Única entre as burguesias nacionalistas – interessadas no desenvolvimento econômico autônomo, no processo de industrialização e na formação de um mercado interno – e o proletariado. Sendo que o inimigo comum seria, no plano interno, os grandes proprietários de terras ou latifundiários feudais e, no plano externo, o imperialismo estadunidense.

Desse modo, ao defenderem a política de Frente Única, renunciaram definitivamente a revolução socialista e, conseqüentemente, assumiram o etapismo e a via pacífica como caminho a ser seguido pela classe trabalhadora do continente. Nessa seara, a luta de classes entre burguesia e proletariado tornava-se secundária, visto que em sua primeira etapa era considerada uma contradição de menor importância que se converteria em prioridade do partido apenas na etapa do socialismo que, por sua vez, era encarado como um futuro fora do horizonte imediato da luta dos trabalhadores da região.

V. Breve delineamento teórico da possibilidade revolucionária nos países dependentes

É mister frisar que, com a vitória da Revolução Russa em 1917 e com o surgimento de Movimentos de Libertação Nacional em várias colônias, surgiu no interior dos agrupamentos de orientação marxista uma preocupação mais latente com as questões da dominação colonial, das estruturas de classes nas colônias e do caráter da revolução nos países coloniais. Partindo dos pressupostos teóricos de Max e de Engels – sobretudo das suas análises acerca das comunas na Rússia – surgiu uma produção teórica bastante relevante no campo do marxismo, visando estabelecer os vínculos entre capitalismo, acumulação primitiva de capital, imperialismo, capital financeiro e a questão nacional. Mas foi Lênin, ao enfrentar as questões referentes ao imperialismo, quem estabeleceu não somente os marcos da revolução socialista na Rússia, mas também a importância da revolução colonial.

Depois da vitória da Revolução Russa de outubro de 1917, se estabeleceu condições absolutamente novas para a luta de classes nos países coloniais que Lênin pode destacar em várias oportunidades. Em contato com os líderes revolucionários da Índia e China, Lênin e os demais dirigentes da III Internacional empenharam-se em preocupar-se diretamente (se bem de

maneira muito incidental) com as análises das características de outros países. (SANTOS, 2011, p. 409)

Theotonio dos Santos (2011, p. 410) ressalta que “[...] na realidade foram os autores nativos desses países que se dedicaram mais profundamente a compreender suas sociedades”, com destaque para Mao Tsé-tung que “[...] ocupou um lugar privilegiado ao refletir em sua obra o profundo processo de transformação social chinesa e os esforços da reflexão que este provocou no movimento revolucionário mundial, desde os informes de M.N. Roy e as discussões da Internacional Comunista até os debates dentro da liderança chinesa.”.(SANTOS, 2011, p.410).

Dos Santos (2011) coloca em destaque a importante contribuição de Paul Baran acerca da problemática do subdesenvolvimento e da dependência, pois que ao examinar a “[...] situação de dependência à luz ‘das transcendentais realizações e esperanças da construção socialista na República Popular da China’, se faz patente para os revolucionários a incapacidade do capitalismo resolver o problema do atraso e da miséria.” (SANTOS, 2011, p. 410).

Ora, nesse sentido as reflexões de Baran bifurcam-se com as reflexões elaboradas por Mao Tsé-tung. No plano prático a vitória da Revolução Cubana (1959) foi compreendida como uma vitória não apenas política, mas também teórica, na medida em que superou a fase nacionalista e rompeu definitivamente com o capitalismo ao declarar o caráter socialista da revolução como única forma de libertação dos povos do terceiro mundo da dominação imperialista.

Nesse contexto, o compromisso a ser assumido pelos autênticos revolucionários comunistas se constituía, sobretudo, em defender de forma radical, a unificação dos movimentos socialistas em escala mundial nos termos dos princípios teóricos do marxismo-leninismo e das novas contribuições teóricas que atualizavam os caminhos da revolução. Estabelecia-se dessa forma o fio condutor que nortearia os nexos teóricos e práticos dos movimentos revolucionários em todo o mundo.

Sendo que no contexto pós-guerra, os países subdesenvolvidos passaram a ocupar um papel de grande relevo no ideário da esquerda mundial, uma vez que tanto se constituíram no principal centro para a efetivação do processo de exploração imperialista engendrado pelas grandes potências capitalistas, como, em contrapartida, sediaram movimentos de libertação nacional, assumindo, em muitos casos, uma postura de cunho

meramente reformista, mas que posteriormente se radicalizou, instaurando a polarização entre o campo capitalista e o campo socialista, propiciando, assim, uma série de conflitos que culminaram em revoluções de caráter anti-imperialistas e socialistas.

Portanto, como já foi aludido, os países subdesenvolvidos assumiram um papel estratégico para a esquerda revolucionária em escala mundial. Movimentos, como os de libertação nacional na África e na Ásia, e as revoluções, como a cubana (1959) e chinesa (1949) tornaram-se fundamentais para o desencadeamento de um processo radical de desestruturação da lógica de acumulação de capital imperialista sobre a hegemonia estadunidense. E a PO, em momento algum, renunciou a esse ideário revolucionário.

VI. Cuba e o enraizamento do marxismo-leninismo na América Latina

A PO, principalmente por meio de Ernesto Martins, teceu uma análise bastante particular do processo revolucionário cubano, nesse sentido reinterpreto alguns fatos de extrema relevância inerentes a este processo. Nessa perspectiva, assumiu uma posição refratária as teorias circunscritas aos feitos da guerrilha, colocada em relevo e popularizada no continente, sobretudo por Régis Debray, que em nome de uma suposta autenticidade revolucionária se opunha radicalmente ao marxismo-leninismo, sendo assim, o partido revolucionário não era considerado a vanguarda da revolução e o operariado, por seu lado, não se constituiu no principal agente revolucionário. Dessa forma a experiência cubana demonstrou que no contexto latino-americano a guerrilha rural seria a vanguarda da revolução e o camponês o principal protagonista da revolução. De sorte que caberia a esquerda revolucionária do continente adotar o modelo revolucionário cubano e organizar focos militares de guerrilha e não “focos políticos”.

Centrado em uma concepção alicerçada em três pilares fundamentais – as forças sociais que intervieram de forma decisiva no processo revolucionário em curso, a impossibilidade emancipatória de uma revolução burguesa no continente e o caráter socialista da revolução – Martins (1967) elaborou uma reinterpretação da revolução cubana nos termos do marxismo-leninismo e em sintonia com as particularidades do imperialismo pós-guerra. Nesse sentido, identificou inicialmente a base social constitutiva da guerrilha, ressaltando que “[...] os guerrilheiros, em sua maioria, eram camponeses sem terra, trabalhadores assalariados do campo que se constituíam na fração

mais radical da população rural.” (MARTINS, 1967). Era a expressão contumaz da contradição de uma sociedade capitalista atrasada, com graves problemas agrários.

Não é puro acaso, certamente, que 70% dos guerrilheiros de Fidel eram camponeses sem terra, assalariados do campo, a facção mais radical da população rural, produto de uma sociedade capitalista. Em Cuba não chegou a haver um levante camponês. O fator decisivo foi o proletariado das cidades que lançou mão do seu método de luta clássico - a greve geral. (MARTINS, 1967)

Dessa forma a PO – por meio da pena de Ernesto Martins- resgata a centralidade do operariado no processo revolucionário cubano, o que implica dizer que em Cuba não ocorreu uma revolução camponesa tradicional, mas uma radicalização do proletariado assalariado existente no campo, que se expressou de forma mais concreta por meio de greves que consolidaram a aliança operário-camponesa. Nessa acepção não se pode creditar unicamente à guerra de guerrilha a vitória da revolução, uma vez que o movimento operário foi decisivo ao deflagrar por diversas vezes greves contra a ditadura de Fulgencio Batista (1952-1959). Com destaque para a greve geral de 1º de janeiro 1959, que foi responsável por uma série de levantes em toda Cuba e se constituiu no golpe de misericórdia contra o regime.

Uma vez constatado o papel preponderante do operariado no processo revolucionário cubano, a PO estabeleceu as bases para deslocar a polêmica para o campo teórico e político que lhe interessava, qual seja, o caráter da revolução cubana. Nesse sentido, identifica fases opostas no itinerário da revolução, a saber, uma primeira fase democrática e nacionalista e outra fase mais radical, a socialista, que se impõe no segundo semestre de 1960, mais precisamente um ano após a queda da ditadura de Fulgencio Batista.

A tese apresentada pela PO teve como alvo prioritário as concepções nacionalistas burguesas que predominavam no continente e que, em defesa da revolução democrática na América Latina, apregoavam a aliança de classes entre a classe operária e uma suposta burguesia nacional que seria portadora de interesses anti-imperialistas e antioligárquicos. Ora, como já foi citado anteriormente, o imperialismo não se constitui como um fenômeno estranho ao capitalismo latino-americano, mas sim como elemento constitutivo

que mantém laços de complementaridade em um movimento intenso e contraditório, onde predomina a cooperação em detrimento dos antagonismos.

Na América Latina o fenômeno é particularmente presente [...] . Nos momentos em que os antagonismos vêm à superfície, a oposição burguesa, entretanto, não visa o sistema em si e é limitada de antemão pelos interesses de auto conservação. A oposição é dirigida unicamente contra o sistema de distribuição da mais-valia produzida pelo proletariado do Continente, da qual o imperialismo leva a parte de leão. (MARTINS, 1970)

É sempre importante salientar, que em caso de tensões e conflitos a burguesia procura melhorar sua posição - objetivo nem sempre alcançado- em relação ao imperialismo estabelecendo, por consequência, novos termos na relação de complementaridade, ou seja, a cooperação sempre prevalece sobre o antagonismo.

Nesse diapasão, é evidente a impossibilidade de suprimir a relação de subordinação e exploração nos marcos do sistema capitalista e da revolução democrática. Esse pressuposto teórico, portanto, cristaliza o princípio político caro a PO, de que não existe luta anti-imperialista conservando o sistema capitalista, logo, a derrota do imperialismo passa imperiosamente pela deflagração da revolução socialista, norteadas pelos interesses de classe do proletariado. Isso significa que a burguesia, enquanto inimiga de classe do proletariado, não ocupa nenhum espaço e não exerce nenhuma função no centro das forças revolucionárias do continente.

Haverei de dizer, enfim, que aos olhos da PO o principal mérito da revolução cubana foi demonstrar para “[...] as massas exploradas que a única forma de libertação absoluta do jugo imperialista consiste na derrubada da própria classe dominante, na revolução socialista.” (POLOP, Programa Socialista Para o Brasil, 1967) elevando, conseqüentemente, a luta de classes na América Latina a outro estágio, visto que, ao assumir o seu caráter socialista, a revolução emparedou a burguesia latino-americana, isolando as lideranças pequeno-burguesas da região. Por outro lado, a Revolução Cubana, mediante a realidade do continente, enraizou o marxismo-leninismo na América Latina, forjando as bases para a revolução socialista em escala continental. De sorte que somente nessas condições a classe trabalhadora da região:

[...] vencerá o inimigo comum, o imperialismo, e enfrentará os problemas sociais herdados do domínio de uma burguesia subdesenvolvida, [de modo

que] a solução terá que ser socialista. Somente os objetivos socialistas e as classes que os encarnam podem desenvolver a solidariedade continental necessária à luta de emancipação e superar os particularismos "chauvinistas" e interesses locais, que caracterizam a fase das lutas burguesas. (MARTINS, 1970)

Cabe finalmente assinalar que a tarefa para a esquerda revolucionária de todo o continente estava posta, a saber, colocar em prática os ensinamentos do marxismo-leninismo à luz da realidade dos países da região, e Cuba seria o exemplo político concreto a ser seguido.

VII. Capital-imperialismo: Pressupostos para uma nova atualização

Como já foi mencionada, a perspectiva no sentido mais amplo é compreender a nova configuração do imperialismo que emerge no período pós Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos no âmbito econômico e político, além de seus reflexos no campo da luta de classes. Nesse momento, portanto, utilizarei como esteio teórico as contribuições de Virgínia Fontes⁶ que se valendo das formulações e críticas elaboradas pelo pensamento marxista, mais precisamente do legado de Marx, Lênin e Gramsci, constrói a categoria capital-imperialismo para compreender a dinâmica do imperialismo no período abordado.

Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. (FONTES, 2010, p. 149)

Portanto, é exatamente nesse período que se constitui o momento, em que o imperialismo inicia sua conversão, sempre tensa e contraditória, para a categoria capital-imperialismo, inclusive atingindo países da periferia do sistema, como o Brasil. É preciso assinalar que a categoria capital-imperialismo, elaborada por Fontes, caminha em direção

⁶Professora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) - FIOCRUZ; Professora da Escola Nacional Florestan Fernandez, docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense- UFF e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPQ.

contraria a tese do subimperialismo elaborada por Ruy Mauro Marini como teremos a oportunidade de analisar no quarto capítulo.

Retomando o fio condutor da análise, creio que se pode afirmar que a categoria capital-imperialismo consiste em compreender a dinâmica da concentração cada vez mais intensa da propriedade de capital que, para se realizar, impõe de forma violenta, expedientes diversos de exploração do trabalho humano. Nessa via, Fontes parte da teoria do valor para explicar o fenômeno do imperialismo, estabelecendo a bifurcação entre concentração da propriedade do capital e as relações sociais capitalistas no mundo contemporâneo.

Insisto sobre a importância do capital-imperialismo com a pretensão de sublinhar que não se trata apenas de uma “política”, mas de uma totalidade que somente pode existir em processo permanente de expansão, e que, tendo ultrapassado um determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora de fronteiras nacionais. Inaugura-se um novo espaço para a historicidade, correspondente à socialização efetiva das forças produtivas e à circulação de capitais, ao mesmo tempo que se aperfeiçoam mecanismos para sua contração, com o enrijecimento da forma Estado e sua contenção das lutas populares. (FONTES, 2010, p. 152)

Com efeito, a categoria capital-imperialismo ambiciona alcançar a totalidade do processo em curso. Para tanto, principia pela base social do capital objetivando identificar sua dimensão econômica, política e social. De sorte que, na atualidade, todas as instâncias da existência humana estão subjugadas aos ditames do capital em sua configuração imperialista.

Assim,

[...] políticas diversas – militares, econômicas, sociais – voltadas para as relações internacionais, culturais, etc., são conscientemente formuladas para assegurá-lo, seja nas grandes empresas, seja no país preponderante, os Estados Unidos, seja ainda em outros coparticipes do capital-imperialismo, em seu âmbito interno ou em seu impulso externo. No entanto, não se trata apenas da expressão de uma ‘vontade’, mas de uma ‘necessidade’ imperiosa do capital-imperialismo que, aliás, formula suas justificativas exatamente pela falta ou ausência de alternativas. (FONTES, 2010, p. 152)

Todavia, essa engrenagem somente pode existir em um movimento de constante expansão “[...] que, tendo ultrapassado um determinado patamar de concentração, se

converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora de fronteiras nacionais.” (FONTES, 2010, p.152). Posto que nessa nova seara, o imperialismo apresenta em seu núcleo diversas alterações e inovações, inaugurando um novo patamar em sua historicidade. Reafirma-se, portanto, a necessidade de expansão do capital como condição fundamental para a sobrevivência do sistema em seu conjunto.

VIII. Fundamentos teóricos do capital-imperialista

Como vimos ao longo da pesquisa às teses leninianas referentes ao imperialismo, sobretudo no tocante a necessidade de uma constante expansão de capital, mantém-se em vigor até os dias atuais. Partindo desse pressuposto teórico, Virginia Fontes estabelece uma atualização dos novos fundamentos da expansão imperialista. Nesse sentido, defende a tese da “união íntima de capitais” como sendo um marco decisivo na nova forma de expansão do capital no pós-guerra.

Na segunda metade do século XX ocorreria uma efetiva ‘união íntima’ entre capitais de quaisquer origens, embora de outro tipo, que, progressivamente, perderia o formato de uma união evidente entre ‘espécies’ diversas de capitalistas, aproximando-se mais da formulação marxiana da concentração do capital sob pura forma monetária, do capital portador de juros ou, ainda, do predomínio da pura propriedade de recursos sociais de produção. Com isso, a concentração da propriedade superaria de fato a propriedade imediata dos meios diretos de produção, indo muito além de uma junção entre capitalistas industriais e bancários. O novo patamar de concentração deriva do impulso monopólico propiciado pelo estreitamento da relação entre dois tipos específicos de grandes capitalistas (o capitão de indústria e o banqueiro) característico do início (e de boa parte) do século XX, porém desembocou na constituição de imensos conglomerados multinacionais para, finalmente, se encaminhar em direção a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos. (FONTES, 2010, p. 155)

Ora, Fontes (2010) partindo de Marx demonstrar que a pedra de toque do imperialismo no período pós-guerra reside na ocorrência do predomínio do capital monetário portador de juros – momento no qual o capital promove uma conversão dele próprio em mercadoria – que se constitui no auge da concentração e centralização de capital nas mãos de poucos proprietários, faz emergir nesse contexto o chamado agente funcionante, que tem como tarefa primordial ampliar em ritmo cada vez mais acelerado a extração de mais-valor. Assim sendo, o capital-imperialista sob a égide do capital monetário portador de juros⁷elevou a um nível ainda maior a extração de mais-valor.

⁷“As grandes corporações capitalistas se constituem na forma mais visível de organização do capital, que tem por finalidade forjar as bases da produção de bens e serviços, captar valor e estabelecer as bases de dominação sobre a classe trabalhadora. Paralelamente se organizam de uma forma menos visível as instituições financeiras bancárias e não bancárias. Esse capital se multiplica “sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno os mercados financeiros integrados entre

Ocorrendo, portanto, uma expropriação em ritmo acelerado e em escala mundial que se manifesta, na nova configuração do imperialismo, de formas diversas e extremamente perversas para a classe trabalhadora. Retomando o fulcro do pensamento marxiano, a teoria do capital-imperialismo retoma a centralidade do trabalho como elemento fundante da sociedade e como base social para a existência e expansão do capital, posicionando-se, por essa via, contra a teoria que advoga o fim do trabalho e, por outro lado, contra a asserção que enaltece a gestão intelectual como sendo a responsável pela produção em escala crescente do lucro.

Outra propriedade inerente ao capital monetário portador de juros, posta em tela, é a capacidade de converter capital em uma força social anônima ⁸simultaneamente concentrada e difusa. Uma vez que seus proprietários não precisam estar presentes, em virtude da existência de intermediários, os chamados agentes funcionais que (capitalistas-profissionais de intermediação) administram uma enorme massa de capital objetivando valorizá-lo, o mais rápido possível, em um movimento de constante expansão em escala ampliada, transformando, inclusive, países tipicamente periférico em países de capital-imperialista segundo a escala hierárquica estabelecida pelas potências hegemônicas, sobretudo, os Estados Unidos.

Uma vez estabelecida a força motriz da engrenagem imperialista forjada no período pós-guerra, momento em que “[...] o imperialismo iniciava sua conversão contraditória para capital-imperialismo, formato doravante obrigatório inclusive para os ‘novos’ retardatários.” (FONTES, 2010, p. 151), cabe expor os mecanismos de expansão empregados pelo capital-imperialismo em direção aos países periféricos. Lembrando que essa expansão consiste em uma totalidade e, que, portanto, abarca e condiciona todas as instâncias – economia, política, classes sociais, cultura etc.– dos

si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam sobre cadeias complexas de crédito e de dívida, especialmente entre bancos.” (Chesnay, 2005, p. 35).

⁸ “Uma série de instituições especializadas tornaram-se proprietários-acionistas de uma série de grandes empresas. Essas instituições (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguro, bancos que administram sociedades de investimentos) “fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão. A progressão da acumulação financeira foi estreitamente ligada à libertação dos movimentos dos capitais e à interconexão internacional dos mercados dos ativos financeiros -obrigações públicas e privadas, ações e produtos derivados.” (Chesnay, 2005, p.36).

países envolvidos no processo, sejam os países de capitalismo avançado ou países situados na periferia do sistema.

Como já nos referimos anteriormente o imperialismo do pós-guerra apresenta em sua nova configuração os Estados Unidos como principal potência hegemônica em tensa rivalidade com a União Soviética⁹, o que fez emergir novos desafios ao processo de expansão de capital. Nesse sentido, foi necessário criar novos mecanismos de exploração que, entre outras atribuições, teria que conceber novas formas de partilha do mundo, visando, sobretudo, assegurar a convivência pacífica entre as potências imperialistas sob a hegemonia dos norte-americanos. Ora, a questão principal centrava-se inicialmente em como evitar guerras interimperialistas em benefício da acumulação de riquezas, em um segundo momento encontrar meios para deslocar guerras para regiões que em decorrência das disputas por mercados garantisse a expansão ampliada de capital; essa questão foi equacionada mediante a expansão das grandes empresas multinacionais que se estabeleceram como as principais células do capital-imperialismo que, operando em escala internacional por meio de uma direção centralizada, se colocavam em uma posição favorável para a associação entre capitais de várias origens. É importante frisar que nesse itinerário as multinacionais cumpriram um papel fundamental para a consolidação dos monopólios e para o aumento vertiginoso dos ganhos capitalistas.

O que era um anúncio precoce do capital monopolista, em 1914, se concretizaria de fato no imediato pós-Segunda Guerra Mundial através da enorme expansão de empresas multinacionais que, centradas em países específicos, admitiam participação societária de capitais forâneos. Sua

⁹No artigo: O Estado capitalista de volta às origens? (Uma abordagem crítica ao estado contemporâneo), Victor Meyer, defende a tese de que o a derrocada do leste europeu e o fim da URSS finda as relações interestatais nos marcos da cooperação antagonônica alterando significativamente o posicionamento político e econômico entre os Estados. “O início dos anos 80 traz um importante marco de mudança nesse cenário. A economia soviética deixa evidente os sinais de haver entrado em rota declinante. O governo Reagan, ao tempo em que se torna desafiador na Guerra Fria, demonstrando a intenção de quebrar o equilíbrio militar existente em suas relações com a URSS, decide abandonar, [...] a tradição fundada por Roosevelt e depois respaldada no keynesianismo, firmando uma aliança preferencial com o capital rentista. Inicia-se, aí, uma manobra de recuperação da economia americana que abala o sistema de compromissos — a cooperação, na terminologia de Thalheimer — com os diversos parceiros do bloco. O centro hegemônico, em nome dos seus interesses específicos, lança grande parte dos “novos países industrializados” na crise da dívida. Assim, ao condenar unilateralmente os países subalternos do bloco à sua própria sorte, o centro organizador do sistema imperialista emita o primeiro sinal significativo de mudança nos termos em que se desenvolviam as relações interestatais desde a Segunda Guerra.” (MEYER, 1999).

característica mais importante para nosso intuito, entretanto, foi sua escala de atuação, uma vez que passaram a implantar subsidiárias em outros países e a atuar tanto no mercado quanto na produção em níveis mundiais, impelindo a um salto organizativo, a formas de gerenciamento ampliadas e resultando em enorme lucratividade. (FONTES, 2010, p. 157)

Nesse ínterim, onde as multinacionais se constituíram na ponta de lança da expansão do capital-imperialismo em direção aos países da periferia do sistema, a exploração do trabalho se manteve como a pedra de toque da cumulação, pois:

[...] não impedia a intensificação da exploração dos trabalhadores em seus espaços nacionais através de fortes saltos de produtividade, mas cuja situação social assemelhava-se a uma bolha de bem-estar diante da condição da esmagadora maioria dos trabalhadores dos demais países. Este foi o aspecto mais dramático do acerto intercapitalista então arquitetado. (Fontes, 2010, p. 160)

Outro vértice da expansão do capital-imperialismo refere-se aos territórios coloniais e semicoloniais, onde implementou mudanças na forma de domínio e exploração para facilitar o fluxo de entrada de seu capital aumentando o protagonismo das multinacionais. De sorte que a dominação direta se tornou obsoleta, entretanto, as formas de resistência à exploração do capital-imperialismo tornaram-se cada vez mais presentes, prejudicando em alguns casos a acumulação de capital e aumentando a influência do bloco socialista.

[...] no plano externo ocorreria o dismantelamento quase completo da dominação colonial direta. O crescimento da exportação coligada e concorrente de capitais, sobretudo entre os países capital-imperialistas, mas atingindo também os demais países, expandia não apenas os processos de industrialização no interior dos países capital-imperialistas, como também fomentava relações sociais capitalistas para além dos limites originalmente previstos. Não se deve esquecer, entretanto, que esse transbordamento da industrialização para outros países se realizava de maneira seletiva, em função do grau de segurança à propriedade, do controle político ali exercido. (FONTES, 2010, p. 161)

Como já foi mencionado, a expansão do capital-imperialismo abarca a totalidade do processo em curso; assim sendo, ao impor sua dominação e exploração, ocorre simultaneamente à superação das formas econômicas existentes encetando a destruição da economia natural e da economia mercantil simples, que são substituídas por economias

capitalistas mais desenvolvidas. Nesse diapasão, uma nova divisão internacional do trabalho surgiu e, conseqüentemente, novas formas de expansão de capital que romperam a denominada “união íntima”, predominante até então, entre o capital industrial e o capital financeiro. Como resultante dessa nova divisão consolidou-se a hegemonia do capital portador de juros que doravante incorpora diversas outras formas de capital (serviços, comércio, fundos de pensão, etc.).

Por essa trajetória podemos afirmar que em última instancia “Trata-se da formação internacional de massas crescentes de capital portador de juros, ou de capital que, resultando da exploração de mais-valor, a ela precisa retornar, porém sob modalidades que em muito excedem suas bases de exploração prévia, dada a massa impressionante de valor a valorizar. (FONTES, 2010, p. 165)

Não obstante, na efetividade da economia capitalista, as grandes corporações multinacionais desferiram uma grande ofensiva contra a classe trabalhadora, adotando uma estratégia política em escala global que visava a intensificação da extração de mais-valor. Sendo que o primeiro golpe foi desferido contra o movimento sindical por meio de medidas restritivas e também repressoras. O segundo passo foi a ofensiva contra conquistas históricas da classe trabalhadora por meio da desregulamentação das leis trabalhistas. Nessa esteira iniciaram-se transformações no sistema produtivo, com o abandono da acumulação rígida- inerente ao sistema taylorista-fordista- e a instauração, por outro lado, da acumulação flexível, operando-se por essa via a denominada reestruturação produtiva, que nada mais é que a incorporação das mais recentes e modernas inovações tecnológicas às forças produtivas, gerando uma grande redução no emprego de trabalho vivo.

Envolto nessa seara a expansão se intensificou em ritmo acelerado, permitindo o controle total da produção por grandes multinacionais que nada produzem, mas que, alicerçadas pelo processo aludido, tornam-se corporações que desempenham funções estratégicas, visto que abarcam diversas instâncias, isto é, abarcam as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. De sorte que a concentração de riqueza se amplificou de maneira faraônica aumentando, simultaneamente a massa de trabalhadores explorados que inseridos em um processo bárbaro de concorrência por empregos são tragados pelas formas mais diversificadas e infames de exploração e de degradação das

condições de vida gerando, nessas condições, um proletariado imenso e desorganizado politicamente.

Evidencia-se, pois, o elemento crucial – as reestruturações expressam o transbordamento da concentração da propriedade sob o predomínio monetário, e foram conduzidas de maneira a intensificar as extrações de valor; a introduzir ou a intensificar em níveis até então desconhecidos a concorrência entre trabalhadores (entre taxas de exploração) em todos os âmbitos e entre capitalistas funcionantes, em muitos casos também coproprietários do mesmo tipo de capital (os gestores tornavam-se acionistas). Ao mesmo tempo, mantiveram-se ou aprofundaram-se as limitações à circulação internacional dos trabalhadores: a perspectiva do fim dos empregos e dos direitos correlatos atuou dissolvendo resistências no interior mesmo das empresas, em todos os seus segmentos; as contínuas migrações foram recebidas com muros, violência, racismo e protecionismos locais, incorporadas à concorrência entre trabalhadores. (FONTES, 2010, 199-200)

Em outros termos, ocorreu uma violenta ofensiva contra o mundo do trabalho em dimensão global, promovida pelas grandes corporações multinacionais que visam dominar todos os campos da vida social, com o propósito de alavancar a extração de mais-valor sob os auspícios do capital monetário portador de juros.

Nessa asserção, assume relevo a intensificação, em ritmo cada vez mais acelerado, da expropriação de mais-valia. Ratifica-se dessa forma a exploração do trabalho - em distintas formas- como o centro nervoso da expansão e acumulação capitalista, independentemente de sua configuração e período histórico. Portanto, a pedra de toque para o desvelamento da realidade presente consiste na recuperação do pressuposto marxiano da centralidade do trabalho, uma vez que este expõe categoricamente a necessidade imperiosa da expropriação do trabalho humano como centro vital para a existência do capital, nesse sentido, na lógica intrínseca do sistema capitalista a relação de produção tem como essência, a expropriação do conteúdo material da riqueza do trabalho mediante o trabalho assalariado.

De fato, o momento produtivo constitui o *processo imediato* de transformação do dinheiro (massas concentradas de equivalente geral) em capital. Nele, ocorre a exploração do trabalho vivo ao produzir mercadorias, trabalho colocado em contato com as demais mercadorias (trabalho morto) que constituem os meios de produção sob controle do capitalista. Isso significa que, para o processo de produção capitalista ocorrer, é preciso existir um mercado e, nele, mercadorias. Dentre estas, apenas uma é incontornável – a mercadoria força de trabalho, motor vivo de todo o processo, que precisa disseminar-se. (FONTES, 2003, p. 3-4)

Nessa via, a mais-valia gerada pelo trabalho humano consiste na matriz originária de todas as formas de capital, incluindo os juros e as rendas especulativas.

Marx insiste, como se adivinhasse que exatamente isso seria esquecido: o juro é uma cota-**parte** da mais-valia, é uma parcela da mais-valia! Resulta dela, depende dela e, portanto, está a cada dia mais estreitamente ligado à extração de mais-valor. [...] Essa ênfase marxiana mostra o quanto é preciso lutar contra a suposição ingênua de que o juro derivaria de um acordo entre os capitalistas, através do qual decidiriam “quanto custa o dinheiro”. Ou, ainda, que o juro derivaria de uma imposição do Estado, definindo abstratamente quanto deveria “custar o dinheiro”. [...] o *excedente* numa sociedade capitalista é fruto do trabalho humano, trabalho vivo que fertiliza as imensas massas de capital monetário, ou trabalho morto. A extração desse excedente torna-se distante dos olhos dos grandes proprietários e sua partilha entre eles depende sobremaneira da escala da concentração do capital monetário e de seu grau de autonomização. Em todos os casos, resulta da mesma base social e, para ambos, quanto maior a extração de mais-valor, melhor o resultado final. (Fontes, 2003, p. 15-16)

Assim, emerge a lógica interna do imperialismo contemporâneo, onde ocorre uma predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, resultando numa avalanche indiscriminada do uso de capital fictício - sobretudo dos derivativos- em consonância com o recuo das atividades do capital produtivo, todavia não existem antagonismos entre as diferentes formas de capital ou entre as várias frações de classe que sustentam o sistema. Nessa acepção, pode-se concluir que as várias frações de classe personificadoras do capital se alimentam da especulação e do rentismo e que as contradições e antagonismos inerentes ao imperialismo contemporâneo permanecem sendo entre capital e trabalho.

É importante ressaltar que a engrenagem do sistema somente reuniu as condições necessárias para se consolidar por meio de uma série de agências e entidades¹⁰, que atuam como aparelhos privados hegemônicos responsáveis pela missão de impulsionar a expansão da extração de mais-valia, mediante a manutenção de uma rede que mantenha a ordem política e social vigente. Em última instância, esses aparelhos se apresentam em escala mundial a serviço dos países centrais, visando contemplar os interesses de valorização de capital através da adoção de políticas de matiz neoliberal que implicam,

¹⁰ Dentre as principais agências e entidades, podem-se destacar: o Fundo Monetário Internacional (FMI), Grupo Banco Mundial (GBM), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

sobretudo, na redução de gastos sociais, na perda de direitos trabalhistas e na intensificação da exploração da classe trabalhadora, além, da contenção do acirramento da luta de classes.

O fato verdadeiramente decisivo que Virgínia Fontes expõe de forma irrefragável, é a função e os objetivos dessas entidades que atuam em defesa do capital.

Essas entidades correspondiam à expansão da socialização da produção, quer se destinassem a outros países capital-imperialistas, quer se dirigissem a terceiros países, não porque fossem imediatamente defensoras de empresas específicas, mas porque forneciam os elementos pragmáticos, técnicos, gerenciais, culturais e programáticos de mediação para a atuação e expansão do capital-imperialismo, assim como eram mais ágeis e capazes de difundir padrões de atuação burguesa, padrões de consumo, padrões de sociabilidade, além de forjar novas associações interburguesas (incorporando elementos dos países nos quais passavam a agir) correspondentes aos interesses que as empresas mantenedoras demandavam. (...) Ademais, atuavam como centros internacionais de formação intelectual para uma crescente variedade de quadros necessários para a atuação econômica que, doravante, abrangia áreas muito mais extensas do que os padrões nacionais, envolvia culturas diferentes, ritmos diferenciados, que deveriam ser modificados ou integrados, configurando um aprendizado *in situ* de novo tipo, moldando comportamentos, ajustando-os aos padrões dominantes ou incorporando elementos originais de maneira seletiva. (FONTES, 2010, p. 174-175)

Cabe destacar que a expansão do capital-imperialismo fez emergir as condições concretas para a formação de alianças burguesas em escala internacional, suscitando novas formas de exploração de mais-valia e novos expedientes de dominação de classe que entrelaçam a esfera nacional e internacional. Por outro lado, é importante lembrar que na lógica das alianças intraburguesas sempre prevalece uma relação hierarquizada que mantém a supremacia dos interesses das burguesias dos países centrais em relação às burguesias subalternizadas. Entretanto, como já foi mencionado, essas não se inserem no processo de forma totalmente inertes e apassivadas, ao contrário, dentro dos parâmetros suscitados por uma relação desigual, procuram as melhores condições para atingir seus interesses imediatos e futuros tanto em âmbito nacional quanto internacional.

De outra parte, a engrenagem que impulsiona a expansão imperialista, independente da sua fase e configuração, necessita, irremediavelmente, da presença e atuação sistemática do Estado no sentido de promover as condições gerais para a expansão, por meio da implantação de uma sociabilidade sintonizada com os interesses

do capital, seja pelo expediente das franquias democráticas ou mesmo pelo emprego aberto da violência.

Capítulo 3: PO: Capitalismo dependente e os caminhos da revolução brasileira

I. Entre o antagonismo e a cooperação. O caráter da burguesia brasileira

Como já foi abordado e teremos a oportunidade de analisar no transcorrer do capítulo, no plano político e teórico uma das tarefas prioritárias da PO era instituir e atualizar o pensamento marxista-leninista no interior da classe operária brasileira visando construir uma esquerda genuinamente revolucionária. Nesse intento, a tendência teve que enfrentar paralelamente outro dilema. Compreender as particularidades políticas e econômicas do Brasil, não se limitando apenas à análise dos conflitos cada vez mais constantes entre burguesia e proletariado; suas abordagens expressam detalhadamente os conflitos no interior da própria classe dominante brasileira, em particular o antagonismo crescente entre o setor industrial e o setor agrário em luta pela hegemonia. Antagonismo que, em muitas oportunidades, foi a mola propulsora do desenvolvimento econômico, como também o definidor dos rumos da vida política brasileira, seja sob a forma de um Estado bonapartista ou populista.

Dessa empreitada, surge a tese de que o caráter dependente do capitalismo brasileiro fez emergir uma burguesia que se consolidou como classe hegemônica em uma “[...] época do imperialismo em decadência, na fase em que o capitalismo luta em escala mundial pela sobrevivência, em competição com um bloco de países socialistas.” (Martins, 1994 [1959] , p. 64). Assim, opera-se um enlace entre uma burguesia débil com o imperialismo na fase da cooperação antagônica, tendo como centro hegemônico os Estados Unidos.

Por que débil? Porque o capitalismo brasileiro historicamente se desenvolveu alicerçado por uma economia agrária exportadora que restringiu a expansão do mercado interno de consumo. Contraditoriamente, é através das exportações de produtos agrários que a burguesia industrial acumula capital para financiar a industrialização, do Brasil. Essas duas características do capitalismo brasileiro determinaram as relações entre a burguesia industrial e o setor agrário-latifundiário e, simultaneamente, a relação da burguesia nacional com o imperialismo.

Ora, nesse prisma fica evidente que a burguesia brasileira não possuía disposição para soluções revolucionárias, nem no tocante ao atraso interno nem, tampouco, para o enfrentamento dos interesses do imperialismo, pois existia uma relação de complementaridade de interesses mútuos que sempre prevalecem.

O conceito de “cooperação antagônica” foi utilizado também no passado pela POLOP para descrever as relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo e criticar aqueles que atribuíam um pretenso caráter anti-imperialista à “burguesia nacional”. A integração da burguesia brasileira com a internacional é de fato muito grande para permitir que o antagonismo se sobreponha à cooperação, numa base permanente. A burguesia brasileira não tem a ilusão de enfrentar o imperialismo americano nem tem interesse nisso, pois pode lucrar muito mais com o predomínio das condições de cooperação. (CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER- CVM, Notas Sobre o Momento Histórico Atual – Parte I: Desenvolvimento Capitalista e o Papel do Estado no Brasil, [2012?] , p. 2)

É importante notar que, ao estabelecer o caráter subordinado da burguesia brasileira, a PO atacou de modo enfático as teorias de desenvolvimento apresentadas nas formas mais variadas, mas que propunham as mesmas soluções para os problemas nacionais. Soluções, estas, que tinham no crescimento econômico capitalista a resolução para o atraso do Brasil, crescimento lento e constante que eliminaria os conflitos internos e arrefeceria a luta de classes.

Nessa via o pensamento desenvolvimentista, em seus diferentes matizes teóricas e políticas, procurava definir melhores condições para a associação do capital brasileiro com as potências imperialistas, pois o entendimento de que sem o apoio do capital estrangeiro não haveria possibilidade de resolução dos problemas nacionais era o ponto de convergência que unificava todas as correntes desta linha de pensamento, inclusive as mais nacionalistas. Evidentemente, no entender da PO, essa postura eliminava totalmente as possibilidades de emancipação do país e, portanto, anulava completamente o papel da burguesia nacional na luta contra o imperialismo.

Todavia, é preciso frisar que a PO não compartilhava das teses que simplificavam o caráter da burguesia brasileira¹¹. Caminhando em direção oposta, destaca que: “[...] o imperialismo, [...] não penetra no Brasil contra os interesses do capitalismo interno; ao contrário, o capital nacional só se desenvolve integrando-se com o capital imperialista”. (Programa Socialista para o Brasil, 1967). À vista disso, coloca em relevo o caráter ativo da burguesia brasileira no processo de integração subordinada ao imperialismo nos parâmetros impostos pela cooperação antagônica.

Diante desse intrincado quadro econômico e político, a PO refutou qualquer concepção teórica de caráter idealista e utópica, em contrapartida forjou soluções prático-teóricas no estrito campo do marxismo-leninismo, tendo em vista abarcar as contradições e tensões inerentes ao capitalismo dependente construindo simultaneamente, como alternativa crível, um *Programa Socialista para o Brasil*. Partindo exatamente desse postulado é que veremos, no transcorrer deste capítulo, os caminhos para a revolução brasileira traçados pela PO considerando os parâmetros estabelecidos pelo capitalismo dependente nos marcos da cooperação antagônica.

II. Operariado: A força motriz da revolução brasileira

A defesa do caráter socialista da revolução no Brasil consiste no núcleo central da proposta teórica e política da PO, sendo que a intervenção ativa da classe operária e sua hegemonia sobre as demais classes e camadas oprimidas da sociedade, é a premissa imperiosa para a vitória da revolução.

Nesse sentido, procurou compreender o processo de formação da classe operária brasileira no contexto da luta de classes existente no país, destacando que o reformismo e a política de colaboração de classes, empreendida pelo PCB, atrasaram o processo de amadurecimento político do proletariado brasileiro que “Marx chamava de transformação do proletariado de classe em si à classe para si.” (MARTINS, 1970), ou seja, a formação

¹¹ Como foi referido anteriormente, o mesmo pressuposto teórico foi utilizado para distinguir o caráter da burguesia dos demais países da América Latina, todavia, reconhecendo as particularidades inerentes a cada país da região.

de uma classe operária independente e livre da tutela política e ideológica do Estado e da burguesia, contraposta radicalmente aos interesses desta.

Martins (1970) argumenta que o proletariado brasileiro

Rompeu as amarras de uma integração oficial, que no Brasil se deu principalmente por intermédio de um sindicalismo estatal, sob o controle do Ministério do Trabalho, mas não encontrou ainda suas formas de organização próprias, que lhe permitissem travar a luta como classe em escala nacional.

Em sua avaliação, ressalta que a ditadura ao impor uma política econômica que intensificava a exploração do trabalho por meio do congelamento salarial, contribuiu para o rompimento do operariado com o chamado sindicalismo oficial. Enaltece ainda, o caráter político das greves de 1968 ocorridas em Contagem e Osasco, que mesmo limitadas a reivindicações parciais, se constituíram, em última instância, como instrumentos de resistência operária ao golpe de 1964.

Foi a própria ditadura que mais contribuiu para afastar o proletariado dos organismos sindicais oficiais. Sendo o congelamento salarial uma das metas do golpe de Estado, a Ditadura tem pouca margem para desenvolver uma demagogia trabalhista. O proletariado compreendeu isso instintivamente e resistiu como classe ao golpe. Na medida em que se pôde movimentar como classe depois do golpe - geralmente em escala regional - manifestou-se contra a ditadura. As greves gerais de Minas e de Osasco, no fundo, eram greves políticas, apesar das reivindicações terem se limitado ao terreno salarial. (MARTINS, 1970)

Entretanto, reitera a crítica de que o proletariado brasileiro ainda não havia atingido sua independência e maioria, encontrando-se sujeito a influências teóricas e políticas estranhas aos seus reais interesses de classe.

Apesar do desencanto com o trabalhismo e o desgaste das antigas lideranças populistas, o vácuo ainda não foi preenchido pelo surgimento de uma liderança política operária e isso significa que fica aberta a possibilidade de novas influências burguesas e pequeno-burguesas, estranhas à classe. (MARTINS, 1970)

Ora, ao evidenciar a ausência de amadurecimento político da classe operária brasileira, Martins, em um primeiro momento, responsabilizou o PCB e sua política de conciliação de classe, pois o partido exerceu forte influência sobre o operariado

conduzindo-o a uma postura reboquista frente aos interesses da burguesia brasileira, que por sua vez estava atrelada ao imperialismo. Contudo, a atuação do PCB não explicava em sua totalidade a situação: era necessário compreender as causas do atraso do movimento operário em toda a sua magnitude; para tanto era preciso compreender o processo de constituição do proletariado brasileiro em sua raiz.

Para tanto, era fundamental identificar as diferenças existentes entre a classe operária surgida no início do século XX - que liderou a greve de 1917- e o operariado que emerge na Era Vargas (1930-1945), pois o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro empreendido, sobretudo, nos anos quarenta, constituiu um novo tipo de proletariado, com aspirações de ordem material e política radicalmente opostas às gerações anteriores.

O caráter e a composição do proletariado do princípio do século era diferente daquele que surgiu nas décadas de 30 e 40 em virtude da industrialização. O primeiro, numericamente fraco, era composto, em grande parte, por imigrantes europeus que transplantaram para o Brasil tradições operárias criadas nos seus países de origem, implantando neste hemisfério a bandeira da luta de classes. Isso foi o seu mérito indiscutível, mas representou também o seu lado fraco. Basta dizer que os órgãos mais representativos da imprensa proletária da época eram escritos em idioma estrangeiro, principalmente italiano, fato que limitou a sua influência de antemão. As novas gerações de operários de fábrica, criadas nas fases de industrialização de pós-guerra, sufocaram as anteriores em número e importância, mas em troca ainda não tinham ouvido falar em luta de classe. (MARTINS, 1988[1966] , p. 143).

Nessa quadra, Martins chama a atenção para o fato de que a geração de novos operários, surgida após a fase de industrialização que toma impulso com a fundação da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda (1941), ficou sob a influência unilateral da ideologia estado-novista, o que favoreceu a destruição do sindicalismo livre, favorecendo a adoção de uma política paternalista de legislação social e de salário mínimo que alicerçada em um sindicalismo sob o controle do Estado, contribuiu decisivamente para o rompimento político entre as duas gerações proletárias aludidas.

Mais uma vez a crítica do dirigente marxista-leninista direciona-se para o PCB, pois o partido, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes e influenciado pelas orientações da Terceira Internacional, isolou-se da classe operária “[...] tornando-se uma seita de composição pequeno-burguesa, cujo campo de ação mais importante estava nos setores pequeno burgueses. ” (MARTINS, 1988 [1966] , p. 56).

Segundo suas concepções, essa situação favoreceu as tendências reformistas no interior do partido que defendiam o apoio à burguesia progressista. Assumindo a hegemonia partidária, essas tendências levaram o partido a aderir ao governo, ao projeto de industrialização e ao chamado esforço de guerra. Sem direção, o proletariado ficou submetido a uma posição caudatária, frente ao poder constituído.

Contudo, com o fim da ditadura varguista, a classe operária mostrou-se receptiva ao Partido Comunista recém-saído da clandestinidade. Porém, mais uma vez o PC optou oficialmente por uma postura conciliatória de unidade política com a chamada burguesia democrática nacionalista. Estabelecendo, desta forma, a aliança trabalhista-comunista, o resultado foi a intensificação da subordinação dos interesses do operariado, aos supostos interesses progressistas dessa fração da burguesia brasileira.

Apesar da confusão reinante no seio do proletariado e por baixo do trabalhismo reinante, havia uma profunda radicalização das massas. Os salários reais tinham caído durante a ditadura para menos da metade e o relaxamento da repressão e do clima político geral, em 1945, bastavam para que o proletariado se lançasse em ondas de greves em massa inéditas na história do país e que arrastavam as camadas mais atrasadas e getulistas do proletariado. Este movimento espontâneo da classe operária teria sido a maior oportunidade para um partido revolucionário erradicar o trabalhismo do seu meio e reduzi-lo às suas bases peleguistas. O Partido Comunista, entretanto, conseqüente com sua nova linha, prestou-se a desempenhar o papel de “bombeiro” para apagar o fogo. O governo exibiu entrevistas filmadas em todos os cinemas do país, nas quais Prestes se pronunciava contra as greves e apelava para os operários a “apertarem os cintos” e a fazer “sacrifícios patrióticos. (MARTINS, 1970)

Ora, o resultado desta política praticada pelo PCB foi a manutenção da estrutura sindical empreendida pelo Estado Novo (1937-1945), nos moldes do sindicalismo italiano dos tempos do fascismo, quando o partido assumiu postos importantes na direção do movimento, a partir da constituição de alianças com os antigos dirigentes do sindicalismo corporativo. Com isso, o PCB abriu mão de questionar a estrutura vigente, contribuindo sensivelmente para a manutenção de entidades operárias tuteladas pelo Estado, de modo que ao renunciar à luta pela liberdade sindical, contribuiu demasiadamente para o não amadurecimento da classe operária brasileira.

Em suma, esse fato representava a comprovação da política de colaboração de classes adotada pela direção do PCB que, abandonando os princípios do socialismo e uma ação educativa dos operários, evitou uma abordagem classista dos problemas brasileiros,

compreendida como não congruente com uma suposta revolução democrático-burguesa, nacionalista e anti-imperialista. De sorte que, a política caudatária empreendida pelos pecebistas refreou o dinamismo do movimento operário, levando o proletariado à passividade e a uma postura política defensiva.

Para Martins (1988) essa postura publicamente assumida por Luiz Carlos Prestes iniciou, de fato, a estratégia adotada pelo PCB, que mantinha como aspiração central “[...] conciliar as reivindicações dos de baixo (inclusive das bases do Partido) com sua linha política de apoio e colaboração com a burguesia nacional.” (1988[1966], p. 146), postura esta que norteou toda a sua trajetória política subsequente.

Sintetizando, em nome de uma suposta revolução nacionalista-democrática e na crença em um projeto de desenvolvimento econômico autônomo para o Brasil, o reformismo pecebista se consolidou pela política de colaboração de classes com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e se manteve até a deposição de João Goulart, em 1964.

Por essa ótica, podemos concluir que mais uma vez não se tratava da adoção de uma política norteada pelos princípios revolucionários do marxismo-leninismo às condições específicas do Brasil, como defendia a PO, mas da implementação de uma política revisionista e conciliatória de matiz estalinista.

A partir das questões aludidas, há a constante reiteração por parte da PO de que a classe operária foi impedida de lutar por sindicatos livres e autônomos, que atendessem aos seus interesses materiais imediatos. Essa política suscitou a autolimitação da vida sindical, matizada pelo desprezo da organização do movimento operário em prol de seus legítimos interesses de classe, pois o radicalismo da massa era rejeitado com toda a veemência pelas lideranças sindicais e partidárias, temerosas de que um provável conflito afetasse toda a política colaboracionista empreendida pelo PCB.

Desta forma, as lideranças tragadas pelas teses nacionalistas, acreditavam ser perfeitamente natural que o movimento operário atuasse em função dos interesses das frações progressistas da burguesia nacional, bem como eram incapazes de conceberem um movimento sindical fora da tutela do Ministério do Trabalho e consciente de seus reais interesses de classe.

De sorte que, a história foi testemunha do encontro inusitado entre um partido de esquerda – o Partido Comunista Brasileiro – influente no movimento operário e norteado

por uma teoria de caráter nacional-desenvolvimentista, com um jovem proletariado, necessitado de transformações econômicas e sociais. Desse encontro emerge como centralidade a eclosão de uma revolução de caráter democrático-burguesa no país.

Partindo de uma análise mais radical, podemos afirmar que na realidade, a política adotada pelo PCB expôs a ausência de um projeto revolucionário socialista para o Brasil, sendo que sua direção se limitou simploriamente a fazer propaganda do socialismo em outros países, desconsiderando a realidade histórica inerente à sociedade brasileira. Desconsideração que foi fruto da incompreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, levando parte significativa da esquerda e do movimento operário a serem cooptados pelo projeto nacional-desenvolvimentista, instigando-os a praticar uma política de conciliação de classes com a denominada fração progressista da burguesia nacional, estratégia que caminhava ao encontro dos interesses da pequena burguesia radicalizada, ao mesmo tempo em que prostrava o proletariado diante dos interesses do capital nacional associado ao imperialismo.

Desta afirmação, assinalo que foi exatamente a ausência de uma teoria revolucionária de matiz marxista-leninista que levou a PO a expor o caráter débil e hesitante da velha esquerda¹², frente ao movimento operário. Como resultado prático, a esquerda brasileira mostrou-se incapaz de compreender e comandar o proletariado industrial que se formou, sobretudo, a partir da queda do Estado Novo.

Alicerçada pelas experiências do passado, a PO – antes do golpe de 1964- identificou fenômeno semelhante, quando a pequena burguesia, que dominava frações importantes da esquerda, apoiando o governo de Goulart adotou uma política de Frente Ampla, ou seja, assumiu a continuação de uma política de conciliação de classes, em que o proletariado deveria abdicar de suas reivindicações imediatas e históricas e abrir mão de reivindicações básicas, como o reajuste salarial e a melhoria nas condições de trabalho, além de abandonar métodos de lutas tradicionais, como as greves.

¹² O termo *velha esquerda* era uma referência ao PCB e tinha por objetivo diferenciá-lo das tendências que surgiram em oposição a sua política de conciliação de classes. Por outro lado, a definição *nova esquerda* ou esquerda revolucionária se referia às tendências que defendiam a revolução socialista.

Sobre esse momento Ernesto Martins (1970) afirmava que:

O barômetro da situação de classe do proletariado, nesta primeira fase de nova ascensão, foram as eleições presidenciais de 1960, que revelaram profunda divisão do proletariado brasileiro e o pouco amadurecimento de sua consciência de classe. O voto operário no país dividiu-se principalmente entre dois candidatos burgueses, entre o “nacionalista” General Lott e o demagogo populista Jânio Quadros. [...] . O voto operário só foi unânime na eleição do Vice-presidente João Goulart. O atraso do proletariado manifestou-se de modo duplo: primeiro, por ter dado os seus votos a candidatos burgueses, inimigos naturais de sua classe e, segundo, pelo fato de não ter dado pelo menos o seu voto como uma classe unida, e se ter deixado dividir pela burguesia. [...] . Em seguida com as decepções em torno da gestão de Jango e o desgaste de Jânio, causado pela renúncia, e na medida em que o PCB perdia posições e o controle da situação, foi outro líder burguês, Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, que penetrou no proletariado.

Ao aderir ao reformismo, acreditando em uma suposta vocação democrática da burguesia brasileira, o PCB, mais uma vez, se omitiu, como principal partido de esquerda, de exercer uma política respaldada num programa centrado a partir das perspectivas dos interesses dos trabalhadores.

Em contrapartida aos pecebistas, a PO defendia asserção, segundo a qual a burguesia brasileira era impossibilitada historicamente de superar as contradições pertinentes à causa dos trabalhadores e que, com o tensionamento dessas contradições e, conseqüentemente, com o acirramento da luta de classes, restava à burguesia unicamente a saída pela violência, com a ação do aparelho de repressão do Estado.

Desse entendimento decorre a tese de que o golpe militar de 1964 não foi meramente um acaso, mas sim o resultado das contradições históricas inerentes à sociedade brasileira, sendo que a radicalização dos trabalhadores foi o alarme que acordou a burguesia, uma vez que o operariado com o processo de acirramento da luta de classes, adquiriu maior autonomia na defesa dos seus interesses específicos e logrou alcançar, contra e sobre os interesses da burguesia, algumas conquistas, como o 13º salário, o descanso remunerado, o fim da assiduidade integral, etc..

Sobre esse período Eder Sader (1963, p. 13) destaca que:

Da instituição do Ministério do Trabalho até hoje muita coisa mudou. Principalmente, a indústria capitalista implantou-se definitivamente no país; a classe operária cresceu e é hoje um peso considerável na população nacional;

e, como produto dessa nova situação, aumentaram em número e importância as greves e os movimentos operários.

Mas os avanços identificados por Sader não significavam que o operariado brasileiro tivesse atingido a independência de classe, único meio capaz de lhe garantir aspirações sociais, políticas e econômicas próprias. Nesse contexto, mantinha-se atual a tese, tão cara a PO, da necessidade do encontro entre o operariado e uma vanguarda política de orientação marxista-leninista. Essa bifurcação, portanto, continuava sendo o único caminho capaz de construir um movimento operário com potencial revolucionário para destruir a ordem vigente e edificar uma sociedade socialista no Brasil.

III. Estado e dominação de classe no Brasil

Neste momento da pesquisa, é necessário analisar como a PO compreendia a relação entre classes e Estado, uma vez que esta foi com certeza uma das questões mais importantes enfrentada por seus teóricos, ao elaborarem suas críticas à postura adotada pelo PCB e ao formularem suas principais propostas para um programa revolucionário para o Brasil.

Partindo das formulações centrais de Marx e Lênin, a PO desenvolveu suas teses demonstrando a intrincada relação entre classes e Estado, através de uma breve retrospectiva sobre o caráter classista do Estado e suas diferentes configurações ao longo dos séculos XIX e XX. No tocante ao Estado brasileiro, tomou como ponto de partida o Estado Novo transitando até a ditadura militar imposta em 1964. E são exatamente estas considerações que serão expostas nas linhas seguintes.

Defendendo que o Estado consiste em um instrumento de dominação de classe e que a república democrática é a forma mais perfeita e avançada do Estado burguês, Martins argumentava que pelo fato de deter o poder econômico, a burguesia controlava a maior parte dos representantes do parlamento, os quais defendiam os seus interesses imediatos no transcorrer de suas legislaturas. Assim, “A democracia parlamentar burguesa significa, portanto, a ditadura direta da burguesia, que não precisa de intermediários para governar.” (MARTINS,1994[1967] , p.114.)

Dessa forma, o sistema democrático e suas regras parlamentares mascaram essa ditadura de tal modo, que esta não se expressa abertamente, mas sim, veladamente. Em

razão disso, as eleições, os debates parlamentares etc., ocultam do proletariado o caráter classista do Estado e, ao permitirem alternâncias de governo, criam falsas ilusões, evitando maiores perigos ao sistema e suas principais estruturas.

A divisão do legislativo em duas esferas, Câmara dos Deputados e Senado, também corrobora para a manutenção da ordem vigente, pois dificulta a pressão popular e impossibilita que leis contrárias aos interesses da burguesia sejam adotadas. O mesmo ocorre em relação à divisão dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário – que em suas variantes têm como pressuposto assegurar o pleno funcionamento da ditadura velada e direta da burguesia na república democrática.

Martins chama a atenção para o fato de que estudos acerca do caráter do Estado e da democracia, foram prontamente negligenciados pelos movimentos socialistas após a morte de Marx e de Engels. Como vimos esse abandono se fez valer porque as franquias democráticas e algumas conquistas salariais alcançadas pelos trabalhadores no final do século XIX e no transcorrer do século XX, levaram os movimentos socialistas a uma postura reformista, perdendo de vista os horizontes da revolução proletária.

Com a eclosão da revolução bolchevique na Rússia em 1917, a questão do Estado foi colocada de forma radical na pauta da esquerda mundial, causando a cisão entre os reformistas que negando ou escondendo, por motivos táticos, o caráter de classe da democracia burguesa, pretendiam conquistar e reformar o Estado democrático para chegarem de forma pacífica ao socialismo. Por outro lado, os revolucionários marxistas - liderados por Lênin e organizados na Terceira Internacional- desmascaravam a democracia como uma ditadura de classe, de modo que o operariado revolucionário deveria tomar o poder e destruir a máquina estatal burguesa, construindo, simultaneamente, um Estado operário.

Respalhada nesses pressupostos, a PO defendia a posição, segundo a qual era condição vital para a classe operária resgatar as teses do marxismo-leninismo acerca do Estado como forma de desnudamento da luta de classes no Brasil e como instrumento para a compreensão do processo de desenvolvimento do Estado burguês brasileiro.

Quando Lenin escreveu esta análise, em 1917, em “O Estado e a Revolução”, começou a obra dizendo que a tarefa dos marxistas, naquela época, era “desenterrar” as concepções de Marx e Engels sobre o Estado –uma das pedras angulares da teoria revolucionária. Hoje, cinquenta anos depois, a situação não é muito diferente no Brasil. Para nossa geração de revolucionários e,

consequentemente, para o proletariado em geral, temos de certo modo de repetir o trabalho de Lenin. Temos de dar este passo atrás, se quisermos compreender o desenvolvimento que o Estado burguês tomou desde então. (MARTINS, 1994[1967] , p. 115-116.)

Em suma, ao sublinhar os principais pressupostos constitutivos da teoria marxista-leninista sobre o Estado, a PO visava, por um lado, alicerçar suas proposições sobre a estrutura de funcionamento da máquina estatal burguesa brasileira em suas variadas configurações e alertar a classe trabalhadora para o perigo do golpe, uma vez que a democracia burguesa quando não reúne mais condições para a manutenção da ordem vigente e nem as garantias necessárias para a acumulação de capital, opta, invariavelmente, pela ditadura aberta e pela imposição violenta da dominação de classe.

Nessa quadra cabe mencionar a importante contribuição de Thalheimer (2010), pois a PO, seguindo a trilha aberta pelo filósofo alemão ao analisar o fascismo a partir da obra de Marx (*18 de Brumário de Luís Bonaparte na França de 1851*), ressalta que a pedra angular do bonapartismo consiste em conceber a ditadura como um regime acima das classes, um regime autônomo e independente. Todavia, essa presunção não passa de mera abstração, pois todo regime serve a alguma classe.

No caso do bonapartismo, trata-se de atender aos interesses da fração mais poderosa da classe dominante, isto é, a burguesia que não consegue mais exercer o seu poder por meios parlamentares e que, ameaçada por crises econômicas, entrega o poder a um ditador em troca da repressão aberta contra a classe trabalhadora.

Abrindo mão de seus partidos políticos e de seus representantes parlamentares, a fração da burguesia no poder avaliza a supressão dos poderes do legislativo e a concentração do poder no executivo. Desta forma, a ditadura, apesar de ser aplicada abertamente, não é exercida diretamente pela classe dominante, mas pelo ditador, que não precisa se preocupar com os interesses particulares e imediatos de cada fração da burguesia e, sim, com a manutenção do regime capitalista em sua totalidade.

O bonapartismo é a forma “final” do poder de Estado burguês na medida em que é uma forma de ditadura aberta capitalista e esta surge quando a sociedade burguesa chegar à beira de seu túmulo, quando for mortalmente ameaçada pela revolução proletária. O mesmo está na essência do fascismo: uma forma da ditadura aberta capitalista. (THALHEIMER, 2010, p. 57.)

Se por um lado, a ditadura aberta da burguesia é uma reação radical da classe dominante contra o movimento político e sindical da classe operária e, em um sentido mais amplo, uma reação contra as tentativas de revoluções proletárias, ou ainda uma reação às práticas reformistas fracassadas, por outro lado, o fascismo é concebido como uma continuação da experiência bonapartista em condições históricas diferenciadas, sendo que a fração de classe que o sustenta politicamente é a pequena burguesia radicalizada que, ameaçada em sua existência material, caminha deliberadamente para a extrema direita em virtude do movimento operário não lhe apresentar alternativas que contemplem suas expectativas de ordem econômica.

Nessas circunstâncias,

Seja por imaturidade ou por senilidade, a burguesia entrega os negócios do Estado a um “governo forte”, a um executivo com aparente independência para “conservar as condições gerais do modo de produção capitalista contra os excessos dos operários, como também de capitalistas individuais. (MARTINS,1994 [1967] , p.120)

Foi exatamente esta pequena burguesia, a fornecedora de agentes para as milícias fascistas que, através do terror, se colocaram acima de seus inimigos políticos. Foi também a responsável pela elaboração da ideologia fascista, que se constitui numa mescla de nacionalismo, anticapitalismo popular e um messianismo místico. Neste tocante, a ideologia do movimento fascista tem um papel extremamente relevante, superior às formas ideológicas encontradas em movimentos de reação anteriores, pois se apresenta, não como um movimento de reação, mas sob formas dinâmicas e revolucionárias, que servem de justificativas para a legitimação do domínio sobre os espaços de organização do proletariado como os sindicatos, e ainda o exército, a igreja, a burocracia estatal etc.

Em suma, a ideologia fascista reflete a disposição da pequena burguesia de se posicionar como a legítima representante da nação em sua totalidade, colocando-se, desta forma, acima dos interesses das demais classes sociais. Contudo, uma vez instalada essa forma de ditadura, o radicalismo pequeno-burguês torna-se um incômodo para os reais interesses do capital.

A pequena burguesia transforma-se, então, em vítima daquele mesmo terror com o qual assombrou a esquerda, tendo seus interesses econômicos e políticos imediatos contrariados em relação aos interesses do grande capital. Assim, a fração burguesa

dominante sob a égide do fascismo possui uma nova face, a face do capital financeiro e dos grandes monopólios do período imperialista.

Agora, porém, já se trata de uma burguesia diferente, trata-se dos expoentes do capital financeiro e dos grandes monopólios, da época do imperialismo. Não é por acaso que o fascismo surgiu numa época em que as contradições interimperialistas foram mais agudas. Não resolveu nenhum dos problemas da sociedade burguesa e sua única saída foi a guerra. A perda desta guerra comprometeu temporariamente o fascismo perante as burguesias do mundo, todavia, não quer dizer que já esteja desatualizado como ameaça ao proletariado. (MARTINS, 1994[1967], p18-119)

É importante notar que, movimentos como o bonapartismo e o fascismo necessitam de tempo e condições apropriadas para se consolidarem e que o recurso mais comum utilizado pela classe dominante quando seus interesses são ameaçados é a ditadura militar simples, como as que se fizeram presentes nos países da América Latina. Nessa quadra Martins atenta para um fato de suma importância, qual seja, a ditadura, enquanto expediente de governo, apresenta contradições e limitações intrínsecas, pois como regime de longo prazo, não atende aos interesses da grande burguesia devido a sua falta de desenvoltura e conservadorismo, por isso a burguesia confere às forças armadas o papel de reserva estratégica governamental. Todavia, para as velhas oligarquias do campo, a ditadura militar representa a garantia de que não haverá mudanças na ordem capitalista estabelecida e cumpre a tarefa de instrumento de garantia do conservadorismo econômico-político vigente.

Ainda devo acrescentar que as formas de ditaduras impostas pela burguesia, diferem entre si pelo fato de cada uma possuir um contexto e uma lógica própria. Neste sentido, bonapartismo, fascismo e ditadura militar são expressões de uma determinada sociedade capitalista, que resultam do grau de desenvolvimento das sociedades burguesas e das relações de classe existentes em seu interior. As diversas formas de ditaduras abertas possuem, assim, uma grande similaridade, são ditaduras abertas, mas indiretas, da burguesia que garante, a partir de um governo de força, a manutenção do processo de acumulação capitalista em sua totalidade.

Seja por imaturidade ou por senilidade, a burguesia entrega os negócios do Estado a um “governo forte”, a um executivo com aparente independência para “conservar as condições gerais do modo de produção capitalista contra os

excessos dos operários, como também de capitalistas individuais. (Engels).”
(MARTINS, 1994 [1967] , p. 120)

Ao analisar o caso brasileiro, Martins parte do princípio de que a radicalização das lutas de classe no Brasil reproduziu quase todas as experiências de governos burgueses ocorridas em escala internacional. A ditadura Vargas (1937-1945), portanto, representa a fase bonapartista da burguesia brasileira, que através da revolução de 1930, iniciou um processo de superação do poder das oligarquias, abrindo a possibilidade de ascensão da sua fração industrial. Incapaz de exercer seu domínio de classe em virtude de seu baixo padrão de desenvolvimento político e temerosa de aprofundar o processo revolucionário em curso, a burguesia industrial conferiu o poder de Estado a um ditador, Getúlio Vargas.

A ditadura de Vargas representará a fase bonapartista da burguesia brasileira. Vargas serviu a uma coligação de interesses entre a burguesia e o latifúndio, numa aliança em que as forças da cidade aumentavam constantemente o seu peso, em virtude do aumento do seu papel na economia nacional. Vargas serviu diretamente à burguesia brasileira, iniciando a fase de industrialização de cima para baixo, dando-lhe tempo e meios de aburguesamento, de adaptação às novas circunstâncias econômicas. (MARTINS, 1994[1967] , p.120)

Nessa ótica, o bonapartismo varguista possuía uma característica peculiar que o diferenciava de seus similares clássicos. Primeiramente, porque não tinha como força política de sustentação um campesinato de pequenos proprietários de terra, inexistentes no Brasil em face da estrutura fundiária historicamente constituída, que gestou uma camada de grandes proprietários.

Sendo assim, no contexto socioeconômico brasileiro do período, o alicerce da base política do bonapartismo de Vargas era o jovem proletariado de origem camponesa, débil politicamente que - como vimos no início deste capítulo - se tornou presa fácil da cooptação do Estado, que agia por meio de uma legislação trabalhista que subordinava o movimento operário, e por meio do terror contra os movimentos de esquerda de caráter revolucionário. O apoio concedido pela classe média à ditadura varguista também é objeto de destaque na medida em que esta somente assumiu uma posição contrária a ditadura vigente no final da Segunda Guerra, quando se colocando em uma postura caudatária dos

interesses da grande burguesia, reivindicou formas mais diretas de exercícios de poder. Para tanto contou com o apoio das forças armadas, destituindo Vargas de suas funções.

Ora, por meio dessa abordagem fica evidente que neste processo, a participação popular não se fez presente em nenhum momento e que o exército, ao longo desse período, cumpriu um duplo papel: primeiro como instrumento para a consolidação do bonapartismo varguista, posteriormente, como instrumento de sua deposição.

Resulta desse contexto a tese da PO, segundo a qual, o bonapartismo de Vargas foi o reflexo de uma determinada e superada fase no desenvolvimento das lutas de classe no país, sendo, em última análise, a expressão do grau de desenvolvimento da burguesia e do proletariado em um determinado período político da história do Brasil; por isso, outras tentativas de experiências bonapartistas como a de Jânio Quadros (1961) e a de João Goulart (1963-1964) não obtiveram êxito.

O primeiro, pela incapacidade de direcionar o apoio conquistado junto à classe média em pressão contra as instituições tradicionais, além do fato de não contar com o apoio massivo do proletariado. Quanto a João Goulart, a PO encontra uma explicação política mais complexa, pois compreendia que o herdeiro político de Vargas tinha o apoio significativo do proletariado para seus fins bonapartistas, contudo, a burguesia não desejou correr novos riscos como no passado optando, nesse caso, por não se aproximar tanto da classe trabalhadora, agora mais madura e politizada, restando-lhe apenas, como saída, o golpe militar de 1964.

Martins não descarta a existência de tendências fascistas no Brasil, destaca, porém, que o movimento integralista e as tentativas do Clube da Lanterna – clube de direita fundado por Carlos Lacerda em 1953- se constituíram em movimentos isolados, que em ambos os casos não se firmaram como forças políticas dominantes por falta de amadurecimento das contradições de classe no país. Uma vez ausente o acirramento entre os interesses de classe, a pequena burguesia não se sentiu ameaçada em seus interesses e, por isso, não se alinhou politicamente à extrema direita. Porém, ressalta que essas tendências não sucumbem espontaneamente com a força do tempo; elas perduram e podem tomar novo vulto através do nacionalismo de direita, que fomentado pela política econômica do momento, pode encontrar as condições políticas necessárias para atingir o poder.

Nessa linha de análise, a PO situa a importância desempenhada pelos grandes proprietários de terras no contexto político brasileiro. Com efeito, aponta os limites da revolução burguesa de 1930 que, ao não expandir a sua revolução para o campo, manteve intactas as instituições políticas vigentes e as relações de propriedade, sendo que, apenas em 1932 ocorreu o rompimento entre as duas frações da burguesia brasileira.

Embora enfraquecido, o poder dos proprietários de latifúndios ainda era grande, e a tomada do poder pela burguesia não se fez de forma pura: a revolução de 1930 constitui uma solução de compromisso entre os dois grupos dominantes, compromisso que já se vinha delineando desde o Império e definira-se melhor durante a I República. O equilíbrio inicial da solução de compromisso entre burguesia e senhores da terra dura dois anos, rompendo-se com a contrarrevolução de 32, quando os segundos tentam retomar à burguesia as parcelas do poder que com ela estavam compartilhando. (PINTO, 1963, p.32)

Assim, ao manter a estrutura agrária intacta, o campo pode fornecer à cidade um excedente constante de força de trabalho, ou seja, criou um considerável exército de mão de obra de reserva, possibilitando ao setor industrial rebaixar os salários, intensificando a exploração dos trabalhadores, condição exigida pelo capital para impulsionar a acumulação exigida pela industrialização. Na medida em que se intensificava o desenvolvimento econômico e o setor industrial se autonomizou, em busca de condições para a expansão de seus interesses, o setor agrário reagiu expondo as contradições e conflitos iminentes ao capitalismo dependente brasileiro.

No plano externo, a economia nacional enfrentou a crise geral de exportação, uma vez que o principal mercado consumidor dos produtos brasileiros, o norte-americano, se mostrou impossibilitado de absorver as exportações tradicionais do Brasil, em virtude dos efeitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da Guerra da Coreia (1950- 1953).

No plano interno, dois fatores estimularam o antagonismo entre o setor industrial e o setor agrário. Primeiro, a incapacidade da agricultura de abastecer o mercado urbano do país em franca expansão, o que gerou uma grande alta de preços de matérias-primas e gêneros alimentícios. Soma-se a esta questão, a crescente pressão sindical por melhores salários e o aumento considerável do custo da produção industrial, conduzindo a burguesia na direção da depressão econômica.

O segundo fator refere-se à modernização tecnológica que acompanhou o processo de industrialização, principalmente depois da Segunda Guerra. Essa fase de modernização da indústria brasileira impossibilitou a absorção da mão de obra excedente do campo, uma vez que esta não possuía a qualificação profissional requerida pela indústria, sendo utilizada apenas pela construção civil. O setor de ponta da economia - metalurgia, indústria química, indústria mecânica, etc. - não se beneficiou, como no passado, deste excedente, colocando em xeque sua acumulação.

Logo, a ruptura entre indústria e agricultura, conduzida pela necessidade de uma reestruturação do sistema fundiário, tendo a reforma agrária como única forma possível de criar um mercado interno de consumo, impulsionou a burguesia a rever o Estado de Compromisso de 1937, revisão esta, tentada no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) e nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1963-64).

Em realidade, o que se passava era que o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro se chocava com o limite que lhe impunha a estrutura agrária. Ao se opor contra o outro limite, representado pelo imperialismo, todo o sistema entraria em crise, o que não só revelaria sua verdadeira natureza, como também o impulsionaria em direção a uma nova etapa de seu desenvolvimento. (MARINI, 1967, p. 88)

As duas iniciativas estabeleciam conflitos com os interesses do setor agrário exportador e das corporações monopolistas, sobretudo as estadunidenses. Nesse sentido, medidas de caráter nacionalista, adotadas durante o governo de João Goulart, como a limitação das remessas de lucros para o exterior, nacionalização de empresas, generalizaram o antagonismo em todos os setores da economia voltados para o mercado externo, acirrando o antagonismo entre o governo brasileiro e o imperialismo norte-americano.

Assim, a cooperação antagônica entre a burguesia brasileira e o imperialismo atingiu um estágio crítico, “[...] que já não mais permite existir em sua ambiguidade e impõe uma disjunção na cooperação, tendendo para a integração ou antagonismo, e marchando para a ruptura.” (MARINI, 1966).

Em termos históricos, cabe recuperar, mesmo que brevemente, algumas questões pertinentes ao proletariado, que alteraram sobremaneira a luta de classes no Brasil. Primeiro, o surgimento em 1961 da ORM-POLOP, que se colocou em oposição ao PCB,

apresentando uma proposta revolucionária no campo do marxismo-leninismo. Em 1962, lideradas por Francisco Julião, surgem as ligas camponesas, propondo uma reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores do campo. Simultaneamente, o movimento sindical amadureceu estimulando os operários a se mobilizarem de forma independente por aumentos salariais, colocando o processo de acumulação capitalista em franco questionamento. Paralelamente, outras tendências de esquerda são organizadas, além de movimentos que se formam em torno de lideranças populares como Leonel Brizola e Miguel Arraes.

Nessas condições, o eixo das contradições de classe no interior do capitalismo brasileiro, até então centrado no antagonismo entre o setor industrial e o setor agrário, com forte influência do capital estrangeiro, se deslocou tomando contornos mais radicais, pois polarizou: a classe dominante como um todo; e a classe trabalhadora da cidade e do campo. O período de 1961 a abril de 1964 representou a expressão maior desse acirramento da luta de classes no Brasil, desembocando na tentativa da burguesia de implantar um regime ditatorial que contemplasse seus interesses, tentativas que se basearam em diferentes coalizões de classe contando com o apoio substancial do imperialismo estadunidense.

Partindo dessas circunstâncias, a PO desenvolve a tese de que a democracia no Brasil, forjada no pós-guerra até o golpe militar de 1964, era de fato uma ditadura velada, mas direta, da coligação das classes dominantes, na qual a burguesia governava em aliança com o latifúndio. O sistema presidencialista representava uma alternativa para que a burguesia materializasse o seu poder político frente ao setor latifundiário, pois se organizava politicamente em escala nacional, ao contrário dos proprietários de terra, que mantinham um poder mais localizado, além do fato de ser um sistema político mais atraente para os interesses do capitalismo monopolista.

Nessas circunstâncias a burguesia:

Não governava sozinha. Apesar de ter conquistado a hegemonia na coligação das classes dominantes, ela precisava do apoio do latifúndio em qualquer Casa representativa constituída à base de votos. Era o latifúndio dono, por meio do voto de cabresto, de boa parte do eleitorado Brasileiro. Essa influência do campo se fazia sentir mais nas eleições locais que nos pleitos nacionais, pois a burguesia se organizava mais facilmente em escala nacional do que os proprietários de terra. Nessas circunstâncias o presidencialismo se tornava mais uma arma da burguesia para firmar posição frente aos seus aliados do

campo. Além disso, o exemplo histórico, a evolução nos Estados Unidos, já tinha mostrado que o presidencialismo se adapta perfeitamente às necessidades de um capitalismo monopolista. (MARTINS, 1994[1967] , p. 122)

Com o golpe militar de 1964, a ditadura de classes deixou cair a máscara, tornando-se declarada. De forma que, a burguesia e os latifundiários enxergaram na ditadura aberta das forças armadas, a manutenção dos seus interesses econômicos e políticos.

Todavia, as contradições do novo regime não tardaram a se manifestar, pois enquanto o latifúndio via seus interesses contemplados, a burguesia industrial encontrava-se em uma situação mais complexa. Por um lado, necessitava de um governo forte que mantivesse a ordem vigente, reprimindo de forma violenta o proletariado, simultaneamente, sentia-se incomodada em seus negócios, devido à interferência direta dos militares na esfera econômica e política.

Enquanto a ditadura militar, no momento, não representava maiores problemas para o latifúndio, que queria ver garantido o estado de coisas, os problemas da burguesia eram mais complexos. Embora ela aceitasse a amputação dos instrumentos por intermédio dos quais tinha exercido o governo direto (reunidos na constituição de 46), e sacrificava os seus representantes diretos, como Jango, Juscelino, Jânio e outros mais, um executivo que governava à base de coronéis dos IPMs não resolvia os seus problemas. Ela precisava de um “governo forte” frente às aparições das massas reprimidas, mas para produzir e comerciar com “tranquilidade” que não fossem perturbados pelas decisões arbitrárias de militares em postos executivos na vida econômica e política. Seu ideal ainda representava o governo Dutra, que nos anos agitados de pós-guerra tinha assegurado a “paz social” ao país. (MARTINS, 1994[1967] , p. 123)

Deste ponto de vista, Martins entende que o governo do ditador Castelo Branco (1964-1967) não reunia condições de atender aos anseios da burguesia e dos latifundiários em face da inexistência de apoio popular ao regime, o que dificultou qualquer saída bonapartista que de fato vislumbrasse uma superação, mesmo que provisória, das divergências de interesses no interior das forças patrocinadoras do golpe de 1964. Imediatamente, a política econômica aprofundou a recessão iniciada em 1962, ainda sob o governo Goulart, o que criou descontentamento dentro dos segmentos médios da burguesia e, principalmente, da pequena burguesia. Daí a oposição civil à ditadura protagonizada pelos estudantes.

Por esses motivos, a ditadura no governo de Castelo Branco representou, na realidade, os interesses econômicos e políticos da grande burguesia, pois com a impotência do Congresso e dos seus órgãos representativos, a cúpula da burguesia, ou seja, as grandes indústrias e os monopólios desfrutaram de acesso livre às decisões de caráter governamental. Nesse ínterim, a ditadura militar livrou a burguesia da dependência política imediata do latifúndio, uma vez que as decisões do Congresso se tornaram mera formalidade.

Ora, é essa liberdade de movimentação do poder executivo, o real interesse que sustentou o apoio da burguesia à ditadura militar, e foi através desse expediente que o executivo impôs, naquelas circunstâncias, um projeto econômico que possibilitasse a consolidação de uma nova lógica de acumulação capitalista no Brasil, além de uma política de concentração de capitais, de racionalização da indústria e do fortalecimento dos monopólios.

Como as contradições permanecem sempre latentes tencionam-se, nesse cenário, divergências no interior da própria burguesia, uma vez que a política implementada pela ditadura gerou uma maior concentração de capitais fortalecendo os grupos monopolistas mais poderosos. Essa situação levou uma fração da burguesia nacional a alimentar algum tipo de oposição.

É importante observar que a PO entende essa posição burguesa, não como uma postura contra a ditadura implantada pelo golpe militar, mas como uma oposição contra a política econômica adotada nos primeiros anos pela própria ditadura. A burguesia brasileira legitimou a ditadura aberta e indireta, mas exigiu que ela fosse conduzida de forma a atender as suas necessidades econômicas e financeiras imediatas, porque a centralização de capitais beneficiou principalmente os interesses dos grupos monopolistas mais fortes, e, portanto, do capital externo. Nessa cooperação antagônica firmada entre a burguesia brasileira e o imperialismo sempre existirá conflitos e tensões, porém sempre prevalecerá a cooperação mirando salvaguardar os interesses do capital em seu conjunto.

Diante do cenário aludido, a PO diverge das análises políticas e econômicas que caracterizam o governo militar, simplesmente como pró-imperialista. Como nos referimos no início do capítulo, a PO, em consonância com a tese da cooperação antagônica de Thalheimer, coloca em relevo outra visão, segundo a qual, as decisões de ordem política e econômica adotadas pela ditadura brasileira não são encaradas como

consequências de meras imposições imperialistas, dado que elas atenderam, na verdade, aos interesses da burguesia brasileira e sua lógica de acumulação de capital, sendo, em última análise, decorrência da luta de classes travada no interior do capitalismo dependente brasileiro.

Nesses termos, todas as decisões políticas e econômicas, inclusive externas, são consequências diretas dos interesses de classe pertinentes à burguesia brasileira; somente se realizam quando aceitas e endossadas por autoridades nacionais. Portanto, o Estado e seus governantes são expressões dos reais interesses da classe dominante vigente, os sustentáculos para a materialização do processo de acumulação capitalista almejado pela burguesia integrada ao imperialismo, dentro dos limites balizados pela cooperação antagônica.

[...] os setores dominantes da burguesia brasileira estão associados ao complexo imperialista, mas isto não quer dizer que não mantenham contradições secundárias com os centros imperialistas. Os principais conflitos com os norte-americanos não podem mais ser vistos como choques entre uma "burguesia nacional não integrada" e a burguesia imperialista. A burguesia não integrada, não monopolista, já é um setor bem fraco, que não possui autonomia de movimento e que não tem poder político de decisão sobre o Estado brasileiro. Sua dependência em relação ao Estado e aos grandes monopólios, além disso, determinam um comportamento politicamente submisso desse setor. Já as manifestações – ainda que fracas – de relativa autonomia como são expressas, por exemplo, pelo atual ministro do exterior (que é significativamente um dos grandes banqueiros do país) se originam do comportamento da grande burguesia brasileira, que é, no essencial, integrada ao imperialismo. (POC, Formação e natureza da ditadura militar – Subsídio para análise das perspectivas das lutas de classe no país, 1969)

Em suma, a PO, ancorada na tese da cooperação antagônica, atualiza a compreensão da nova fase do capitalismo dependente brasileiro, onde, via de regra, ocorrem conflitos e tensões entre a burguesia integrada e o imperialismo, devido, sobretudo, à disputa pelo mercado interno. É exatamente esse aspecto do problema que barrou “[...] o caminho para qualquer desenvolvimento capitalista autônomo” (POC, Formação e natureza da ditadura militar – Subsídio para análise das perspectivas das lutas de classe no país, 1969); contudo, não “[...] deixam de existir contradições secundárias, não antagônicas, entre a burguesia brasileira (ou melhor, instalada no Brasil) e os centros imperialistas estrangeiros”. (POC, Formação e natureza da ditadura militar – Subsídio para análise das perspectivas das lutas de classe no país, 1969).

Contradições, tensões, luta de classes e antagonismos foram, em muitas oportunidades, a mola propulsora do desenvolvimento econômico, como também o definidor dos rumos da vida política brasileira, como já foi aludido, na forma de um Estado bonapartista ou populista. Portanto, somente nesses termos, é possível compreender a lógica interna da ditadura militar brasileira, que por um lado se associa ao imperialismo sem nenhuma parcimônia, mas que por outro defende os interesses dos capitais aqui investidos.

[...] o golpe militar como resultado do agravamento da luta de classes, conduzindo a uma polarização de classes na sociedade brasileira; a iniciativa do golpe nas mãos do Alto Comando das Forças Armadas; a imposição da ditadura militar à própria oposição burguesa, num processo contraditório, de avanços e recuos, expressivo do novo curso da luta de classes após o golpe; a compreensão da ditadura militar como uma forma de ditadura aberta e indireta da burguesia, na qual a hegemonia é exercida pela fração do capital financeiro, num processo resultante da luta de classes e do desenvolvimento capitalista no período. (POC, Formação¹³ e natureza da ditadura militar – Subsídio para análise das perspectivas das lutas de classe no país, 1969)

Apoiada por esses pressupostos teóricos, a PO definiu suas teses sobre as razões do golpe militar de 1964, entendendo este não como mera interferência norte-americana, mas como expressão das próprias contradições da sociedade brasileira. Sendo assim, crava que os problemas inerentes à sociedade brasileira não são frutos dos interesses externos, mas são, sobretudo, consequência de um sistema capitalista de caráter dependente que forjou uma sociedade com interesses e contradições próprias.

É exatamente no bojo dessas questões, que as Forças Armadas assumiram um papel relevante quando da consumação do golpe militar de 1964, garantindo à burguesia a possibilidade de intensificar a exploração da força de trabalho como condição básica para a associação do capital brasileiro ao capital estrangeiro, em especial o norte-americano.

¹³ Documento produzido em 1969 aborda a situação política e econômica da ditadura, por outro lado reafirma a posição que somente a revolução socialista seria o caminho para classe trabalhadora superar a exploração e o imperialismo.

IV. Vanguarda e partido: Pilares da revolução brasileira

A PO defendia a tese de que o proletariado conheceu duas fases fundamentais para sua luta. A primeira diz respeito à resistência imediata contra a exploração capitalista; a segunda refere-se ao processo de conscientização política para a luta revolucionária, com a superação da exploração econômica e a conquista do poder de Estado. Estas ideias amparavam-se na compreensão de que, a realidade material de existência do proletariado era a base capaz de despertar uma consciência revolucionária e socialista no interior do movimento operário. Entretanto, este potencial não se materializaria de forma espontânea, já que para o despertar dessa consciência eram necessários teóricos, propagandistas e agitadores que tivessem como objetivo penetrar no interior do movimento operário.

Toma relevo, então, o papel a ser desempenhada pela tendência no interior da classe operária.

Depois de cinco anos de existência, a Organização está perante a alternativa de tirar consequências práticas da sua pregação revolucionária, se quiser preencher o seu papel. Hoje, a “práxis” revolucionária exige de nós, que de fato nos transformamos numa organização da classe operária, que atue no seu meio e que contribua para despertar e transformar a classe. A atividade revolucionária prática torna-se necessária para influir na “realidade nacional” [...]. Torna-se indispensável, antes de tudo, para enfrentar o aguçamento da luta de classes no país, quando a armada crítica tiver de dar lugar à crítica das armas. (POLOP- Teses de “Tiradentes”, 1965)¹⁴

Sendo necessário, em vista disso “[...] dizer que a política (como a guerra) é uma arte, trata-se para nós marxistas de uma arte que se baseia em conhecimentos científicos da sociedade e das lutas de classe.” (MARTINS, 1987 [1975] , p. 15) como instrumento capaz de compreender a totalidade dessa luta e a análise precisa do posicionamento de cada classe no transcorrer deste processo.

Por esse prisma, o operariado consistia no principal agente da revolução e a construção de um partido de vanguarda era uma das principais tarefas a serem

¹⁴O documento *Teses de “Tiradentes”* data de abril de 1966. Seu fulcro teórico gira em torno da crítica a ditadura e a tática a ser adotada pela classe operária. Sendo que, no contexto repressivo do período a revolução socialista é vista como a única saída viável para a classe trabalhadora.

empreendidas pela esquerda revolucionária, pois apenas assim reuniria as condições necessárias para se transformar em uma classe independente e modificar sua relação de força no interior da sociedade capitalista.

O partido de vanguarda centrado na teoria marxista-leninista tornava-se decisivamente a pedra angular da teoria elaborada pela PO; era o instrumento pelo qual se pretendia organizar o proletariado urbano e iniciar o processo revolucionário no Brasil. O partido assumiria um caráter de classe com concepções próprias, ao contrário do PCB, que por abraçar uma teoria avessa aos interesses do proletariado, tornou-se um partido caudatário da burguesia nacional que não correspondia à perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

Sempre trilhando pela perspectiva revolucionária, a PO refletia sobre a possibilidade concreta de construção de um partido revolucionário dessa dimensão em face da realidade presente, ou seja, em face da situação econômica, social e política do país, que germinou um proletariado urbano expressivo, ocupando assim, um lugar de destaque no processo de acumulação capitalista vigente no Brasil.

O outro polo da sociedade brasileira é representado pelo proletariado. Ele cresce ao mesmo tempo em que se desenvolve o capitalismo, pois trata-se justamente da classe que cria com as suas mãos as riquezas da sociedade capitalista. Trata-se da classe que não tem a propriedade dos meios de produção, que não possui mais que sua força de trabalho, que não ganha mais do que o suficiente para viver e trabalhar no dia seguinte. Ao contrário de todas as outras classes da sociedade brasileira, o proletariado não encontra nas reformas da atual sociedade perspectivas para a sua libertação. (POLOP-Programa Socialista para o Brasil, 1967)

Presumo que é neste cenário que se vislumbrava o surgimento de uma esquerda revolucionária capaz de forjar uma política de classes independente para o proletariado brasileiro. Essa possibilidade apresentava-se mais viável na medida em que, o operariado resistia de forma espontânea, contrariando as orientações de apoio dadas pelo PCB e pela direção do movimento operário à política econômica adotada pelo governo de João Goulart.

A concepção leninista da importância do partido operário como instrumento catalisador das energias revolucionárias, assume então toda a relevância, uma vez que possuem como objetivo explícito impulsionar o operariado a uma tomada de posição mais

radical em defesa de seus interesses de classe, capaz de superar o reformismo e avaliar conscientemente o caráter do Estado, do governo e da estrutura de poder e repressão.

Nessa acepção, ganha contornos mais definidos, a asserção de que a transformação do proletariado em classe política independente não deveria ser confiada a ações espontâneas da história; uma vez que o surgimento da *classe para si* necessita acima de tudo, da atuação consciente e permanente da vanguarda revolucionária, posto que na medida em que a luta de classes avança, transformar-se em partido do proletariado.

Para a formação da classe operária independente é necessária a atuação de agitadores e propagandistas revolucionários, que definam para ela os seus interesses, despertem a sua solidariedade de classe e a autoconfiança na sua força, liderem-na nas lutas parciais e indiquem claramente os seus objetivos finais. Essas tarefas só podem ser preenchidas pelas vanguardas marxista-leninistas existentes, que no decorrer da luta se transformam em partido. O processo da formação da classe operária independente está estreitamente ligado ao surgimento do partido revolucionário da classe operária e o progresso deste reflete o amadurecimento da classe operária. (POLOP- Teses de “Tiradentes”, 1965)

Podemos identificar por meio das *Teses de “Tiradentes”*, um dos principais documentos da PO, orientações no sentido de que toda vanguarda marxista-leninista deveria ter como princípio revolucionário, subordinar todas as vertentes da luta de classes, ou seja, o movimento camponês, o movimento estudantil, a luta armada e sua forma particular de guerra de guerrilha ao objetivo maior de mobilizar e organizar o movimento operário, uma vez que este consistia na “*força motriz da revolução socialista*” (MARTINS, 1970). Ora, sendo assim confirma-se a proposta central da PO, em que o operariado assume o protagonismo no processo revolucionário.

V. Poder e transição: Radicalização política e governo operário

Como nos referimos anteriormente, a PO preconizava que o processo de formação política da classe operária passava imperiosamente, nas circunstâncias históricas da época, pela mobilização independente do proletariado em torno dos seus interesses de classe, em oposição aos da burguesia, processo no qual se formaria também a sua vanguarda revolucionária; no entanto, como Martins (1988) assinala em *Aonde Vamos*

III(1966), esta formação somente estaria completa quando lhe fosse colocado o problema da conquista do poder.

Esse desafio era uma questão central para a construção de um Brasil socialista, contudo, reconhecendo as limitações impostas pela realidade, o mesmo Martins (1988) advertia que “[...] a classe não coloca os seus objetivos históricos de uma só vez e não aprende apenas pela teoria. Somente durante as lutas parciais e somente mediante estas lutas, chega à conclusão de que o sistema social atual deve e pode ser superado.”(1988[1966] , p. 154). E assegura que a consciência dessa possibilidade não equivale à disposição ou condição de agir nessa direção, visto que o problema do poder se coloca em situações revolucionárias.

Retomando Lênin alega que:

[...] não basta a classe explorada querer mudar o sistema. Para que a situação social se torne revolucionária é preciso que a classe explorada não saiba mais como vencer a crise. É nessas circunstâncias que o proletariado consegue levar as massas populares para a ação revolucionária. A experiência vem demonstrando que esse processo do amadurecimento do proletariado e o das suas relações com outras classes, seus aliados latentes, colocam periodicamente o problema do poder em termos ainda não socialistas na forma de um governo de transição. (MARTINS, 1988[1966] , p. 154).

Logo, é um momento em que a ordem burguesa está estremecida, e como força dominante, não está em condições de exercer o seu poder de classe; por outro lado, contraditoriamente, as condições concretas para a construção de uma nova ordem socialista não podem ser iniciadas de imediato.

O problema da conquista do poder pelo proletariado é, portanto, posto ainda no campo da sociedade burguesa, expressando o desafio de se constituir um governo de transição sob a liderança da vanguarda revolucionária dos trabalhadores. É significativo deixar claro que a PO rechaçava as teses reformistas e revisionistas originárias dos principais partidos social-democráticos europeus, posto que a socialdemocracia se curvava diante de governos capitalistas, inclusive imperialistas, com o intuito de promoverem a passagem pacífica para o socialismo.

Em síntese, alicerçada pelas teses formuladas por Lênin e por experiências marcantes da esquerda europeia, a PO desenvolveu suas resoluções acerca da constituição de um governo de transição no Brasil.

Assim expressas no *Programa Socialista para o Brasil* (1967).

A revolução dos trabalhadores coloca o problema do poder revolucionário. O tipo de governo visado, que surge da própria insurreição, representa em nossa propaganda, desde hoje, a alternativa que oferecemos à ditadura militar das classes dominantes. Embora as circunstâncias que temos em frente não permitam previsões de detalhes sobre a formação do governo de transição de caráter revolucionário que pode preceder e levar à ditadura do proletariado, o conteúdo de classe de tais governos provisórios deve ser definido desde já, para distingui-los claramente de todas as tentativas de atrair o apoio dos trabalhadores para governos reformistas e populistas, destinados justamente a evitar a revolução socialista.

Por meio de uma leitura atenta da citação acima, podemos notar a crítica teórica e a negação radical da PO à tese da existência do feudalismo no Brasil defendida pelo PCB, que justificava a aliança dos trabalhadores do campo e das cidades com a burguesia industrial, a fim de realizar a revolução democrática burguesa no país. Em vista disso, a tendência descartava totalmente as posições que defendiam a necessidade de uma revolução burguesa, em contrapartida, reafirmava como tarefa central para o proletariado brasileiro a revolução socialista.

Em relação à burguesia industrial, a PO ressaltava o seu caráter retardatário, ou seja, a burguesia industrial brasileira havia surgido no cenário nacional tardiamente e, como resultado, se associou ao capital externo com o objetivo de realizar a industrialização do país, subordinando-se definitivamente aos interesses do imperialismo.

Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas. (POLOP- Programa Socialista para o Brasil, 1967)

Nessa direção, foi obrigada a se atrelar ao que existia de mais reacionário na sociedade brasileira: o latifúndio do qual surgiu e cujo sistema não pretendia pôr em xeque, uma vez que não queria nenhum tipo de conflito social, além do fato de depender economicamente das exportações agrárias para financiar o processo de industrialização. Entretanto, essa aliança com o latifúndio e com o imperialismo também reservou à

burguesia uma série de conflitos, frutos das contradições originais do capitalismo brasileiro.

Em relação ao latifúndio, esta incoerência se fez presente quando este impôs obstáculos para a expansão do mercado externo. No concernente ao imperialismo, a contradição manifestou-se em torno da taxa de mais-valia explorada do operariado brasileiro, uma vez que a cooperação antagônica tinha como pressuposto tácito a conservação e a expansão do sistema vigente que contemplava os interesses da burguesia e do latifúndio em associação com o imperialismo.

Portanto, a única classe social interessada na mudança da ordem vigente era o proletariado do campo e da cidade, que mesmo sem uma perspectiva revolucionária consistente, era a única força que reunia condições de deflagrar um movimento revolucionário capaz de destruir o sistema capitalista no Brasil.

Penso que podemos afirmar, diante das diretrizes traçadas pela PO, que o principal desafio do governo de transição, constituído a partir da mobilização das massas, seria exercer o controle do sistema produtivo adotando medidas que a burguesia brasileira fosse incapaz de realizar. Dentre elas: a elevação do nível de vida da classe trabalhadora, com a redistribuição do produto nacional, o aumento dos salários e a limitação dos lucros.

Entretanto, procurava-se evidenciar que o problema material das massas somente seria superado com a expansão das forças produtivas, mediante uma economia planificada em padrões socialistas, colocada em marcha pela ditadura do proletariado. Em outros termos, um eventual governo dos trabalhadores ou cedia espaço para as forças do capital, ou radicalizava o processo revolucionário em curso, enfrentando as lutas internas e cisões, tornando a revolução ininterrupta até o momento em que se consolidassem as transformações socialistas.

Ora, mas como chegar ao estágio revolucionário? Para a PO o caminho seria a constituição da aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo. Definida nos seguintes termos.

O proletariado consciente e sua vanguarda revolucionária só poderá apoiar e integrar governos provisórios quando estes se apoiam na força material da classe operária e dos seus aliados no campo, aos quais juntar-se-á parte da pequena burguesia assalariada e proletarizada. Tal governo será resultado de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. (POLOP - Programa Socialista para o Brasil, 1967)

Nesse cenário, a edificação da *Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo* se constituiu em uma das principais propostas políticas elaboradas pela PO, na qual o proletariado urbano assume o papel de protagonista do processo, criando condições para o surgimento de uma força material capaz de reunir em torno de si as massas dispersas de camponeses e algumas frações de classes, em especial parte da classe média semiproletarizada do campo e das cidades que em uma sociedade polarizada não encontra perspectivas próprias.

POLÍTICA OPERÁRIA propõe a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as classes exploradas de todo o país. Somente tal frente de classe tem condições para levar a efeito uma luta consequente contra o regime em que se apoiam os representantes do capital nacional e estrangeiro, na exploração a que submetem as massas, e para substituí-lo por um Governo revolucionário dos trabalhadores. A luta dos trabalhadores brasileiros é, na realidade, e acima de tudo, uma luta política, sendo, pois, necessário que se contraponha, à política de exploração das classes dominantes, uma política operária independente, sob cuja bandeira virão alinhar-se todas as classes oprimidas, a fim de lançar as bases de um Brasil Socialista. (POLOP, Diretrizes para uma política operária, 1963, p. 6-7)

Se partirmos do princípio de que a *Frente Única dos Trabalhadores da Cidade do Campo*, sob a hegemonia do proletariado urbano, era o único movimento político em condições de deflagrar um processo revolucionário no país, podemos, por outro lado, concluir que a PO procurou coerentemente atribuir a *Frente Única* a tarefa de impor a derrota revolucionária à ditadura militar. Para tal fim, seria preciso conquistar posições de poder para consolidar um governo revolucionário de transição, apoiado na força armada dos trabalhadores da cidade e do campo, com poder suficiente para destruir o domínio da burguesia, do latifúndio, dos monopólios imperialistas e seus instrumentos de dominação, ou seja, o exército, a máquina policial, o judiciário etc..

Trata-se, por este modo, da destruição total do aparelho estatal de representação e repressão burguesa em todos os níveis, já que esses se configuram como focos de organizações contrarrevolucionárias. Nessa direção, toma concretude a tese leniniana de que o governo operário e camponês se estabelece em um estágio menos desenvolvido da ditadura do proletariado e que apenas será superado quando o partido operário revolucionário se consolidar como principal força da revolução e, concomitantemente,

eliminar todos os demais partidos assumindo a liderança sobre o próprio governo operário e camponês.

A partir desses delineamentos teóricos e políticos, penso que o principal objetivo da PO -assim, como o de Thalheimer durante a radicalização da luta de classes na Alemanha nos anos 20- era estabelecer uma posição intermediária entre o *centrismo* e o *ultraesquerdismo*, visto que o primeiro é acusado de se manter a reboque da burguesia, renegando os antagonismos entre democracia burguesa e ditadura do proletariado. De outra parte, os *ultraesquerdistas* são duramente criticados pela inexistência de uma análise política respaldada pela realidade dos fatos, isto é, posição assumida segundo a qual, a conquista do poder surge de repente, sem preparação, como também sem desenvolvimento posterior negando, deste modo, que a ditadura do proletariado é resultado de um processo de lutas construídas de forma ativa e lúcida pelo operariado e, em vista disso, depositária tanto de uma pré-história quanto de uma história.

Por essa senda, a PO combateu o oportunismo conciliatório defendido pelo PCB, bem como todas as concepções teóricas e políticas herdadas da Terceira Internacional estalinizada. Em contrapartida, resguardando o ideário marxista-leninista, dedicou-se a construção de um partido revolucionário de vanguarda como única forma viável de preparar a classe operária e os camponeses para o enfrentamento com a ditadura militar, rumo à revolução socialista brasileira.

VI. Partido ou guerrilha: Uma polêmica central

Para elucidar como a PO encarava os caminhos a serem trilhados pela esquerda revolucionária, é importante analisar qual a estratégia e a tática defendida por ela, e como estas poderiam ser incorporadas pelo proletariado revolucionário.

Esse debate suscitou polêmicas fervorosas pelo fato da denominada *esquerda revolucionária* ter rejeitado a teoria do caminho pacífico, em especial, após o desfecho do golpe militar de abril de 1964. Essa opção impôs a seus principais dirigentes o desafio de formular uma proposta de insurreição armada, em consonância com a realidade da luta de classes no país e com a conjuntura internacional, apresentando-se como uma alternativa viável ao reformismo.

A PO não se esquivou desse desafio, ao contrário, ao definir a opção pela luta armada como luta revolucionária da classe operária, a tendência enfatizou a necessidade de unidade e interdependência de métodos e objetivos, conferindo um caráter político ao movimento, objetivando não o isolar do contexto geral da luta de classe.

Não devemos perder de vista que a luta pela Esquerda Revolucionária e pelo próprio Partido Operário, que atualmente ainda é travada sob a forma de luta ideológica, principalmente, não abrange mais do que uma parcela da Esquerda e atinge uma parte menor ainda do nosso proletariado. Para despertar a classe para a ação revolucionária é necessário mais. É preciso o exemplo da luta aberta contra a ditadura e o regime. Uma das formas de ação que se impõe no nosso país e que, conforme as circunstâncias, pode se tornar a predominante, é a luta de guerrilha. Depois do golpe militar e o esgotamento das possibilidades de atuação política legal, por parte do proletariado e de seus aliados no campo, a guerrilha, quando enquadrada numa estratégia geral de luta revolucionária, tornar-se-á o catalisador da classe operária e o instrumento prático da aliança operário-camponesa no país. (POLOP- Teses de “Tiradentes”, 1965)

É conhecido que, influenciada pelas experiências vitoriosas da Revolução Chinesa e, sobretudo, da Revolução Cubana, a *esquerda revolucionária* de toda a América Latina ficou suscetível às experiências externas a sua realidade. As contribuições de Régis Debray para a guerra de guerrilhas ou teoria do foquismo se firmaram como referência para a luta revolucionária no continente. No Brasil, a *nova esquerda* em formação não passou ilesa a essa realidade e desenvolveu formas de luta, onde a guerra de guerrilha assumiu um papel decisivo.

As teses de Debray caíram na esquerda brasileira quando os setores leninistas avançavam na destruição dos mitos reformistas. Mas elas permitiram que muitos comunistas ficassem a meio caminho da crítica ao reformismo. Desprezando as questões políticas das alianças, da agitação e propaganda nas massas, dos seus objetivos próximos e distantes, os seguidores de Debray se caracterizam apenas pela adesão à "luta armada". O debrayismo ortodoxo já está passando, mas ele cristalizou uma tendência: a defesa da luta armada em abstrato. (SADER, 1968)

Mais uma vez, o alvo das críticas da PO eram as generalizações que pretendiam, de forma mecânica, aplicar táticas e estratégias de revoluções vitoriosas em países com realidades distintas, por isso procurou desenvolver suas teses sobre os caminhos da revolução socialista no Brasil considerando os aspectos particulares inerentes ao país.

Nessa trilha Sader (1968) destaca que:

As premissas para a guerra revolucionária no nosso país são outras. Elas partem do caráter anticapitalista da luta. Por isso estamos diante de uma revolução dos trabalhadores da cidade e do campo e não diante de uma guerra popular. Isto não quer dizer que outras camadas não participem da luta. Devem participar. É papel da vanguarda comunista mobilizar todas as forças populares contra o regime explorador. Mas a adesão popular à revolução socialista é diferente da adesão a uma revolução burguesa, como já discutimos. Por isso no Brasil as greves e insurreições urbanas terão um papel decisivo, nucleando em torno de si as ações dos camponeses e das outras camadas populares. Por isso, desenvolvimento da guerrilha no campo tem que desembocar na insurreição proletária urbana.

Nesse cenário, assumiram proporção as divergências teóricas e práticas sobre as relações entre partido e guerrilha que norteou o debate entre as tendências de esquerda do período.

A PO sem renunciar a construção de um partido revolucionário de vanguarda orientado pela teoria marxista-leninista, adaptado às condições específicas da realidade do país, procurou equacionar as divergências entre as vertentes envolvidas na polêmica. No intuito de encontrar uma alternativa para a controvérsia, conciliou as duas formas de luta, porém reservando ao partido e ao operariado o papel determinante na condução do processo revolucionário socialista.

Inicialmente, reforçou a importância do partido enquanto instrumento de produção teórica e de politização do proletariado, assim, acreditava que estariam dadas as condições para a aglutinação das aspirações revolucionárias do operariado como um todo, exercendo a tarefa de sustentar e orientar a luta dos trabalhadores em sua totalidade. O partido, nessas condições, asseguraria a unidade da luta nos centros urbanos em consonância com a ação da guerrilha rural

A revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução, e isso implica a necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder. O papel que o proletariado tem nesse processo, sua mobilização e liderança na luta e coordenação com seus aliados no campo, por sua vez, dá uma importância primordial à organização política do proletariado — o partido — como instrumento da tomada do poder. A luta de classes, todavia, não adia os problemas até que o partido de classe esteja na vanguarda é enfrentar todas as situações com os recursos que temos à mão, em cada fase da luta. (POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967)

À vista disso, a guerrilha assumiria importância como extensão da política centrada em objetivos teóricos e práticos, claramente definidos que pudessem oferecer ao

proletariado do campo e da cidade uma perspectiva que contemplasse seus interesses de classe, acelerando a formação do partido revolucionário no transcorrer da luta armada mirando a revolução socialista.

A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar claramente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das classes dominantes. O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo. (POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967)

Ao insistir na argumentação de que as condições objetivas e subjetivas para a instauração de movimentos revolucionários de caráter socialista variam de acordo com a realidade particular dos diversos países do continente americano, a PO mantinha o propósito de equacionar as divergências entre as vertentes que se debatiam em torno das controvérsias, partido ou guerrilha, simultaneamente reforçava sua posição política que objetivava, desde sua fundação, superar o que considerava uma das principais debilidades da esquerda latino-americana e em especial, a brasileira: a lentidão para a edificação de partidos revolucionários que fizessem frente ao reformismo existente.

Por meio da retomada da tradição marxista-leninista, ratificou a crítica de que a guerrilha não poderia substituir a luta de classes; esta teria que assumir um papel de fomentadora, tendo no proletariado industrial seu principal agente revolucionário.

Justifica-se, nesse quadro, a existência da guerrilha, com o objetivo claro de criar as condições necessárias que possibilitassem a construção da aliança entre trabalhadores do campo e da cidade. Porém, em escala nacional, esta aliança somente se constituiria se fosse compreendido, desde seu início, o papel que cada fração do proletariado desempenharia no interior da sociedade brasileira, cabendo à direção do movimento fomentar o potencial revolucionário existente da classe trabalhadora em sua totalidade.

Ora, haverei de dizer que era de conhecimento da PO, sobretudo pela sua abordagem marxista-leninista, que os focos guerrilheiros tinham um alcance apenas regional, sendo assim seria preciso evitar o isolamento. Como alternativa a essa limitação, o partido seria o único instrumento disponível com potencial para dirigir a luta de classes

em escala nacional. Nessas circunstâncias, o centro aglutinador da classe trabalhadora seria um programa socialista com soluções para os problemas políticos e econômicos que afetavam os trabalhadores em seu conjunto.

Mais uma vez, nas *Teses de “Tiradentes”* (1965), a PO deixa claro seu posicionamento frente a essa questão ao ratificar que, o movimento guerrilheiro teria que unir forças com o proletariado dos centros urbanos encorajando-o a lutar dentro das fábricas, dentro das cidades, elegendo como inimigo principal o Estado burguês e a burguesia em aliança com o imperialismo. Através dos métodos tradicionais de luta revolucionária, como as greves, o proletariado se prepararia para os métodos não tradicionais, ou seja, a guerrilha armada. Havendo uma continuação, uma complementaridade entre a atuação da guerrilha e o partido, isto é, uma sincronia entre a luta de classes travada nas cidades e no campo.

[...] temos de ressaltar que a guerrilha preencherá os requisitos da nossa luta sob as condições de: a) garantir a sua sobrevivência militar, e isso supõe que b) vá ao encontro das aspirações imediatas dos camponeses que terá de mobilizar, direta e indiretamente; mas sua função em escala nacional só se preencherá se c) se identificar politicamente com o movimento proletário das cidades, cujo despertar é indispensável para o processo revolucionário. A guerrilha tem uma função eminentemente política: a de conquistar, mediante a ação revolucionária, a autoridade de lideranças das massas exploradas do país. (POLOP- Teses de “Tiradentes”, 1965)

Note-se que, a importância assumida pelo proletariado urbano neste processo - com sua liderança, seu poder de mobilização e sua capacidade de coordenação com os aliados do campo - revelava a importância da organização do partido revolucionário de vanguarda, como instrumento de tomada de poder.

VII. Limites e contradições da nova esquerda

Como vimos o projeto político da PO, centrava-se no resgate da teoria marxista-leninista com o propósito de armar teórica e politicamente o operariado. Nessa asserção, a tendência recolocou a práxis revolucionária como elemento central no processo de formação da independência política da classe operária. Coerente com esse postulado Eder Sader (1968) no artigo: *A crise do reformismo e a formação do Partido Revolucionário*

apontava os problemas e os caminhos necessários para a construção de uma esquerda norteada por princípios revolucionários e que atendesse aos reais interesses da classe operária.

A grande fraqueza da esquerda revolucionária ainda reside nos débeis laços que a ligam ao movimento operário. Isolada deste antes do golpe, depois as condições de trabalho se fizeram extremadamente mais difíceis. Mas num ponto ao menos a vanguarda revolucionária tem uma vantagem: as próprias experiências da derrota produzem um ambiente mais favorável às teses leninistas. É preciso que os leninistas vão ao encontro dessa massa e traduzam sua linha programática numa prática de ação e em diretrizes para os problemas diários dos choques com o patrão, a justiça, dos problemas da empresa e do sindicato, da organização dos companheiros, etc. A presença revolucionária no meio da massa ainda é insuficiente e irregular, a imprensa muito restrita. Um dos pontos mais importantes que a unidade da esquerda revolucionária terá que enfrentar é o da sistematização desse trabalho, com o fim de criar nas lutas diárias uma nova liderança nas fábricas. (SADER, 1968)

Nessa via, a primeira tendência a ser criticada publicamente pela PO foi o PC do B. A controvérsia consistia no fato de que a tendência não possuía uma autenticidade teórica, ao contrário, encarava a revolução brasileira como burguesa e democrática, assim como sua matriz, o PCB.

Sader (1968) assim se refere a tendência.

Naturalmente aqueles que antes não tinham sequer amadurecido uma linha política consequente não podiam agora enfrentar as novas tarefas. Assim se esvaziou o PCdoB que nunca se preocupara em reformular os princípios da "revolução anti-imperialista e antifeudal" e a quem bastava a transcrição de Mao para o português.

Desse fato deriva a principal crítica, ou seja, o papel que a direção do PCdoB reservava ao proletariado urbano. Transplantando mecanicamente para a realidade brasileira o modelo da revolução chinesa, o PCdoB atribuía ao operariado o papel de força auxiliar no processo revolucionário.

De forma que, a questão camponesa se tornou a mola propulsora para a eclosão da revolução brasileira; isto posto, os centros urbanos não se constituiriam no principal cenário para o surgimento do movimento revolucionário, mas sim o campo.

Nesse sentido, a concepção teórica desenvolvida pelo PCdoB e sua prática política diária reduzia a hegemonia do proletariado a uma mera abstração, a um tributo obrigatório

que a tendência pagava aos clássicos do marxismo, mas que na prática não possuía grandes consequências para a luta do proletariado. Com o intuito de reforçar essa crítica, a PO destacava a ausência do PCdoB nas lutas operárias contra a ditadura, como nas greves de Contagem e de Osasco. E mais especificamente, na greve dos metalúrgicos da Guanabara em 1968, onde acusavam o partido de adotar a mesma linha política do velho PCB, boicotando o movimento dos operários grevistas.

Outra organização que se tornou alvo preferencial da PO foi a ALN liderada por Luís Carlos Marighella. Inicialmente, a crítica é a mesma feita às demais tendências: a redução do papel da classe operária no processo em curso. Entretanto, diferentemente dos outros agrupamentos que partiram para a guerra de guerrilha, a ALN não aderiu incondicionalmente às formulações da revolução do campo para a cidade; para suas lideranças e militantes a cidade se constituía na zona complementar da luta armada. Defendiam a tese de que a zona rural se tornava a área estratégica e a cidade, a zona tática da luta revolucionária.

Ernesto Martins (1970) compara esta tese a uma variante da guerra popular, mas com uma diferença: o posicionamento político do camponês neste contexto, assim como do operariado, também seria relegado a segundo plano e seu papel pouco definido; o vácuo deixado por estas forças políticas seria então preenchido pela denominada classe média combativa, que assumiria o papel principal na estratégia revolucionária empreendida pela organização de Marighella.

Nesse sentido, a ALN em que pesasse o fato do rompimento político com o PCB, se mantinha submissa as suas concepções teóricas. Nessa trilha, tanto para os pecebistas como para a nova tendência que emergia, existia a obrigatoriedade de respeitar a hierarquia política entre proletariado, camponeses e classe média. Entretanto, as duas organizações ignoravam as contradições internas da classe média e procuravam, de forma automática, encontrar um denominador comum entre seus interesses e os do proletariado.

Como resultado prático desta formulação, os reais interesses do proletariado continuavam, mais uma vez, subordinados aos interesses da classe média. Em vista disso a revolução socialista ficou relegada a um plano secundário, reduzindo o objetivo político maior à causa da libertação nacional.

O grupo de Mariguella foi um dos últimos a fazer a profissão de fé da luta pela revolução socialista. E o fez em seguida ao Manifesto de Guevara e sob pressão das próprias bases, descontentes com a não definição que perdurou por muito tempo. Mas o que a profissão de fé significa na luta prática, mostra o citado documento (e todos os demais) é que o socialismo é subordinado a uma pretensa “libertação nacional”. Dizemos pretensa, porque trata-se da ficção de poder libertar o país sem romper o sistema capitalista, sem uma revolução socialista. E essa, justamente, é a ficção própria à classe média, à pequena-burguesia. E essa ficção perdura quando e enquanto o proletariado não está sendo preparado, ideológica e organizativamente, para se colocar à testa do processo revolucionário. (MARTINS, 1970)

Martins (1970) avaliava que essa concepção não era exclusividade da ALN, ela norteou parte significativa das correntes de esquerda que surgiram após o golpe de 1964. Sendo assim, as concepções mais diversas, formuladas por estas novas tendências apresentavam um traço comum: a ausência de um projeto proletário de luta de classes objetivando a revolução socialista. Destarte, na melhor das hipóteses, a guerrilha, o exército popular ou de libertação nacional agiria em nome do proletariado, almejando tomar o poder, e através de planos militares preestabelecidos reservariam à classe operária um papel secundário num possível processo revolucionário.

Isto posto, chegamos à conclusão de que as propostas de luta armada, apresentadas pela denominada *nova esquerda*, possuíam um caráter antimarxista de luta de classes e de revolução proletária. Eram a expressão prática de uma ideologia pequeno-burguesa, que se materializou na estratégia e na tática de luta levada a cabo pelas principais correntes de esquerda surgidas após o golpe militar de 1964.

A PO criticou radicalmente essa estratégia, pois a compreendia como uma forma de luta que não estava em consonância com as experiências da luta de classes, além de desconsiderar as particularidades das relações de classe da sociedade brasileira e da América Latina. Era definida como uma estratégia de cunho subjetivista, que partia do princípio de que a ação dos revolucionários é que geraria as circunstâncias objetivas para a eclosão do movimento revolucionário no Brasil.

Mais uma vez, a oposição ao marxismo-leninismo da *nova esquerda* se manifestava, e ao realçar esse fato a PO tinha razão, pois a estratégia desenvolvida por Mariguella, além de desconsiderar a importância da construção de um partido revolucionário que se constituiria em instrumento de luta do proletariado, ignorava radicalmente as premissas teóricas desenvolvidas por Marx e por Lênin, segundo a qual, os revolucionários deveriam aproveitar as oportunidades produzidas a partir da realidade

inerente à própria sociedade em que viviam e que somente poderiam transformar essa realidade em revolução, na medida em que aprendessem a mobilizar e dirigir a classe operária em busca do domínio do poder de Estado.

Partindo desse princípio, a PO avaliava que a situação do Brasil em 1968 não poderia, em hipótese alguma, ser considerada como revolucionária. Para sua direção, existia uma situação totalmente avessa a qualquer movimentação de caráter revolucionário, primeiro pelo fato de que o Brasil havia saído de uma crise econômica cíclica, considerando que entre 1968 e 1969 a expansão econômica foi em torno de 9% ao ano. Outro fator importante a ser destacado consistia na crise política existente no período, que levou ao segundo golpe militar em dezembro de 1968, ocorrido devido ao fato de interessar às forças armadas convencer parte da burguesia para a necessidade de manutenção da ditadura, visto que a fração burguesa que estava insatisfeita com os resultados econômicos obtidos havia encontrado respaldo político na classe média, o que colocava em risco os interesses dos militares.

Em contrapartida, como abordamos ao longo do capítulo, a tendência marxista-leninista encarava com certo otimismo o movimento operário, dado que impulsionado pela expansão econômica e pela absorção do desemprego industrial, começou a se reorganizar e a reagir contra o arrocho salarial e a queda da qualidade de vida. Acreditava que mesmo com o movimento no campo não acompanhando o movimento nas cidades, estavam colocadas as condições propícias para a retomada da luta da classe trabalhadora em um nível de consciência mais elevado que antes do golpe de 1964.

Mais uma vez, Mariguella tornou-se alvo prioritário das críticas de Ernesto Martins (1970), pois considerava que ao defender a guerra revolucionária imediata na cidade e no campo, o líder da ALN incentivava um confronto direto e suicida entre parte da esquerda que se encontrava na clandestinidade e o aparelho de repressão do Estado implantado pela ditadura. Como resultado político desta ação, aconteceu a eliminação da classe operária do processo e como resultado prático, ocorreu o sacrifício, inclusive, com perda de vidas da imensa maioria dos quadros que constituíam o movimento armado.

[...] e isso a experiência de dois anos mostrou para quem não soube aproveitar as lições da história, a massa longe de se aglutinar em torno do “potencial de fogo”, se retraiu, caiu na passividade e a “Vanguarda Político-Militar”, apesar da auréola romântica que conseguiu criar em muitas camadas, está hoje mais isolada do que no início da sua ação. É precisamente a falta de ligação com as

massas de trabalhadores e sua falta de atividade política que fez, após as primeiras ondas de euforia, com que os grupos armados hoje, em vez de aumentarem o seu “poder de fogo”, não pudessem nem substituir as perdas que sofreram nesta luta desigual. (MARTINS, 1970)

Ao procurar encontrar as razões que levaram Mariguella a ser o principal formulador e condutor desta concepção estratégica, Martins (1970) destaca primeiramente que o líder da ALN, pouco antes do seu assassinato pelo aparelho repressivo da ditadura, já havia declarado não ser um marxista-leninista ortodoxo, o que explicaria a sua adesão a outras concepções teóricas que nortearam toda a sua proposta de luta armada.

Entretanto, acreditava que teria sido a concepção equivocada que Mariguella possuía sobre a revolução brasileira que o levou a defender a luta armada no contexto aludido. Como resultado, fundiu elementos da revolução chinesa, em especial a estratégia de que a revolução poderia se movimentar do campo para a cidade, e elementos da revolução cubana como o estratagema da guerra de movimento, em que a guerrilha em nenhum momento deveria defender áreas ou posições fixas.

Em contraposição, Martins (1970) reafirma a posição, segundo a qual para o marxismo-leninismo a luta armada sempre foi entendida como luta de classes armadas, logo se constituía como parte inseparável da estratégia geral da revolução e não como iniciativa isolada de grupos ou indivíduos que reduziam a revolução armada e violenta, a simples táticas terroristas.

Dessa forma, o trabalho prévio de conscientização dos trabalhadores é condição imperiosa para a tomada do poder, por esse motivo a propaganda e a ênfase nas atividades de organização do proletariado são prioritárias. De sorte que as lutas espontâneas encabeçadas pelos trabalhadores, dentro da legalidade do Estado burguês, são fundamentais, posto que se constituem em um momento propício para difundir as ideias revolucionárias e estabelecer pilares para a organização dos trabalhadores.

[...] a fase de organização do movimento de massas e de seu enquadramento em uma autêntica luta de classe que faz surgir a fase insurrecional — em outras palavras, é dando consciência de classe e organizando o proletariado a partir de sua luta espontânea que a vanguarda revolucionária leva as massas a esgotar o arsenal das soluções burguesas e as conduz à fase insurrecional, proporcionando-lhes, simultaneamente, as condições ideológicas e

organizativas para passar da fase insurrecional à implantação do regime socialista. (POLÍTICA OPERÁRIA,1963, p.39)

No entanto, a direção da PO frisava que combater os equívocos cometidos pelos agrupamentos de esquerda em torno da luta armada e reduzir a atuação desses grupos a atos terroristas não significava aderir incondicionalmente à via pacífica de resistência à ditadura. Ressalte-se que, no período de 1970 a 1974, a PO publicamente, por meio de seu jornal, apoiava as ações dos grupos de esquerda armada, consideradas instrumentos legítimos, sobretudo como meio de libertação de presos políticos. Contudo, alertava que esses expedientes não passavam de atos defensivos de movimentos clandestinos frente à repressão e que somente tinham razão de ser mediante a existência de uma militância política no interior da classe operária, com o objetivo de gerar as condições políticas necessárias para poder armá-la e iniciar a luta revolucionária.

Capítulo 4: Teoria do subimperialismo de Ruy Mauro Marini. Uma análise crítica.

I. Questão metodológica

Como veremos de forma mais aprofundada no último capítulo da dissertação, Ruy Mauro Marini¹⁵ foi fundador da ORM-POLOP e membro de sua direção. Nessa fase foi fortemente influenciado pelas teorias de Ernesto Martins e de August Thalheimer. Influências e contribuições que se apresentam na denominada vertente marxista da teoria da dependência que tem no próprio Ruy Mauro Marini o seu principal expoente, além de Vania Bambirra e Theotonio dos Santos.

Vale destacar que um traço marcante da influência da PO no pensamento de Marini, incide sobre sua metodologia que visa compreender as particularidades do capitalismo latino-americano, sobretudo no contexto da expansão imperialista no período pós-guerra. Nesse sentido, a pedra angular de suas investigações consiste na tese de que o fenômeno do subdesenvolvimento dos países dependentes é um processo vinculado ao sistema capitalista em escala mundial. Como decorrência, o capitalismo na América Latina assumiu características próprias sem, contudo, renegar as leis gerais que regem o sistema em sua totalidade.

Nessa mesma via, Vania Bambirra (2013, p. 33) assevera que:

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas, que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais.

¹⁵ Marini participou do Congresso de fundação da Polop em 1961, tornando-se membro de sua direção até 1965 quando foi para o seu primeiro exílio no México. Uma de suas contribuições teóricas mais significativas é o artigo: *Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil (1965)* que se constituiu no desdobramento de um relatório que Marini apresentou no Comitê Central da PO na última reunião que participou antes do exílio.

De forma que, a história dos países do continente latino-americano não pode ser, em hipótese alguma, dissociada do sistema econômico internacional do qual foram gestados. Nesse processo, as economias e as sociedades dos países dependentes gravitam historicamente entre os interesses das economias dos países centrais e seus próprios interesses.

As que melhor se ajustaram, por diferentes razões históricas, viveram grandes auges econômicos que, entretanto, não permitiram que iniciassem um processo autônomo de crescimento e se submeteram, em geral, a uma sorte ingrata quando as suas riquezas se esgotaram ou quando mudou a orientação da demanda dos centros dominantes. (Santos, 1994, p. 14)

Nessas condições, o tripé gerador do processo de dependência consiste: na especialização para o mercado mundial, na exploração intensiva da mão de obra e sua baixa remuneração e na dependência tecnológica. Embora, tenham sido dominadas pelos países de capitalismo avançado, as economias dependentes não reproduziram em suas sociedades as formas mais desenvolvidas de exploração de mão de obra, ao contrário, forjaram formas arcaicas de regimes de trabalho.

Por outro lado, não tendo produzido um modo de produção peculiar, estas economias possuem uma lógica intrínseca própria e conceberam ao longo de suas histórias, estruturas de classes e características políticas também próprias denominadas, no ideário dependentista, de formações socioeconômicas dependentes. Nesse diapasão, a dependência não se limita a uma relação entre uma economia nacional nativa e uma economia central desenvolvida que a submete. Segundo a vertente marxista da dependência, existe uma relação que constitui e condiciona as estruturas internas dos países dependentes, porém, não são meras expressões da situação condicionante, mas produto da sua lógica interna, tal como descrita por Thalheimer na tese da cooperação antagônica.

Theotonio dos Santos (1995, p.15-16) destaca que:

Por dependência entendemos uma situação econômica na qual certas sociedades têm a sua estrutura condicionada pelas necessidades, as ações e os interesses de outras economias que exercem sobre elas um domínio. O resultado é que estas sociedades se definem de acordo com esta *situação condicionante*, que estabelece o marco para o seu desenvolvimento e para as respostas diferenciadas que elas oferecem, sempre submetidas aos estímulos

produzidos pela economia e sociedade dominantes. Entretanto, em última instância, elas não estão *determinadas* por esta situação condicionante, e sim pelas forças internas que as compõem. É o caráter destas forças internas que explica a sua situação de dependente e também a sua capacidade de enfrentamento ou submissão aos impulsos externos que as condicionam.

Nessa acepção, é importante ressaltar que para compreender as sociedades dependentes em sua totalidade, é necessário adotar como ponto de partida o estudo da economia mundial. Vania Bambirra (2013, p. 39), contudo, alerta para a necessidade imperiosa de “[...] realizar o estudo das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se formam no continente.”

Segundo Ruy Mauro Marini (2005, p. 132) na América Latina se constituiu um capitalismo de caráter “[...] *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.”

Com efeito, ao evidenciar as particularidades da América Latina, a teoria da dependência visa inaugurar uma nova forma de abordagem da autoconstituição do capitalismo no continente, demonstrando que o caráter dependente do capitalismo da região fez emergir formas de ser específicas, que afetam todas as relações e categorias societárias. De sorte que, sob tais circunstâncias, o capitalismo dependente latino-americano engendra relações sociais e políticas diferentes dos países de capitalismo clássico. Diferenças que se manifestam desde o ordenamento econômico, passando pelo caráter e horizontes das classes sociais, até as formas de exercício de poder.

Na identificação desses elementos, as categorias marxistas devem ser aplicadas, isto é, à realidade como instrumento de análise e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem de ponderá-la, sem que isso implique em nenhum caso, romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhes corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela. O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo. (Marini, 2005, p. 133)

Portanto, para compreender as particularidades da América Latina, mediante a aplicação das categorias marxistas como instrumento de análises, é necessário respeitar a realidade intrínseca do seu desenvolvimento, isto é, a forma particular de gestação do

capitalismo dependente latino-americano em todas as suas instâncias, ou seja, nas suas estruturas produtivas, de classe, políticas ou culturais; em outros termos, é necessário por meio de aproximações à realidade concreta, encetar a compreensão das características históricas particulares e o processo de constituição das estruturas dependentes que se edificaram na América Latina.

II. Bases teóricas da teoria do subimperialismo

Tendo como arrimo teórico as categorias metodológicas citadas, Ruy Mauro Marini desenvolveu a tese do subimperialismo, que se constitui enquanto alternativa concreta para a economia capitalista dos países dependentes, pois estabelece uma situação de complementaridade entre os países de capitalismo avançado e alguns países da periferia do sistema, mormente após a Segunda Guerra Mundial, quando o imperialismo estabeleceu uma nova forma de integração em torno do seu centro hegemônico, a saber, os Estados Unidos:

O período da hegemonia britânica havia sido da criação e da consolidação do mercado mundial; hegemonia norte-americana haveria de ser o da integração imperialista dos sistemas de produção. (MARINI, 1977)

Podemos identificar as decisivas influências teóricas de Ernst Thalheimer, na obra de Marini, quando este define a tendência integracionista do capitalismo mundial no período pós-guerra, a partir da exportação de capitais em sintonia com a subordinação tecnológica imposta pelo imperialismo aos países de capitalismo dependente. Além disso, acrescenta-se o surgimento de subpotências regionais que se constituem no estrito campo da cooperação antagônica.

Thalheimer foi suficientemente lúcido para perceber que o processo mesmo de integração ou cooperação, acentuando-se, desenvolveria suas contradições internas. Isso foi, sobretudo verdadeiro no que se refere aos demais países industrializados, que uma vez submetidos a penetração dos investimentos norte-americanos, tornaram-se por sua vez em centros de exportação de capitais e estenderam simultaneamente suas fronteiras econômicas, dentro do processo ecumênico da integração imperialista. As tensões existentes entre esses vários centros integrados, de desigual grandeza (como por exemplo, França e Estados Unidos), não podem, como no passado, chegar a hostilidade aberta, e precisam manter-se no marco da cooperação antagônica, pois se

obstaculizam o processo de integração, abrem fissuras na estrutura do mundo imperialista e atuam vigorosamente em benefício dos que querem destruir as bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários dos países subdesenvolvidos. (MARINI, 1978, p. 60-61)

É preciso sublinhar, que o processo de integração e cooperação impõe novas formas na relação existente entre os países industrializados e os países da periferia do sistema, pois a exportação de capitais e de tecnologia gera nos países dependentes o desenvolvimento de seu parque industrial, porém, por outro lado faz emergir novas contradições e conflitos, tanto no âmbito interno, quanto no externo, fomentando crises que, de forma direta, influenciam os rumos da industrialização.

Marini chama a atenção para o fato de que nos países de capitalismo dependente, o processo de industrialização fez surgir novas e diversas contradições sociais entre as frações do capital e por outro lado, entre a burguesia e o proletariado.

[...] entre os grupos industriais e os latifundiários exportadores; entre a indústria e a agricultura de mercado interno; entre os grandes proprietários de terras rurais e os camponeses; e entre os grupos empresariais e a classe trabalhadora, assim como a pequena burguesia. (MARINI, 1978, p. 61)

Assim sendo, a cooperação antagônica, ao mesmo tempo em que estabelece os parâmetros para a industrialização dos países dependentes, engendra formas mais complexas de relações sociais; que se manifestam inicialmente, no conflito de interesses entre a fração burguesa vinculada ao mercado interno e a fração vinculada ao mercado externo, tensionando, conseqüentemente, as demais classes sociais envolvidas no processo.

É imperioso frisar, que o teórico dependentista coloca em evidência os limites de interferência do imperialismo nos conflitos internos das economias dependentes, ressaltando as contradições e tensões intrínsecas a esses países.

Nem sequer o capital estrangeiro investido na economia pode subtrair-se a essas contradições e apresentar-se como um bloco homogêneo: o que se investe nas atividades de exportação [...] não tem exatamente os mesmos interesses que o que se aplicou na produção industrial ou na agrícola para o mercado interno (indústria automobilística, aparelhos eletrodomésticos, indústria de enlatados) e reagirão de modo diferente, por exemplo, diante de um projeto de reforma agrária, que signifique uma ampliação do mercado interno e crie no campo melhores condições de trabalho e remuneração. (MARINI, 1978, p. 61)

Não obstante, o imperialismo não se coloca de forma passiva frente às contradições geradas pela industrialização nos países de capitalismo dependente; ao contrário, os limites impostos às aspirações imperialistas destes países, incidem em um acirramento do antagonismo entre estes e as potências imperialistas. Todavia, esse acirramento é impedido de chegar a um estágio crítico que caminhe rumo a uma ruptura. Para impedi-lo, torna-se condição obrigatória a adoção de medidas que façam prevalecer a cooperação, mesmo que para isso seja necessário saídas de extrema violência que garantam a acumulação de capital em ritmo acelerado.

Nessa situação, a integração somente é possível mediante a existência de um sistema de subpotências regionais que se desenvolvam economicamente a partir da importação de expressivos sistemas produtivos tecnologicamente obsoletos dos Estados Unidos, forjando assim, a falsa noção de uma integração entre iguais, mas que na realidade promove uma nova divisão internacional do trabalho, intensificando as contradições existentes e aprofundando a subordinação política e econômica nos marcos da cooperação antagônica.

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem – ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela. (MARINI, Apud LUCE, 2011, p. 1)

Como já foi destacado, a teoria do subimperialismo é fortemente influenciada pela tese da cooperação antagônica de August Thalheimer. Também devemos acrescentar a decisiva influência das teses de Lênin. Contudo, seria um equívoco concebê-la como uma mera continuidade das teses desenvolvidas pelos teóricos citados, uma vez que a teoria do subimperialismo possui características próprias, centradas nas particularidades do caso latino-americano em consonância com o momento histórico presenciado por Marini.

A teoria leninista do imperialismo – ela mesmo um desenvolvimento da economia política marxista destinada a explicar as novas tendências do capitalismo mundial no princípio do século- e um ponto obrigatório de referência para o estudo do subimperialismo, porém não pode ser invocada para impedir que esse estudo se leve a cabo. E não pode, entre outras razões, porque está referida ao imperialismo, não ao subimperialismo. (MARINI, 1978, p. XVI).

Parece-nos, portanto, que Marini avança em relação às teses leninistas do imperialismo, bem como em relação às teses da cooperação antagônica de Thalheimer, na medida em que desvenda o processo de formação do capitalismo latino-americano em sua totalidade. Assim, surge a categoria do subimperialismo definida, nas palavras do próprio autor, como:

[...] a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. (MARINI, 1977).

Tendo como fio condutor a teoria marxista, a tese do subimperialismo visa deslocar o enfoque meramente institucional, jurídico e geopolítico que predominava em muitas análises sobre a política exterior latino-americana, para uma perspectiva econômica e de classes. Por isso, são de suma importância as contribuições desenvolvidas por Marini, tanto no âmbito de sua metodologia quanto das categorias teóricas que desvendam as particularidades intrínsecas aos países de capitalismo dependente latino-americano. Dentre elas podemos destacar: o caráter dependente, entendido como subordinação do capitalismo latino-americano em relação ao capital estrangeiro e a sua associação com o capital externo, em especial ao capital norte-americano; e a existência da superexploração da força de trabalho como fator decisivo para o processo de acumulação capitalista no continente. Ao passo que a América Latina é a primeira região do planeta a reunir as condições objetivas para a consolidação do subimperialismo, devido, sobretudo:

- a) a [...] reestruturação do sistema capitalista mundial que se deriva da nova divisão internacional do trabalho e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores). (MARINI, 1978, p. XIX)

No âmbito dessa acepção, assume relevância o padrão tecnológico alcançado pelas economias mais desenvolvidas da região, pois este conduz ao desemprego quantidade expressiva de trabalhadores na ativa, transformando-os em um considerável exército de mão de obra de reserva, condição fundamental para o advento da superexploração da força de trabalho. Isso nos leva a afirmar que a categoria subimperialismo, desenvolvida por Marini, somente assume sentido se entrelaçada com a teoria do valor de Marx.

O conceito de subimperialismo emerge da definição desses graus intermediários e aponta para a especificação de como incide na economia dependente a lei segundo a qual o aumento da produtividade do trabalho (e, por consequência, da composição orgânica do capital) acarreta um aumento da superexploração. (Marini, 2005, p. 184.)

Uma vez estabelecido o fulcro teórico da categoria subimperialismo, fica evidente a função desempenhada pelas subpotências regionais em relação a outros países situados na periferia do sistema a partir da divisão internacional do trabalho, gestada no imperialismo pós-guerra em consonância com a cooperação antagônica descrita por Thalheimer.

Nesse sentido, a teoria do subimperialismo permite o entendimento dos meios pelos quais as subpotências regionais, na relação com as demais economias subdesenvolvidas, reproduzem os mesmos expedientes de subordinação e exploração perpetrados pelas potências imperialistas, sobretudo os Estados Unidos. De forma que a superexploração da força de trabalho e a subordinação do capital nacional ao capital externo prevalecem como instrumentos essenciais para a manutenção do funcionamento da engrenagem do sistema.

Por outro lado, uma leitura atenta da teoria do subimperialismo expõe de forma clara e cristalina que ao teorizar, Marini o faz no sentido de transcender a análise

puramente econômica, assim, o centro nervoso do pensamento marinista consiste em desmascarar o processo pelo qual o imperialismo, mediante a instalação de corporações multinacionais, transforma a economia e o território dos países dependentes em bases de expansão de capital e conquistas de novos mercados. Sendo assim, pode-se afirmar que em sua ótica, o subimperialismo consiste em uma das principais inovações do imperialismo pós-guerra, pois é a forma atualizada de expansão e de acumulação de capital em ritmo cada vez mais intenso e ampliado.

Partindo do pressuposto metodológico do marxismo-leninismo, “[...] que implica o reconhecimento do papel da prática como fundamento da teoria” (VÁQUEZ, 2007, p. 254) Marini estabelece os nódulos constitutivos da dialética do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, a saber, a dependência, a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo.

Marini entende que essa engrenagem funcional, implementada pelo imperialismo, desempenha um papel decisivo no curso do processo político do continente, pois nesse cenário o Brasil adquire uma posição de grande relevo na medida em que o país apresenta as condições necessárias, no âmbito econômico e político, para se constituir em uma potência subimperialista capaz de desempenhar um papel determinante em toda a região da América Latina, mas por outro lado, contraditoriamente, forja formas de resistência da classe trabalhadora, germinando condições objetivas para as revoluções na região.

III. O subimperialismo brasileiro nos marcos da cooperação antagônica

Balizado pelos pressupostos teóricos elencados, Marini (1977) vaticina que na América Latina, apenas o Brasil reúne as condições concretas para se estabelecer enquanto uma subpotência regional ou uma potência subimperialista, pois “[...] independentemente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma categoria subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza.” (MARINI, 1977).

Com intuito de construir uma análise teórica que abarque a totalidade do fenômeno e que estabeleça os vínculos entre economia e classes sociais, o subimperialismo brasileiro é definido nos seguintes termos.

O subimperialismo brasileiro não é somente a expressão de um fenômeno econômico. Resulta, em grande medida, do próprio processo de luta de classes no país e do projeto político, definido pela equipe tecnocrático-militar, a qual assume o poder em 1964, conjugados às condições conjunturais na economia e na política mundial. (MARINI, 1977)

Ora, partindo dessa definição, identificamos os vínculos de complementaridade de interesses entre a burguesia brasileira e o imperialismo estadunidense, de sorte que as condições políticas estão vinculadas à nova configuração do imperialismo pós-guerra, liderado pelos Estados Unidos no contexto da cooperação antagônica. Assim, interessa a ambas as partes a implementação de uma política repressiva, visando conter a ascensão da classe trabalhadora no Brasil como também no continente. No plano econômico se destaca a expansão do capital, sobretudo o financeiro a partir de 1960.

As condições políticas se relacionam com a resposta do imperialismo, à passagem da monopolaridade à integração hierarquizada, que já mencionamos, e mais especificadamente com sua reação frente à revolução cubana e ao ascenso das massas registrado na América Latina na década passada; não nos deteremos agora na análise destas questões. As condições econômicas se relacionam com a expansão do capitalismo mundial nos anos 1960 e com sua particular expressão: o *boom* financeiro. (MARINI, 1977)

É mister lembrar que ao nos debruçarmos sobre a teoria do subimperialismo, é preciso ter em mente que sua ambição é desvendar um fenômeno histórico existente em um determinado período. Fenômeno esse que, para ser compreendido em sua complexidade e magnitude, necessita do exame acurado do seu processo de formação e a apreensão dos principais nódulos que o constituem. Nesse sentido, fica claro que o estudo do subimperialismo brasileiro não deve ser reduzido a seus aspectos simplesmente políticos, pois “[...] a política de subpotência praticada pelo Brasil não nos dá a chave da etapa subimperialista em que este tem entrado”. (MARINI, 1977). Como também não podemos explicá-lo a partir da mera entrada de capital externo.

Para compreendê-lo é necessário alcançar o núcleo desencadeador do processo, isto é, o Estado, pois a burguesia dependente, em virtude de suas debilidades históricas, somente reuniu as condições para a expansão mediante a atuação do Estado.

[...] ao assumir conscientemente a decisão de se submeter à tendência integradora que lhe impõem os centros imperialistas, [...] precisa concentrar e

organizar suas forças para dela se beneficiar. Suas desvantagens em relação à burguesia imperialista são demasiadamente grandes para que aquela queira negociar diretamente com esta, e é por essa razão que opta pelo fortalecimento do Estado nacional como instrumento de intermediação. (MARINI, 1977)

Portanto, aos olhos da burguesia dependente brasileira, o fortalecimento do Estado nacional constituído por meio dos militares, tinha como função primordial implementar uma política econômica que entrelaçasse os interesses do capital nacional, ávido por expansão, com os interesses do imperialismo. Além de atender as ambições militares de transformar o país em uma potência regional.

Tem sido em função disso que o Estado brasileiro tem conseguido pautar um projeto, não de uma estrutura subimperialista, senão de uma *política* subimperialista, com um grau de racionalidade muito superior ao que podia conferir-lhe o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil tem sido isto também o que lhe permite competir os grupos capitalistas a implementarem este projeto, atendendo tanto aos interesses econômicos destes grupos, quanto aos interesses políticos (poderia se dizer, se quiser, os interesses de potência) que expressa a elite tecnocrático-militar, que detém o controle do aparato estatal.(MARINI, 1977)

Nessa acepção, a teoria do subimperialismo induz à compreensão de que a ditadura militar não é um fenômeno isolado ou imposto pelo imperialismo, ao contrário, ela se apresenta como resultado do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tendo como tarefa central abrir novas perspectivas de desenvolvimento econômico e acumulação para o capital nacional e externo. Para tanto, se utiliza do aparato de repressão do Estado, reprimindo violentamente o movimento sindical, para impor pela força, uma política de intensificação do *arrocho salarial*- entendido por Marini como estrutural-; em outros termos, o Estado bonapartista intensifica pela repressão a superexploração da força de trabalho.

Simultaneamente, promove um novo equilíbrio entre as forças políticas, reforçando a coalizão das frações burguesas.¹⁶Entretanto, Marini ressalta que esta coalizão somente pôde ser confirmada mediante a renúncia da burguesia brasileira a qualquer iniciativa que ativasse o mercado de consumo interno evitando, assim, medidas

¹⁶ Para Marini o Estado bonapartista, edificado pelos militares, retoma o Estado de compromisso de 1937.

de caráter estrutural que alterasse a dinâmica do capitalismo dependente. Por isso, a repulsa burguesa a qualquer proposta reformista que colocasse em perigo a forma de acumulação de capital vigente.

O regime militar, no contexto exposto, se deparou com as condições propícias para promover a integração acelerada da indústria nacional ao capital norte-americano. Em contrapartida, ao se subordinar de forma, a princípio, tão servil ao imperialismo, a face mais perversa do sistema se fez presente, uma vez que capitalismo dependente brasileiro renunciou a desenvolver um mercado de consumo interno proporcional ao seu desenvolvimento econômico. Como resultado, promoveu a restrição do acesso a tal mercado para um vasto contingente da classe trabalhadora.

Partindo dessa premissa, fica evidente que a lógica intrínseca do capitalismo brasileiro o conduziu a uma grave contradição, pois incrementou a produção, sem criar um mercado consumidor nacional, restringindo o nível interno de consumo, ao mesmo tempo em que aumentou o exército de mão de obra de reserva.

Mas uma indagação se faz pertinente: qual a causa dessa contradição, própria do desenvolvimento capitalista brasileiro?

Na ótica da teoria do subimperialismo, essa característica do capitalismo brasileiro é resultado direto da sua impotência em controlar seu processo tecnológico. É importante assinalar que a tecnologia, no interior dessa forma de acumulação, se constitui simplesmente em um produto de importação condicionado pela balança de comércio e pelos movimentos externos de capital, tornando-se simplesmente condição necessária à conquista de novos mercados no plano externo, ou condição vital para a expansão subimperialista.

Partindo das considerações de Thalheimer, Marini observou que a necessidade de adquirir cada vez mais tecnologia, condição básica para sua expansão, conduziu a burguesia brasileira a se envolver com mais intensidade nas malhas da cooperação antagônica. Como resultado, se concretizou a cooperação dos grupos monopolistas norte-americanos com setores da burguesia nacional, notadamente com a fração industrial. Cooperação esta, garantida por meio de uma crescente taxa de lucros gerada, como já vimos, pela intensificação da superexploração da força de trabalho, garantida pela política econômica e pela violenta repressão à classe trabalhadora, ambas implementadas por um Estado bonapartista.

De sorte que:

A cooperação antagônica entre a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é levada assim a um ponto crítico, que já não lhe permite existir em sua ambiguidade e impõe uma opção entre a cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, caminhando para a ruptura. É o que ocorreu no Brasil em 1964 [...] . (MARINI, 2000, p. 5)

Sintetizando, o capitalismo brasileiro envolto nas malhas da cooperação antagônica e por meio de uma ofensiva violenta contra a classe trabalhadora, alcançou à sua fase subimperialista sem apresentar grandes alterações em sua economia. Por outro lado, ratifica sua posição de subalternidade frente ao imperialismo, sobretudo, frente ao imperialismo estadunidense.

IV. O Estado bonapartista como centro irradiador do subimperialismo brasileiro

Nesse momento cabe verificar como a ditadura militar, em sintonia com os princípios identificados pela cooperação antagônica, estabeleceu uma nova tendência ao capitalismo brasileiro. Para desvendar esse arcano, Marini utiliza como ponto de partida a política externa empreendida por Castelo Branco (1964-1967), destacando que esta se caracterizou por uma diretriz distinta da política independente empreendida por Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1963-1964).

Eis as distinções apontadas:

Desde que a raiz do golpe de 1964 assumiu a direção do Ministério de Relações Exteriores, o chanceler do governo de Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha, rechaçou a ideia de uma política externa independente, invocando razões geopolíticas que vinculariam estreitamente o Brasil ao mundo ocidental e, particularmente, aos Estados Unidos, e declarou que o conceito básico da diplomacia brasileira era o da interdependência continental. (MARINI, 2000, p. 58-59)

Para esclarecer essa posição, é necessário, mesmo que rapidamente, trazer à tona um dos principais ideólogos da ditadura militar, Golbery do Couto e Silva. Uma vez que ao adotar as referidas diretrizes para a política externa brasileira, o que de fato a ditadura

militar estava seguindo, era a doutrina desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, que tinha em Golbery do Couto e Silva seu principal ideólogo.

Segundo Golbery (1981, p. 170),

A Geopolítica Brasileira precisa ser, portanto, uma Geopolítica de afirmação no exterior, de presença, de participação tanto mais alerta e ativa quanto as últimas oportunidades se esvaem de uma cooperação verdadeiramente recíproca entre os grandes e os pequenos, os fortes e os fracos, os evoluídos e os imaturos, alicerçada que seja, de fato, em mútuos interesses reais, ainda que desproporcionados, mensuráveis, entretanto, em uma mesma escala de valores.

Intitulada de *Barganha Leal*, a doutrina de Golbery defendia a tese de que o Brasil, em decorrência de sua posição geográfica, estava, independentemente de sua disposição, sobre a influência dos Estados Unidos. Sendo assim, não existia outra alternativa senão se alinhar a política externa norte-americana implementada para os países do Atlântico Sul. Em contrapartida, o Brasil exerceria o domínio quase que total sobre a região, dividindo uma pequena parte deste controle com a burguesia argentina.

Críticos a essa tese, viam na política externa praticada pelo governo Castelo Branco um simples retrocesso da política externa brasileira à posição de caudatária das orientações da política externa estadunidense, ou uma mera conversão do Brasil à condição de colônia dos Estados Unidos. Por outra via, respaldado pela tese da cooperação antagônica, Ruy Mauro Marini elabora outra interpretação, expressa por meio da tese do subimperialismo, segundo a qual a burguesia brasileira atuava como agente ativo do processo em curso, protagonizando e conduzindo adiante um projeto de integração consciente com o imperialismo norte-americano.

É preciso registrar que, em hipótese alguma, é cogitada a hipótese dos EUA em conceder seu domínio sobre a América Latina a um país subimperialista, no entanto, estaria propenso a aceitar a participação de um país como o Brasil em seus domínios, contanto que este país se mantivesse em uma posição submissa e concordasse em implementar, em seus aspectos fundamentais, uma política que atendesse aos interesses das grandes empresas multinacionais. É a compreensão de tais limitações que leva o Estado brasileiro, de tipo prussiano como propõe Ruy Mauro Marini, “[...] a reivindicar apenas a participação mais direta na exploração dos mercados e riquezas latino-

americanos, sem deixar de ser, contudo, um sócio menor do imperialismo. (BAMBIRRA, 2013, p.204).

Em verdade, o projeto econômico vislumbrado pela ditadura militar apresentava como princípio consolidar no Brasil “[...] uma indústria de bens intermediários, de consumo durável e de equipamentos, altamente tecnificada e dotada de forte capacidade, capaz de converter o país em potência industrial.” (MARINI, 2000, p. 63-64) o que convergiu perfeitamente com os interesses da grande burguesia industrial, pois simultaneamente, gerou as condições para que a ditadura militar levasse à frente suas ambições expansionistas e para que a grande indústria superasse a ausência de um mercado interno de consumo para suas mercadorias. Marini chama a atenção para o fato de que, a relação entre o regime ditatorial vigente e a grande burguesia industrial se expressou com maior vigor nos vínculos estabelecidos em torno da indústria bélica.

Por essas circunstâncias, a política interna e externa empreendida pela ditadura militar, iniciada no governo Castelo Branco, tinha duplo objetivo: primeiro tornar o Brasil parceiro do imperialismo estadunidense e converter o país à condição de “[...] centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina” (MARINI, 2000, p. 67) assumindo, desta forma, o lugar de país chave no processo de expansão imperialista norte-americano. Por outro lado, ao se integrar ao imperialismo pelo expediente da facilitação de ingressos de capital estrangeiro, a burguesia brasileira encontrou a possibilidade de renovar o aparato tecnológico de suas indústrias. É importante assinalar que nesse processo, o capitalismo brasileiro contemplou os interesses da indústria norte-americana, que pode exportar equipamentos obsoletos e, principalmente, pode desenvolver “[...] complementarmente níveis da produção, no quadro de uma nova divisão internacional do trabalho.” (MARINI 2000, p. 68).

Fica evidente, portanto, que a burguesia brasileira em decorrência da cooperação com o imperialismo e em face da política conciliatória com o latifúndio no âmbito interno, se encontrou impelida a se expandir em busca de novos mercados, visando garantir condições favoráveis de consumo para sua produção. Para tanto, a modernização industrial e a política de arrocho salarial, impostas pela ditadura, foram fatores fundamentais para a concretização da expansão do capital brasileiro.

Norteadas por esses desígnios, a expansão do Brasil na América Latina se consolida, correspondendo ao que Marini (1965) denominou de subimperialismo ou uma

extensão indireta do imperialismo norte-americano. Mais uma vez cabe ressaltar que, a integração subimperialista na América Latina somente teve condições de se consolidar no âmbito da cooperação antagônica, que tencionava a rivalidade entre as burguesias do Brasil e da Argentina que, por sua vez disputavam a hegemonia sobre a exploração das riquezas e dos mercados do continente. Entretanto, a cooperação ou colaboração entre as duas burguesias, mediada pelo imperialismo norte-americano, se consolidou como lógica predominante.

No âmbito interno, o subimperialismo brasileiro se mostrou incapaz de converter a exploração que pretendia realizar no exterior, em favor da elevação do nível de vida interno. Ao contrário, pela necessidade de proporcionar um sobre lucro ao capital norte-americano, terminou por intensificar de forma ainda mais violenta a superexploração da força de trabalho, com o objetivo deliberado de diminuir os custos de produção em benefício do capital externo.

Concluindo, podemos aferir que ao renunciar as possibilidades de um projeto de desenvolvimento autônomo acompanhado de progresso social, a burguesia brasileira teve como única alternativa de sobrevivência, se lançar impiedosamente ao exterior em busca de novos mercados consumidores para seus produtos.

Trata-se, enfim, de um sistema que já não é capaz de atender às aspirações de progresso material e de liberdade política, que mobilizam hoje as massas brasileiras. Inversamente, tende a sublinhar seus aspectos mais irracionais, levando quantidades crescentes do excedente econômico para o setor improdutivo da indústria bélica e aumentando, pela necessidade de absorver parte da mão de obra desempregada, seus efetivos militares. Não cria, desta maneira, apenas as premissas para a sua expansão para o exterior. Reforça também internamente o militarismo, destinado a consolidar a ditadura aberta de classe que a burguesia se viu na contingência de implantar. (MARINI, 2000, p. 99)

Por meio da trajetória exposta, Marini demonstra o caráter do capitalismo brasileiro na sua fase subimperialista, que teve no Estado bonapartista, na intensificação da superexploração da força de trabalho e na repressão violenta ao proletariado; seus principais pilares de sustentação. Em suma, a classe trabalhadora teve o seu já miserável nível de vida rebaixado para garantir os lucros dos grandes capitalistas, assim, a alternativa subimperialista esgarçou os seus limites e a impossibilidade de solucionar as contradições pertinentes ao desenvolvimento capitalista dependente.

Se é possível supor a sobrevivência do atual sistema de dominação no continente, o destino dos povos será cada vez mais a intensa exploração imperialista, mediada pelo subimperialismo. (BAMBIRRA, 2013, p. 222).

Ora, se é válida essa afirmação, por outro lado também é válida a tese segundo a qual: apenas uma ação coordenada entre todas as forças da classe trabalhadora é portadora das condições para romper com a dominação imperialista e apenas a revolução socialista pode restaurar a unidade da América Latina, como tivemos a oportunidade de mencionar no transcorrer de nossas análises.

V. O debate como práxis revolucionária. Crítica a Ruy Mauro Marini

Como foi acentuado Virgínia Fontes (2010), por meio da tese do capital-imperialismo, contribui para a atualização da teoria do imperialismo, o que não significa a negação da importância teórica de outros pensadores no campo do marxismo, especialmente, do marxismo latino-americano. Nesse sentido, Fontes exalta a contribuição de Ruy Mauro Marini, pois ao seu juízo, o teórico dependente “[...] foi o primeiro - e praticamente único autor - a insistir precocemente no papel imperialista desempenhado pelo Brasil.” (FONTES, 2010, p. 351). Reconhecimento que em hipótese alguma, significa que a teoria do capital-imperialismo e a teoria do subimperialismo sejam simplesmente complementares ou que Fontes seja uma continuadora da obra de Marini. Ao contrário, Fontes questiona os principais fundamentos da teoria do subimperialismo.

O núcleo da divergência levantada pela historiadora marxista reside em duas questões concebidas de forma entrelaçadas por Marini, a partir da teoria do valor de Marx. A primeira delas relaciona-se à tese da superexploração da força de trabalho, definida por Fontes como um truncamento da lei do valor, constituindo-se, portanto, na principal célula da dependência. A segunda questão é consequência da primeira, isto é, a superexploração da força de trabalho e a dependência são responsáveis pela atrofiação do mercado interno, obrigando o capitalismo brasileiro a se expandir para o exterior uma vez que o mercado interno é incapaz de consumir produtos suntuários.

O conceito de superexploração procura dar conta de maneira estruturado peculiar desenvolvimento do capitalismo nas periferias, por seu caráter dependente e integrado, desigual e combinado, contraditório e tenso, através de dois determinantes fundamentais: o truncamento da lei do valor e a precariedade do mercado interno. (FONTES, 2010, p. 352)

A contraposição de Fontes parte do princípio de que a tese da superexploração da força de trabalho possui limites que impedem a compreensão da totalidade da realidade brasileira, uma vez que apresenta um caráter imutável, isto é, Marini concebe a superexploração como uma categoria estática, que não se altera ao longo do processo de acumulação de capital, mantendo independente da circunstância histórica a população do campo fora do mercado. Fontes ressalta, entretanto, que a realidade brasileira no campo sofreu expressivas alterações na sua composição econômica e social. De sorte que um contingente considerável de trabalhadores rurais ingressou no mercado, ou seja, as mudanças ocorridas no campo ao longo da segunda metade do século passado se diversificaram, transformando substancialmente a forma de exploração do capital sobre o trabalho.

Fontes (2010, p. 352) argumenta que “[...] a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas.” Nesse sentido, o valor da força de trabalho, em hipótese alguma pode ser definido mediante padrões internacionais, mas pelas necessidades concretas da população nas condições em que vive.

Ora, ao que tudo indica a teoria do subimperialismo não considerou esses elementos, impedindo, portanto, uma análise mais atualizada da realidade brasileira que se transformou em um ritmo bastante acelerado, especialmente a partir de sua integração ao capital-imperialismo nos anos 70.

No tocante à questão da escassez do mercado interno, Fontes destaca dois problemas cruciais. O primeiro se refere ao fato de que, sobre o mercado interno Marini aborda apenas o ponto de vista estritamente econômico desconsiderando, por outro lado, o fato de que o consumo de bens é uma determinação histórico-social, ou seja, “Não se trata apenas da oferta de bens necessários para a população, mas da produção de uma população necessitada do consumo mercantil de certos bens.” (Fontes, 2010, p. 354). Essa

constatação coloca em relevo o duplo caráter da expansão do mercado interno enfatizando a sua constituição histórico-social.

O processo de expansão do mercado interno é duplo: ele é a produção social de massas expropriadas aptas a se converterem em mera força de trabalho, totalmente dependentes do mercado para subsistirem, ao lado da imposição de uma dada forma de produção econômica destinada a suprir, somente (ou prioritariamente) através do mercado, as necessidades sociais e históricas dessas populações. A própria extensão das expropriações no contexto do avanço da industrialização foi um dos elementos para a transformação das relações de produção dominantes no campo e fator de extensão do mercado interno. (FONTES, 2010, p. 354)

Certamente, esse projeto de desenvolvimento foi concretizado nos anos 70, quando ocorreu uma expansão do mercado interno privilegiando o grande capital e intensificando as desigualdades sociais por meio da expansão do crédito, ampliando o padrão de todas as formas de consumo, isto é o consumo especulativo, produtivo e principalmente o que atendia as necessidades imediatas da população.

Seguindo a trilha aberta pela tematização da teoria do capital-imperialismo, Fontes (2010) critica a teoria do subimperialismo, uma vez que a configuração do capitalismo contemporâneo é imperialista e somente se expande capital sob a forma imperialista; no caso do imperialismo pós-guerra, sob a forma capital monetário portador de juros.

Penso que essa tematização é correta e que o Brasil não foge à regra; na verdade, a forma capital-imperialismo já está enraizada e em franca expansão envolvendo a totalidade da vida social brasileira. Nesse sentido, podemos considerar que o Brasil na atual configuração do capitalismo mundial integra-se ao sistema na condição de país imperialista, todavia, se mantendo em condição subalterna aos países do centro hegemônico.

Nessas condições, o país se insere “Como o último dos primeiros, em situação tensa e instável, depende de uma corrida alucinada de concentração de capitais que, a cada passo, escancara crises sociais dramáticas.” (FONTES, 2010, p.359).

Podemos afirmar, portanto, que o substrato teórico do pensamento de Fontes não elimina o caráter desigual e combinado, que pressupõe a reciprocidade entre as partes que integram a totalidade do sistema econômico e social do capital, por isso nessa trajetória a

integração da economia brasileira é subalterna na medida em que se submete à hierarquização imposta pelas grandes potências de capital-imperialista, gerando graves dramas humanos e sociais.

Finalmente, quero acrescentar, para que fique fortemente assinalado, que tanto do ponto de vista teórico, quanto político, Marini e Fontes, a despeito de suas diferenças, demonstram que não existe solução humano-societária no campo do capital, por isso o único caminho a ser trilhado pela classe trabalhadora é pela via revolucionária. Para tanto, é necessária uma articulação da classe trabalhadora em escala continental e internacional, cabendo à classe trabalhadora brasileira assumir o papel de protagonista do processo.

VI. PO e a crítica radical a Marini

Em sua quinta conferência, realizada em 1978, a PO completou um processo que autodenominaram de autocrítica, onde estabeleceram uma séria avaliação acerca de suas formulações teóricas e políticas. Essa iniciativa fomentou o questionamento da base teórica que norteava as ações políticas da tendência, “[...] muito pouco relacionados com uma análise científica da realidade brasileira, segundo o método e a teoria marxista.” (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p. 3).

Sendo que, a elaboração teórica do chamado *movimento autocrítico* contou com a intervenção direta de militantes exilados, que mesmos distantes elaboraram documentos¹⁷ que contribuíram significativamente para a retomada teórica da PO no estrito campo do marxismo-leninismo.

O primeiro esforço de crítica à “teoria da dependência” de Ruy Mauro Marini, por nossa parte, se deu com um artigo publicado no n° 3 da revista “Marxismo Militante”. Nesse artigo, criticávamos principalmente a tentativa de Marini de alterar a interpretação marxista sobre a acumulação de capital, introduzindo conceitos como “superexploração”, além de colocar a troca desigual como essencial ao desenvolvimento capitalista nos países centrais. Destacávamos que a lei do valor em Ruy Mauro Marini tinha uma existência apenas “pro forma” já que era transgredida no que se refere ao intercambio desigual e

¹⁷Entre esses documentos destacam-se: *Liquidar o pasado para destruir o futuro?* (ERNESTO MARTINS, 1975) e *Meias verdades não resolvem.* (ERNESTO MARTINS, 1977).

também no que se refere à remuneração do trabalhador (considerada “abaixo de seu valor”) (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p. 5).

Nesse contexto, “As teses sobre o caráter estrutural da ditadura militar e do arrocho salarial (“superexploração” estrutural) [...]” (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p. 4) que tomaram por base as teses de Ruy Mauro Marini tornaram-se alvo da autocrítica empreendida pela organização.

No tocante à superexploração da força de trabalho, a crítica da PO parte do princípio metodológico adotado por Marini, que desconsidera a historicidade e as particularidades de cada país e universaliza de forma arbitrária os limites para o valor da força de trabalho. Considerada por esse ângulo, a tendência marxista assevera que “As causas das oscilações possíveis dos salários teriam, assim, que ser encontradas no quadro da concorrência e não da análise geral do capital, como queria Ruy Mauro.” (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p. 5).

A crítica à concepção da superexploração de Marini se aprofunda na medida em que a PO concluiu que era preciso avançar ainda mais no sentido de destruir a tese do *arrocho estrutural*, que era concebido como resultado de um mercado interno limitado, onde o consumo do operariado não determinava a realização do produto, de forma que, a exploração da força de trabalho poderia ser intensificada por meio do constate rebaixamento dos salários, sem gerar prejuízos para a acumulação de capital.

Retomando as análises de Lênin sobre o caso russo, a PO norteia sua posição descartando a tese, segundo a qual a extração de mais-valia seria realizada no exterior e não em âmbito local. Rechaça, por conseguinte a tese de Marini que desconsidera a importância do consumo produtivo para o desenvolvimento do capitalismo, além de não esclarecer como os operários sobrevivem sem um padrão de consumo mínimo e individual necessário para a sua sobrevivência física.

Lênin argumentava também, de acordo com Marx, que o “crescimento do mercado interno para o capitalismo, é até certo ponto, `independente` do consumo individual, verificando-se mais por contado consumo produtivo”. Considerar, portanto, que a mais-valia produzida no Brasil se realizava no exterior é abstrair o papel do consumo produtivo e do consumo individual capitalista, sem explicar de que maneira os operários se mantêm vivos sem lançar mão de seu próprio consumo individual. (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, 6-7).

Para ser preciso, é mister acrescentar que a PO identifica na tese da realização externa da mais-valia, defendida por Marini, outros fatores que comprometiam a compreensão da realidade brasileira e dos países dependentes em geral. Com destaque para os equívocos acerca da relação comercial existente entre os países da periferia do sistema e os países capitalistas centrais. Trilhando um caminho inverso ao do teórico dependentista, a PO argumenta que os países centrais necessitam mais do comércio exterior que os países da periferia do sistema. Por conseguinte, os mercados internos dos países dependentes como o Brasil não são tão restritos como advoga Marini.

[...] apesar da importância cada vez maior da produção industrial no Brasil, a percentagem do produto industrial que é exportada é reduzidíssima. Em 1970, apenas 5% do produto industrial era exportado. Em 1971, apenas 0,5% dos aparelhos de televisão produzidos no país foram exportados, 0,9% das geladeiras e 0,2% dos automóveis. (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p.7)
Ora, esse conjunto de dados expõe a força do “mercado interno brasileiro que é capaz de absorver cerca de 90% da produção nacional [...] . Em 1972, calculava-se com os dados do censo de 1970 que o mercado interno brasileiro era formado por 20 milhões de pessoas (20% da população) [...] .” (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p.8.)

Portanto, não podem ser creditadas, à estreiteza do mercado interno, as causas para uma possível superexploração da força de trabalho como lógica fundante e imperiosa do capitalismo brasileiro. Dessa forma, a PO firma posição contrariando a tese da acumulação da mais-valia realizada no exterior.

É importante frisar que a PO reconhece os limites do padrão de consumo individual da classe trabalhadora, se comparado com o padrão de consumo da burguesia e da classe média, contudo, essas limitações não nulificam a importância do consumo global dos trabalhadores para a acumulação capitalista no país. Tal constatação conduz ao questionamento da tese que sustentava a existência de vínculos estreitos entre a economia brasileira e as variações dos preços dos produtos primários no mercado externo, uma vez que o capitalismo brasileiro já havia superado a fase de mero exportador de produtos primários apresentando um setor industrial já consolidado como principal atividade de sua economia.

Portanto, é incorreto dizer que a mais-valia no Brasil se realize através do mercado externo. Como já argumentamos, essa problemática da realização externa da mais-valia não tem precedentes no marxismo-leninismo, embora o

tenha em correntes populistas. Também não é verdade que os ciclos de conjuntura da economia brasileira estejam indissolivelmente relacionados com a oscilação dos preços dos produtos primários brasileiros no mercado exterior. A complexidade da economia brasileira já há muito ultrapassou os limites da simples exportação de produtos primários. (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p. 8)

Sendo assim, coloca-se em xeque o argumento da superexploração da força de trabalho como resultado inevitável da constituição do capitalismo dependente brasileiro. O argumento apresentado pela PO se concentra inicialmente no pressuposto de que é:

[...] errado considerar o valor real da força de trabalho no Brasil. Em primeiro lugar, porque tal valor é muito relativo, dependendo de circunstâncias históricas e geográficas. Em segundo, que, sob pressão do movimento operário, os capitalistas serão obrigados a aumentar os salários e, se isso diminuir seus lucros (se não puderem passar na mesma proporção os aumentos de salários para os preços), nem por isso o capitalismo chegou ao seu fim. O emprego de máquinas poupadoras de mão-de-obra será sempre a saída para o capitalista individual. É verdade que isso levará muitas empresas à falência, mas não o capitalismo. (POLOP, Voltando as Raízes, p. 9).

Nessas circunstâncias, a indústria ao se modernizar e, portanto, se constituir como principal setor da economia brasileira gerou as condições para que a acumulação capitalista se realizasse sem a necessidade do *arrocho estrutural*. Em contrapartida, forjou as possibilidades apropriadas para que a mais-valia brasileira se realizasse em âmbito interno sem desconsiderar o fato de que a economia brasileira é subalterna ao imperialismo no estrito campo da cooperação antagônica.

Quanto à crítica da teoria do intercâmbio desigual, a PO argumentava que as causas desse fenômeno estavam centradas em dois fatores econômicos fundamentais. O primeiro era de caráter concorrencial, pois os países de capitalismo avançado passaram a produzir mercadorias similares às produzidas pelos países de capitalismo de economias dependentes. O segundo fator parte do pressuposto, da existência dos monopólios que mantinham um preço mais elevado dos produtos industrializados em relação aos produtos agrários.

Partindo desse princípio, questiona-se a chamada concepção terceiro-mundista que concebe o intercâmbio desigual como o principal fator responsável pelo subdesenvolvimento, particularmente, no tocante ao caso brasileiro. Nessa via, é rechaçada a tese que imputa ao intercâmbio desigual a responsabilidade pelo

subdesenvolvimento. Na asserção proposta pela PO as causas do subdesenvolvimento são: a exportação de excedente de capitais para os centros hegemônicos do sistema por meio de pagamentos de juros, de remessa de lucros, cobranças de *royalties*. Nessa relação as multinacionais e os bancos representam as principais peças da engrenagem do sistema mantendo inalterada as bases de sustentação reprodutoras do subdesenvolvimento. Nessas circunstâncias, a PO repõe suas principais bases teóricas centradas, sobretudo no antagonismo capital-trabalho e nas incursões predatórias do imperialismo sobre os países de capitalismo dependente.

A existência dos males do subdesenvolvimento no país não induz que o capitalismo brasileiro tenha chegado ao seu final, ou que não possa mais ser explicado segundo as categorias de “O capital” no que tange a sua reprodução. A continuidade do subdesenvolvimento significa a continuidade de seus males crônicos: exportação crescente de partes consideráveis do excedente, necessidade de aumentar as exportações para obter divisas necessárias para pagar os juros, royalties e remeter os lucros, incapacidade de absorção de toda a mão-de-obra pela monopolização precoce da economia, desemprego crônico, baixa produtividade da agricultura, disparidades regionais, etc. (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p. 10.)

Portanto, a superação do subdesenvolvimento não se limita em atacar as relações comerciais desiguais, é preciso acima de tudo enfrentar a dinâmica própria do imperialismo, ou seja a “[...] dominação dos monopólios imperialistas e de seus associados nacionais que, em aliança como o latifúndio, mantém o ciclo de exportação do excedente potencial em funcionamento.” (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p. 10). Trata-se, em última instância de romper na raiz a relação subalterna dos países da periferia do sistema aos interesses do imperialismo. Tarefa que somente pode ser levada a frente pela classe trabalhadora radicalizada, isto é, pela revolução socialista.

Assim, descartando teses no campo do marxismo e velhos mitos reformistas, a PO refuta drasticamente o que definiu como:

[...] posições sociológicas e pequeno burguesas de Rui Mauro Marini sobre a “dialética da dependência” passaram a figurar como sustentáculos de uma concepção global sobre a revolução brasileira, que chegou a se desdobrar em detalhes minuciosos sobre o futuro. Entretanto, as “novas” concepções se revelaram mais tarde como herança eclética de velhas posições teóricas esquerdistas e populistas. (POLOP, Voltando as Raízes, 1978, p. 24).

Em suma, a PO enxergava nas teses de Marini uma visão equivocada da teoria do valor de Marx bem como das concepções de Lênin. Como resultado prático, a tese da superexploração da força de trabalho como centro nervoso da acumulação de capital no Brasil e a tese da realização externa da mais-valia desencadeou no interior da própria PO - e na esquerda em geral - posições sectárias totalmente desvinculadas da realidade comprometendo a luta contra a ditadura e o enfrentamento com o imperialismo.

Teorizando no sentido oposto, a PO propunha a retomada da autenticidade da teoria marxista-leninista - que fora comprometida por Marini - como esteio teórico para uma ação prática que atendesse aos interesses reais e imediatos da classe trabalhadora, sem perder de vista a luta radical contra o imperialismo. Única via capaz de superar o subdesenvolvimento e a exploração capitalista.

VII. Neodesenvolvimentismo: “Estado forte” e a apologia do capital humanizado

Em um campo oposto ao marxismo, se estabelece após a experiência do neoliberalismo na América Latina¹⁸, uma vertente do pensamento econômico intitulado neodesenvolvimentismo, que almeja se firmar como uma alternativa prática às mazelas do capitalismo contemporâneo. Para tanto, seus ideólogos procuram se diferenciar do antigo projeto desenvolvimentista, pois ao seu juízo este se tornou anacrônico e, portanto, impossibilitado de dar repostas ao capitalismo contemporâneo.

A estratégia novo-desenvolvimentista, embora tenha suas origens no “velho desenvolvimentismo”, ainda que com um olhar crítico em alguns aspectos desta estratégia, busca adequar a estratégia desenvolvimentista aos novos tempos e à realidade brasileira atual. (MICHEL; PAULA; SISCÚ, 2005, p.11.)

A pedra angular da teoria neodesenvolvimentista incide sobre o papel a ser desempenhado pelo Estado no capitalismo globalizado; nessa ótica refutam o

¹⁸. No Brasil o neodesenvolvimentismo ganha notoriedade no início dos anos 2000, sobretudo, pela iniciativa de Luis Carlos Bresser Pereira.

denominado *Estado-empresário*, como também a adoção de medidas protecionistas do passado.

É preciso frisar que na lógica neodesenvolvimentista, o Estado não é reduzido, mas sim reconfigurado, visando torná-lo mais atuante e eficiente no plano político-administrativo. De sorte que o Estado nessas condições estaria apto a promover uma série de medidas capazes de realizar o crescimento econômico acompanhado de progresso social.

Nessa quadra, o eixo articulador da política econômica seria a estabilidade macroeconômica gerada pela combinação de medidas fiscais, monetárias, cambiais e salariais que garantissem o crescimento econômico sustentável, a estabilidade financeira e o controle da inflação. É importante destacar a necessidade da manutenção de uma taxa de câmbio competitiva, visando aumentar a competitividade do Brasil no mercado externo, isto é, favorecer a exportação e conter os empréstimos externos para reduzir a vulnerabilidade externa do país.

É por isso que um projeto novo-desenvolvimentista [...] deve-se buscar adotar medidas que diminuam a volatilidade excessiva da taxa de câmbio e, ao mesmo tempo, mantenham uma taxa de câmbio atraente para fomentar as exportações. Há experiências relevantes na história da economia mundial contemporânea que podem ser consideradas lições porque podem indicar algumas linhas gerais de uma estratégia de blindagem para a economia brasileira – são linhas alternativas àquelas sugeridas pelos economistas monetaristas neoliberais, pelos analistas ligados aos sistemas financeiros nacional e internacional e pelos programas de apoio/empréstimos do Fundo Monetário Internacional. (MICHEL; PAULA; SISCÚ, 2005, p.16.).

Ora, uma vez concretizadas essas medidas, o gerenciamento competente e austero das condições macroeconômicas criaria as condições para o desenvolvimento de um capitalismo mais competitivo e virtuoso. Como decorrência, a estabilidade econômica e a livre concorrência estimulariam o setor industrial promovendo, por conseguinte, a modernização tecnológica. Por outro lado, o aumento das exportações de commodities em sintonia com o crescimento do mercado interno (estimulado por políticas públicas, facilidade de crédito, melhoria salarial associada ao aumento da produtividade) impulsionaria os investimentos do capital privado.

Nesse diapasão, o Brasil teria uma inserção na economia mundial soberana e autônoma em relação às economias centrais, isto é, ocorreria uma associação em

condições extremamente favoráveis entre o Brasil e os países imperialistas. Sendo que todo esse processo seria garantido pela intervenção de um *Estado Forte*, garantidor e promotor de um capitalismo que conjugue dinamismo e equidade social, em outras palavras, um capitalismo competitivo, mas simultaneamente justo e humano.

É importante ressaltar, que nessas condições o Estado cria as premissas para a emergência de uma burguesia interessada em se expandir rumo a uma “[...] competitividade autêntica apoiada na incorporação de progresso técnico e em práticas gerenciais inovadoras.” (MICHEL; PAULA; SISCÚ, 2005, p. 16). Dessa forma, a ideologia neodesenvolvimentista advoga a tese de um novo tipo de nacionalismo livre dos anacronismos do passado, mas, que, sobretudo garanta mecanismos internos estabelecidos pelo Estado que propiciem uma inserção segura do país na economia globalizada.

[...] significa tão somente um conjunto de atitudes de governos e cidadãos com o objetivo de defender o capital e o trabalho do seu país no mundo em que empresas competem por novos mercados e em que capitais financeiros buscam, além de suas fronteiras, aumentar a sua rentabilidade exigindo menores riscos - ou seja, um projeto de desenvolvimento que atenda os interesses nacionais, e que permita uma inserção soberana do país na economia internacional. (MICHEL; PAULA; SISCÚ, 2005, p. 18-19.)

Partindo dessa abordagem, o neodesenvolvimentismo expõe uma de suas principais pretensões: a articulação entre crescimento econômico e superação das desigualdades sociais.

Plínio de Arruda Sampaio JR. (2012, p.179) chama a atenção para o fato de que “Nessa perspectiva, desenvolvimento e crescimento confundem-se como fenômenos indiferenciados. As controvérsias dizem respeito às formas de superar os aspectos “negativos” e ao modo de combinar os aspectos “positivos”.

Nessa seara, as questões econômicas ficam reduzidas à esfera tecnocrata e quais os instrumentos a que o Estado deve recorrer para conjugar crescimento, equilíbrio macroeconômico, desenvolvimento industrial e orçamento para políticas públicas de cunho social. Em suma, a ideologia neodesenvolvimentista por meio da conciliação de interesses de classes, objetiva criar as condições políticas e econômicas para que o capital brasileiro se reproduza e se expanda em associação com o capital externo, de tal forma

que promova em âmbito nacional o pleno emprego, a modernização, o crescimento e um Estado de bem-estar social.

Nessa perspectiva, seus teóricos em consonância com as demais ideologias burguesas promovem uma cisão entre subordinação ao imperialismo e desigualdade social. Paralelamente refutam qualquer possibilidade de transformação radical da sociedade, confinando a disputa pela hegemonia entre liberais e neokeynesianos, garantindo dessa forma que, no interior das lutas intraburguesas, se mantenham e reproduzam em escala ampliada as formas de extração de sobretrabalho que pode se manifestar na forma de mais-valia relativa e mais-valia absoluta.

Assim sendo,

A relação indissolúvel entre crescimento e barbárie característica de nosso tempo, que se manifesta com virulência nas economias periféricas, converte-se assim, por um passe de mágica em seu contrário: desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de conciliar crescimento com equidade. (SAMPAIO JR., 2012, p.681.)

A inexistência de uma teoria que abarque as condicionantes do sistema capitalista e a negação do fenômeno do imperialismo conduz o neodesenvolvimentismo a uma abordagem fragmentária e de certo modo simplória do capitalismo contemporâneo. Como resultado, não captura a intrincada relação entre o capitalismo dependente brasileiro e o novo imperialismo que “[...] ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional e estes à perpetuação da dupla articulação - dependência externa e segregação social. (SAMPAIO JR., 2012, p. 682.).

Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012, p. 683) expõe as limitações teóricas do neodesenvolvimentismo e suas implicações sobre a realidade brasileira.

Afirmando que:

O neodesenvolvimentismo só pode fantasiar sobre a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nacional porque ignora os encadeamentos necessários entre concentração e centralização dos capitais, dominância absoluta do capital financeiro sobre o processo de acumulação, lógica de império que preside a ação das potências imperialistas (Estados Unidos à frente), total subordinação da ordem econômica mundial aos imperativos do capital financeiro, incontrolabilidade do capital, crise terminal do keynesianismo e tendência à reversão neocolonial nos países que fazem parte da periferia da economia mundial. No que se refere à peculiaridade da situação do Brasil no contexto mundial, a inversão da realidade assume a forma de uma

desconsideração do impacto particularmente devastador da etapa superior do imperialismo sobre todas as dimensões da vida nacional.

Ao desconsiderar a totalidade do processo e promover a apologia do desenvolvimento acompanhado de equidade social o neodesenvolvimentismo omite, de forma deliberada, as contradições e tensões do sistema, os reais efeitos da crise econômica atual e, sobretudo, a ofensiva do capital contra os trabalhadores naturalizando “[...] o caráter particularmente selvagem do capitalismo na periferia do sistema capitalista mundial”. (SAMPAIO JR., 2012, p. 685.).

Nessa via, os ideólogos do neodesenvolvimentismo apoiam aspectos da política econômica de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011- 2015), sobretudo as denominadas reformas estruturais que consistem em privatizações, quebra de monopólios estatais, etc., além de políticas sociais de talhe neoliberal que a partir de um pretenso consenso entre as classes surge como uma pretensa alternativa para a dramática realidade social que assola a classe trabalhadora do país.

Assim,

Tanto a política econômica como as políticas sociais ganham um ar de neutralidade tecnocrática, como se não fossem produto das tensões advindas das lutas de classes em torno da direção política dos aparelhos estatais e da repartição da mais-valia entre as classes nacionais (e internacionais). (CASTELO, 2013, p. 364)

Finalmente, cabe ressaltar que no âmbito político ideológico o neodesenvolvimentismo promoveu a guerra do silêncio contra o pensamento marxista, negligenciando todo um legado construído ao longo das décadas de 60 e 70 acerca do caráter dependente do capitalismo brasileiro. Simultaneamente, ignora a teoria do valor de Marx, os efeitos da dominação imperialista na periferia do sistema, o proletariado como agente revolucionário e a revolução socialista como único caminho para a superação da exploração do capital.

Capítulo 5: PO: Breve delineamento histórico e político

I. Experiências e ensinamentos

Em *Que Fazer?* (1902) Lênin afirma: “É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.” Esse pressuposto revolucionário delimita a importância teórica e prática do marxismo-leninismo que no Brasil teve na ORM- Política Operária- Polop ou simplesmente PO sua principal expressão.

Como veremos, no transcorrer do capítulo, a PO foi a primeira organização de esquerda no Brasil a se constituir no estrito campo do marxismo-leninismo delimitando a importância teórica e prática dessa corrente do movimento revolucionário internacional. Esse pequeno bosquejo sugere que não se pode almejar fazer um balanço razoável da esquerda brasileira sem considerar o legado teórico e político ensejado pela PO ao longo de sua atuação, mais precisamente no período de 1961 ano de sua fundação, até 1980 quando ingressa no Partido dos Trabalhadores.

Nesse escopo, procuramos analisar a trajetória política da organização, seus objetivos políticos, suas principais teses, suas inovações teóricas, suas estratégias de ação e seu legado teórico e prático. Todavia, não se pretende abarcar a totalidade inerente a essas questões, ao contrário a pretensão limita-se em estabelecer um breve delineamento histórico e político da organização no período posto em tela.

II. Uma nova perspectiva para a esquerda

Até 1964, era o PCB quem predominava no interior da esquerda brasileira. Suas principais teses influenciaram vários setores dos movimentos contestadores da ordem vigente, em especial, setores da intelectualidade brasileira e do movimento sindical e estudantil. Entre as teses mais importantes defendidas pela direção do partido, destacava-se a política de aliança de classes, que o levou a aderir incondicionalmente às disputas eleitorais e à valorização das chamadas instituições democráticas existentes. O PCB, ao defender a política de conciliação, definitivamente renunciava à revolução socialista,

passando a propor a revolução por etapas e a via pacífica como instrumento de transformação da sociedade brasileira.

As propostas do PCB, que poderiam ser chamadas de nacional-reformistas, influenciavam vários setores sociais, mesmo os que não militavam no Partido. Buscava-se realizar a “revolução burguesa” no Brasil, pois a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, no campo, entravando o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Os setores feudais dominantes contariam com um forte aliado para manter o atraso relativo à economia, o imperialismo, a quem não interessaria o desenvolvimento autônomo da nação brasileira. (RIDENTE, 1993, p. 26)

No V Congresso realizado em 1960, a direção do partido tentou encontrar um equilíbrio entre suas forças internas. Se por um lado, a direção mantinha a defesa da política de aliança de classes com a burguesia, e no plano econômico incorporava as teses desenvolvimentistas defendidas pela CEPAL¹⁹; por outro lado, estimulava as lutas por transformações sociais lideradas pelo partido, reafirmando o papel do proletariado enquanto principal agente da revolução no Brasil. É, portanto, nessas circunstâncias que o PCB ambicionava disputar a hegemonia política no interior da Frente Única.

Com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República em 1961 e a possível posse de seu vice João Goulart, parecia que haveria a concretização das teses defendidas pela direção do partido, uma vez que o denominado populismo de esquerda e os pecebistas possuíam muitos elos convergentes. Dentre eles, destacavam-se: a superação dos resquícios feudais existentes no campo e a subordinação do país ao imperialismo. Dado que, a contradição entre reformas nacionalistas e a perpetuação do atraso constituía-se no elo determinante que unia comunistas e populistas de esquerda.

Com a iminência do golpe e a tentativa das forças de direita de impedirem a posse de Goulart, o PCB manteve-se ao lado da legalidade. Sem organização e desarticulados como força política capaz de barrar o golpe, os comunistas limitaram-se a apoiar os setores comprometidos com a manutenção da democracia e com a constitucionalidade.

¹⁹Fundada no final dos anos de 1940 e início de 1950, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL- foi um organismo vinculado à ONU - Organização das Nações Unidas - que tinha como principal objetivo identificar e elaborar projetos relativos aos problemas econômicos da América Latina e Caribe.

Após a instauração do parlamentarismo em 1961, e posteriormente, com a posse de Goulart em 1963, a direção do PCB acreditava que a vitória teórico-política das teses defendidas em 1958 e 1960 consagrar-se-iam. Goulart representava a possibilidade concreta de efetivação de um governo nacional e democrático, apoiado pela classe trabalhadora e pela denominada burguesia democrática e progressista, que assumiria o poder pela via pacífica, com um projeto que modernizasse as relações econômicas no campo e rompesse com a subordinação do país ao capital externo, em especial, o norte-americano.

É exatamente nesse cenário que se daria a primeira etapa da revolução antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrática. Nesse contexto, na avaliação do partido, as condições objetivas estavam maduras, pois o país atravessava um período democrático, a classe operária estava suficientemente organizada, a política de *Frente Única Nacionalista e Democrática* era uma realidade e a conjuntura internacional era favorável.

Apesar de todas as divergências com Goulart, o PCB permaneceu inflexível na defesa de um projeto nacionalista e democrático. Acreditava que era necessário os trabalhadores pressionarem o governo para que este impulsionasse as reformas econômicas e sociais pretendidas. Com o golpe de 1964 e a consequente ausência de resistência foram expostas as insuficiências teóricas dos pecebistas e seus reflexos para todas as forças de esquerda existentes antes e após a implantação da ditadura militar.

É nesse contexto que surge, em 1961, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária – ORM POLOP. Constituída a partir da fusão de setores da Juventude do Partido Socialista (Seção Guanabara), com intelectuais de São Paulo, adeptos das teorias de Rosa Luxemburgo, e com setores do trabalhismo. Sediados inicialmente em Minas Gerais consolidou suas principais bases de fomentação política nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia. A PO realizou cinco Congressos sendo que todos aconteceram em São Paulo. O de sua fundação ocorreu em 1961; o segundo, em 1962; o terceiro, em 1964; o quarto, em meados de 1967, e o último, em 1968.

O Congresso de Fundação aconteceu em Jundiaí. Dos operários só fui eu, representando os marceneiros. Nesse Congresso de Formação, participaram um grupo de espanhóis, o Éder e o Emir Sader, o Paul Singer. Antes de 64, o Paul Singer era ligado ao PSB, foram o Éder e o Emir, jovens estudantes da

época, que o motivaram. Aquele congresso foi só uma tomada de posição mais aberta, mas não se unificou. O Juarez Brito, que morreu durante a repressão, também participou do Congresso de Fundação. E continuamos nossa militância dentro da perspectiva de um sindicato autônomo, um projeto político revolucionário marxista-leninista, fundamentado na realidade brasileira. Nossa posição era de crítica aberta ao estalinismo e ao reformismo, embora reconheçêssemos os acertos da União Soviética. (Silva, 1994) ²⁰

Marcelo Badaró (2007, p. 176) ressalta que:

Desde os seus primeiros pronunciamentos públicos, nas deliberações de seu congresso de fundação, divulgadas por meio do jornal Política Operária, a PO fez questão de demarcar a diferença de fundo entre o projeto revolucionário que defendia e as teses do PCB.

Em seu *IV Congresso* em 1967, a tendência teve em seus quadros importantes dissidências, em especial nos núcleos de Minas Gerais e São Paulo, originando respectivamente outras duas tendências que são: COLINA²¹ e VPR²². No tocante ao COLINA, seus fundadores criticavam o que acreditavam ser um excesso de burocracia da PO, em contrapartida defendiam uma ação mais direta, propondo a guerrilha rural e ações armadas como meio de agitação revolucionária. A vertente paulista da dissidência uniu-se a ex-oficiais das Forças Armadas que haviam militado no Movimento Nacional Revolucionário, o MNR²³, abrindo caminho para o surgimento da VPR, que tinha como principal proposta iniciar a guerrilha rural, com ações armadas no campo.

²⁰Entrevista de Otavino Alves da Silva para Pedro Pomar, in: Revista *Teoria e Debate* n° 24(março/abril/maio). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1994. Disponível em: Fundação Perseu Abramo. <http://novo.fpabramo.org.br/>. Acesso em 15/05/2015.

²¹O Comando de Libertação Nacional - COLINA, também chamado de Comandos. Foi criado em 1967, em Minas Gerais, a partir da fusão de dissidentes da POLOP com alguns militares nacionalistas de esquerda. A partir de 1968, participou de ações armadas para aquisição de recursos para guerrilha no campo. Em 1969, quando teve vários de seus militantes presos, uniu-se a VPR, dando origem à VAR-Palmarenses.

²²A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) formou-se em 1966, a partir da união dos dissidentes da POLOP com militares remanescentes do MNR. Participou do assassinato, em 1968, do capitão norte-americano Charles Rodney Chandler. Mas só no ano seguinte contaria com seu maior expoente: o capitão do exército Carlos Lamarca.

²³O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) era composto basicamente por militares cassados pelos militares após o golpe de 1964. Liderados por Jefferson Cardim de Alencar Osório e inicialmente influenciados por Leonel Brizola, contaram com o apoio financeiro e treinamento militar de Cuba. O MNR seria o grande responsável pelo início da luta armada no Brasil. Sua primeira tentativa de

De fato, tanto o COLINA quanto a VPR aderiram à teoria do foquismo, difundida por Régis Debray, que inspirado na experiência da revolução cubana estimulava o surgimento de movimentos guerrilheiros a partir do campo, como instrumento de destruição do regime vigente. Esta asserção, como analisamos no terceiro capítulo, contrapunha-se às teses da PO que alicerçada pelo marxismo-leninismo identificava no operariado o principal sujeito revolucionário, nesse sentido defendia a tese da formação do partido de vanguarda revolucionário como principal instrumento de luta do proletariado. Por esse escopo privilegiava as ações políticas nos grandes centros urbanos.

Com o fortalecimento da ditadura militar, a PO assumiu uma postura cada vez mais defensiva, culminando com o esfacelamento do seu núcleo dirigente, que se refletiu imediatamente sobre sua militância. Em 1968 – em seu *V Congresso*- foi aprovada a fusão com a dissidência leninista do PCB no Rio Grande do Sul dando origem ao POC - Partido Operário Comunista.

Desde a sua origem o POC se autodenominou o continuador da PO, adotando como base programática o *Programa Socialista para o Brasil (1967)*, que fora aprovado como documento oficial no *I Congresso* da PO em 1961, se constituindo no principal documento da tendência, pois expressava suas principais teses e diretrizes políticas. Com a intensificação da repressão o POC entrou em um processo de fracionamento causado principalmente pela polêmica em torno da viabilidade da guerrilha enquanto método de enfrentamento da ditadura. Na mesma seara surgiram questionamentos sobre a atualidade do *Programa Socialista para o Brasil(1967)*.

Nós nos constituímos em fração porque o partido já está fracionado e porque o ponto de partida da oposição que fracionara o P. abre as portas para a liquidação das posições básicas que nos constituíram no polo proletário da esquerda brasileira. Nós nos constituímos em fração porque a constituição do P. da classe operaria no país depende, em qualquer circunstância, de um núcleo de coesão, fiel ao programa socialista e disposto a aplicá-lo. A nova maioria partidária, pela sua atividade na luta interna ameaça e pelas posições políticas

guerrilha ocorreu em 1965 na serra gaúcha. O movimento chegou a conquistar cinco cidades até ser dominado pelas forças da repressão. Nova tentativa de guerrilha, desta vez na Serra de Caparaó, em 1967, foi destruída antes mesmo de começar. Praticamente desmantelado, desligou-se de Brizola e fundiu-se com dissidentes da Polop para dar origem a VPR, enquanto outra fração deu origem ao Movimento Armado Revolucionário.

ensaiadas, ameaça essa posição. O núcleo de coesão constituído pela nossa fração será a garantia do desenvolvimento partidário a partir das posições básicas do partido. (OCML-PO- Porque nos constituímos em fração, 1970²⁴, p. 1)

Em 1970, ocorre uma grande cisão no partido com o desligamento de militantes que retomariam os princípios norteadores da PO. Dessa forma, fundaram no mesmo ano a OCML-POLOP- Organização de Combate Marxista-Leninista-POLOP, que se mantinha fiel as diretrizes do *Programa Socialista para o Brasil (1967)*. Nesse sentido, “A permanência de Érico Sachs como teórico principal, além de outros dirigentes e grupos locais que não se desligaram, e a persistência de alguns eixos teórico-programáticos, para não falar no emprego do nome/emblema *Política Operária*.” (COELHO; SANTOS, 2011, p. 3) manteve a continuidade do movimento iniciado em 1961 quando foi fundada a ORM-POLOP.

Cabe assinalar que, a controvérsia em torno da guerrilha e da luta armada continuou como objeto de contenda entre a PO e as demais tendências de esquerda. Sendo que, Eric Sachs e Éder Sader protagonizaram os principais embates em nome da tendência marxista-leninista, ou seja, em defesa da posição assumida desde 1961 pela PO.

Ainda nos anos 70, a PO aproximou-se do MR-8 e da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML) que faziam uma autocrítica à adesão da esquerda à luta armada, como resultado surgiu a chamada Tendência Proletária (TP) que no exílio publicou a revista *Brasil Socialista*. Novas divergências teóricas e políticas centradas na tática a ser usada no período da redemocratização, geraram uma nova cisão, inviabilizando a tendência que se formava. As divergências programáticas não cessaram dessa vez, a questão central girava em torno da luta revolucionária e da democracia burguesa gerando um novo “racha” no interior da própria organização, que procurava se reaglutinar. Na década de 1980 os militantes, que ainda estavam atuando na tendência, articularam um movimento denominado “*volta as raízes*”, que segundo Victor Meyer (2008 [1999]) não obteve êxito, pois a tendência já não tinha um quadro expressivo de militantes, além disso parte

²⁴O documento *Porque nos constituímos em fração*, foi publicado em 1970 após a cisão interna do POC. Trata-se, de uma análise acerca das causas que levaram o partido a se dividir em frações perdendo sua autenticidade revolucionária.

expressiva dos antigos quadros estavam inseridos no movimento de criação do PT e da CUT.

Somente nos primeiros anos da década de 80 se firmaria um movimento interno de «volta às raízes», longamente preparado: tarde demais, pois o contingente de militantes remanescentes estava demasiadamente reduzido e distante do centro dinâmico das lutas sociais brasileiras, na maré montante das greves, da fundação do PT e da gestação da CUT. (MEYER, 2008[1999])

A PO reconheceu a importância do PT para o avanço da luta dos trabalhadores, atualizando suas posições. Victor Meyer (2008[1999]) chama a atenção para o fato de que, a PO mesmo reconhecendo a importância política do partido “[...] entendeu os seus limites; por isso, aderiu ao novo Partido, mas ao mesmo tempo tentou manter-se como organização autônoma.”. Após seu ingresso no PT, a PO, ao contrário do que pretendia sua direção, não se manteve autônoma, dissolvendo-se no partido no transcorrer dos anos 80.

III. Política operária. Uma centelha para revolução

Na origem de sua fundação em 1961, a PO assumiu de forma imperiosa que a teoria marxista-leninista se constituía em uma arma poderosa para a emancipação do proletariado, desde que sintonizada com a realidade presente e mantendo-se em constante processo de atualização. Nessa asserção, “[...] não haveria nenhum manual que nos aliviasse a tarefa, as palavras tinham que ser reelaboradas, ou seja, preenchidas de determinações trazidas de uma observação ativa da vida social brasileira.”(MEYER,2008[1999]).

Observe-se que a pedra angular do projeto da tendência contida em suas publicações centrava-se, sobremaneira, no resgate da teoria marxista-leninista como instrumento de crítica radical a velha esquerda, leia-se PCB, e como esteio teórico para o surgimento de uma nova esquerda socialista realmente revolucionária. Nesse sentido, tornou-se condição vital para a sobrevivência do movimento, a criação de um veículo de comunicação que servisse de instrumento ideológico do agrupamento, um local que estimulasse o debate e fosse capaz de esclarecer e organizar a classe operária em direção à revolução socialista.

Em fins de 1960, surge seu principal instrumento de difusão: o jornal mensal *Política Operária*, que em 1961 tornou-se periódico, posteriormente revista trimestral e, a partir de 1963, virou jornal semanal e finalmente, boletim semanal. Com a eclosão do golpe de 1964, circulou mensalmente na clandestinidade até o surgimento do POC, em 1968, quando se transforma em órgão oficial do partido.

Logo em seu primeiro número, o editorial intitulado *O Nome e um Programa (1962)* expressou de forma clara e contundente qual seria o caráter do jornal que a tendência estava fundando, quais os inimigos a serem enfrentados e quais as bandeiras a serem defendidas.

Um novo jornal, quando surge no cenário, costuma apresentar-se ao público justificando a sua razão de ser. Isto acontece mormente por se tratar pagar (sic) uma linha de conduta entre as forças políticas existentes. Qual será essa política, em nosso caso, o nome já indica. O nome foi escolhido para um programa de ação.

Que significa esta política operária? Em que consiste este programa? Poderíamos responder simplesmente que se trata da renovação da esquerda no país. A velha esquerda, que já teve papel significativo nas lutas do passado, consumiu-se e mostrou-se incapaz de acompanhar o desenvolvimento do que pregava. Hoje, não consegue mais galvanizar a nova geração destinada a continuar a obra. (POLOP- O Nome e o Programa. Revista Política Operária. Rio de Janeiro, ano I, nº 1, p.1)

O principal objetivo do *Política Operária* era atingir todos os setores da classe trabalhadora que não encontravam respostas e orientações nas demais publicações de esquerda no tocante as suas aspirações de classe. Considerado um jornal basicamente operário, sua linha editorial procurava expor a realidade política da luta operária e levar ao movimento a informação precisa e orientada, de tudo o que lhe dizia respeito na política nacional e internacional.

Contudo, a direção da tendência tinha ciência de que o *Política Operária* não era um jornal de massa, tanto pela falta de recursos financeiros como pela sua perspectiva política. Portanto, o primeiro alvo a ser atingido pelo periódico não era a massa operária desorganizada, mas o movimento operário organizado nos sindicatos, a sua vanguarda combativa. Ou seja, o público a ser atingido era o que denominavam de quadros médios do movimento sindical, composto pelo movimento grevista, pelos delegados sindicais, membros de conselhos operários e militantes anônimos, que participavam ativamente da

vida sindical e do cotidiano das fábricas. Era a esta vanguarda já politizada que a PO dirigia-se por meio de seu jornal.

Nosso jornal é, pois, um jornal operário e um jornal de quadros. Seu objetivo é atingir a vanguarda operária, orientar sua luta no plano político nacional, dar-lhe consciência de classe. A organização deve ter, portanto, presente, que as colaborações para o jornal têm de atender a esses requisitos. Em primeiro lugar, são colaborações para um jornal e não para uma revista: as grandes pinceladas, os quadros teóricos de análise e interpretação têm de ser substituídos pelo dia-a-dia do movimento operário e da vida política; já não se trata de teorizar simplesmente, mas de mostrar que na prática diária, os fatos dão razão a nossa linha política e impõem ao proletariado a meta suprema da revolução. (POLOP, O que é o Jornal. São Paulo, 1964)

Em sua trajetória de autoconstrução a PO refinou suas análises teóricas e suas propostas políticas que foram apresentadas a classe trabalhadora por intermédio do *Programa Socialista para o Brasil (1967)*.

A maturação do Programa Socialista para o Brasil estendeu-se desde a *Convocatória* para o Congresso de fundação, documento datado de 1960, até o Quarto Congresso da Organização, em 1967. Um processo dramaticamente afetado pelo golpe militar de 1964. Mas o golpe forçou uma rediscussão generalizada dentro das diversas correntes organizadas da esquerda no Brasil e, nesse contexto, a POLOP, já então estruturada em rigorosa clandestinidade, firmou-se como alternativa ao pensamento oficial. As greves de Contagem e Osasco, em 1968, sugeriam possibilidades imediatas para a realização da linha estratégica condensada no recém-aprovado Programa Socialista. (MEYER, 2008 [1999])

Analisando o documento citado identificamos a recusa radical de todas as formulações teóricas de caráter revisionista ou de matiz estalinista. Em alternativa, defende a tese da necessidade da construção de um partido revolucionário de vanguarda, de orientação teórica estritamente marxista-leninista, que a partir da realidade brasileira se constituiria na força motriz da revolução socialista no país.

A constituição de um Partido Revolucionário que lidere a classe operária, ideológica e organizativamente, independentemente de toda influência burguesa, permanece a grande tarefa da vanguarda revolucionária do país, a premissa da revolução socialista. (POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967)

De sorte que:

Caberá ao partido coordenar todas as formas de luta contra a ditadura e o imperialismo, na cidade e no campo, legais, clandestinas e armadas, para o assalto final das massas trabalhadoras contra a sociedade burguesa-latifundiária. (POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967)

Com efeito, a atualização do marxismo-leninismo era entendida como uma necessidade imperiosa para a elaboração da teoria revolucionária. Por isso, seus dirigentes davam grande importância à formação teórica de seus quadros.

A cristalização de uma vanguarda operária revolucionária é feita não só pela propaganda ideológica e pela luta política geral, mas também pela tarefa de formação teórica dos operários. Este trabalho é feito através de cursos de formação de líderes com orientação marxista. (POLOP, O que é o Jornal, s/d.)

Marcelo Ridente no livro: *Os Fantasmas da Revolução no Brasil (1993)* afirma que a PO conseguiu penetração política, sobretudo, no movimento estudantil²⁵. Tendo uma pequena inserção no movimento operário, além de escalões subalternos das Forças Armadas, em especial, entre os tenentes e marinheiros. Badaró Matos (2007) ressalta que vários fatores contribuíram para a consolidação desse cenário. Dentre eles destacam-se: o crescimento do movimento estudantil entre 1967- 1968 e a crescente repressão sobre as universidades e entidades estudantis o que levou muitos estudantes a aderirem as organizações clandestinas; o controle do Ministério do Trabalho e das polícias políticas sobre os sindicatos o que dificultava a inserção de organizações de esquerda no meio operário.

É preciso retomar, para que fique fortemente sublinhado, que em todos os momentos de seu percurso político a PO, tanto do ponto de vista teórico como da ação, reconheceu no operariado o principal agente da revolução socialista.

²⁵Utilizando como fonte dados do projeto *Brasil Nunca Mais*, a partir de processos da justiça militar, Marcelo Ridente (1993), no livro: *Os Fantasmas da Revolução no Brasil*, afirma que dos oitenta processos contra pessoas vinculadas a PO, entre os anos de 1960 e 1970, 2,5% eram artistas, 3,7% eram empregado; 1,3% empresários, 26,2% estudantes; 2,5% funcionários públicos, 20% militares de baixa patente, 1,3% oficiais militares, 13,8% professores, 15,5% profissionais liberais ou com formação superior, 2,5% técnicos médicos, 3,7% trabalhadores manuais urbanos, 1,3% outros, além de cinco militantes cuja ocupação não consta.

IV. PO: Intelectuais e teoria para a ação

Organização estruturada inicialmente em torno da figura do austríaco Eric Sachs²⁶, a PO abriu horizontes para que jovens intelectuais, engajados em torno da causa revolucionária socialista, pudessem atuar politicamente para a construção de um projeto revolucionário para o Brasil. Simultaneamente, reuniram as condições para produzir e divulgar uma teoria que contestava o que denominavam de *velha esquerda*, denunciando seu esgotamento revolucionário e sua política de desmobilização do proletariado.

Nas publicações do veículo de comunicação Política Operária, documentos oficiais e nas obras referentes a tendência, encontramos importantes trabalhos desenvolvidos por intelectuais como: Éder - codinome Raul - e Emir Sader, Moniz Bandeira, Michael Löwy, Paul Singer, Vania Bambirra - codinome Cléia Silva, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini- codinome Luiz Cayo - . Estes três últimos formuladores da vertente marxista da *Teoria da Dependência*. Além, é importante frisar, de uma série de outros intelectuais orgânicos que até os dias de hoje ainda são praticamente desconhecidos tanto na academia, quanto nos agrupamentos de esquerda.

Mas, sem sombras de dúvidas, foi o austríaco Eric Sachs sob os pseudônimos de Eurico Mendes, Eurico Linhares e, principalmente, Ernesto Martins o principal teórico da tendência. Na contramão da política imposta pela Terceira Internacional estalinizada, Eric Sachs foi o responsável, segundo seu ex-companheiro de PO Otavino Alves da Silva (1994), por introduzir no Brasil uma visão diferente da difundida pelo PCB e pelas correntes trotskistas.

Há muito que o centro comunista havia deformado completamente um dos pontos de honra dos primeiros tempos da Terceira Internacional: o respeito à autonomia dos PCs nacionais. O PCB não fugirá à regra e já se tornará um mero reflexo da política estalinista. Eric chegava ao Brasil com uma tradição ideológica inteiramente diversa, e não por acaso: O Partido Comunista alemão fora, durante toda a década de vinte, o mais forte partido depois do russo, o único que incorporava sólida trajetória teórica e prática, mantendo por isso reservas internas de autonomia frente ao rolo compressor da luta de facções na Rússia. Pesava, neste sentido, a tradição aberta por Rosa Luxemburgo e outros. Cindindo-se do partido alemão oficial somente quando a convivência torna-se impossível - ao ser decretada a política ultraesquerdista da guerra contra o

²⁶Eric Czaczkes Sachs nasceu em Viena, Áustria em 1922 e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1986, aos 64 anos de idade.

“social-fascismo”- a Oposição Alemã tornou-se um baluarte sobrevivente da convicção de que a luta do proletariado de qualquer país não pode se submeter ao modelo de alguma revolução vitoriosa. Eric trouxe para o Brasil o fio condutor dessa tradição de independência: cada nova revolução é uma fonte de novas experiências, mas não cabe acatar o stalinismo, o trotskismo (nem o maoísmo ou castrismo) como método ou sistema. ²⁷

Foi durante a sua estadia em Paris, antes da invasão nazista a França (1940-1944), que Eric manteve contatos com destacadas personalidades comunistas da Europa. É nesse período que conhece August Thalheimer, ex-dirigente do Partido Comunista Alemão, um egresso das fileiras spartakistas, e Brandler, líder da oposição alemã, com quem estabelece vínculos políticos e intelectuais. Além de, Victor Serge e de vários militantes do POUM-Partido Operário de Unificação Marxista- que combateram na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). É por meio dessa convivência, em especial com Thalheimer, formulador da tese da cooperação antagônica, que Eric Sachs consolidou sua formação intelectual no campo do marxismo.

Radicado no Brasil nos anos 50 dedica-se a sua principal aspiração política: a organização de uma *nova esquerda* no país, livre do estalinismo e comprometida com a revolução socialista. Adotando como ideia central “[...] a constituição de um núcleo que começasse a construir um projeto socialista para o Brasil a partir do anticapitalismo, tal qual ele havia surgido na cabeça, na pena e na ação dos clássicos do marxismo”. (SADER, 1994, p. 11).

Com a fundação da PO em 1961, intensifica sua atividade política e intelectual através do periódico *Política Operária*, no qual publicou diversos textos analisando a política brasileira, condenando a postura de colaboração de classes empreendida pelo PCB, PSB e PTB, definindo como socialista o caráter da futura revolução no Brasil e reconhecendo a classe operária como força motriz para a formação da *Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*. Também defendeu a necessidade de um partido político de vanguarda representativo da classe trabalhadora. Por fim, foi um crítico severo

²⁷Entrevista de Otavino Alves da Silva para Pedro Pomar, in: *Revista Teoria e Debate* n° 24(março/abril/maio). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1994.Disponível em: Fundação Perseu Abramo<<http://novo.fpabramo.org.br/>>. Acessado em 15/05/2015.

dos Estados socialistas, embora defendesse a solidariedade a estes nos embates com o imperialismo.

Dentre os documentos oficiais mais significativos da tendência destacam-se os assinados, por Sachs. Dentre eles, a série de quatro textos intitulada *Aonde vamos*²⁸?. Publicada entre abril de 1966 e junho de 1967. Além de *Caminhos e Caráter da Revolução Brasileira*,²⁹ também série de quatro textos escritos em 1970 durante seu exílio na Alemanha, onde o autor faz um balanço crítico acerca das concepções e caminhos trilhados pela esquerda brasileira entre a deflagração do golpe em março de 1964 até o início da década de 70.

Devemos frisar ainda a importância de outros textos e artigos do autor, publicados em revistas e periódicos que circularam antes e no transcorrer do golpe militar. Como destaque, citamos os artigos publicados na revista *Movimento Socialista*, e, principalmente, os escritos publicados pelo jornal e depois revista *Política Operária*.

Passando a exercer a atividade de jornalista na cidade do Rio de Janeiro no final da década de quarenta, publicou no jornal *Correio da Manhã* uma série de artigos de análise internacional enfatizando a situação do mundo pós-guerra.

No conjunto desses documentos, encontramos o centro nervoso do pensamento de Eric Sachs que, por sua vez, representou as principais teses e diretrizes políticas da PO, destarte, entendemos que os nódulos ideológicos identificados são a expressão de um período de nossa história que evidenciam uma determinada realidade social, composta por um complexo categorial próprio. Logo, os documentos e os periódicos editados pela

²⁸*Aonde vamos?* De autoria de Ernesto Martins é composto por quatro documentos. Parte I: *Aonde Vamos?*; parte II: *As Causas do Reformismo*; parte III: *Governo de Transição* e a parte IV: *Foco e Revolução*. As partes I e IV foram assinadas pelo Comitê Nacional (CN) da Polop e as partes II e III assinadas por Ernesto Martins. As partes I, as 7II e III foram produzidas em 1966 e a parte IV em 1967. A série se encontra entre os principais documentos da tendência, pois expressa muitas das teses defendidas pela organização.

²⁹A série *Caminhos e Caráter* foi escrita por Ernesto Martins no seu exílio na Alemanha. Circulou clandestinamente no Brasil ainda em 1970. O documento é composto por uma série de quatro partes. A parte I: *Revolução socialista ou caricatura de revolução*; a parte II: *A força motriz do processo revolucionário*; a parte III: *A teoria e a pratica* e a parte IV: *Proletariado Brasileiro e revolução mundial*. No contexto da ditadura militar o documento reafirma a posição tradicional da tendência, segundo a qual o operariado organizado de forma independente em um partido de vanguarda se constitui na única força social capaz de enfrentar e derrotar a ditadura e o imperialismo.

corrente marxista-leninista foram utilizados como importante esteio teórico para nossa pesquisa, sobretudo, no terceiro capítulo da dissertação

Recuperando o fio condutor de nossa análise, precisamos identificar na trilha aberta por Eric Sachs e, portanto, pela PO uma de suas mais importantes contribuições para a esquerda brasileira, isto é, a tese da complementariedade de interesses entre a burguesia brasileira e o imperialismo, asserção que somente foi possível mediante os parâmetros estabelecidos pela cooperação antagônica descrita por Thalheimer. De sorte que, a partir desse pressuposto teórico foi possível elucidar as aspirações de integração da burguesia brasileira ao imperialismo, sempre marcadas por tensões e contradições, mas que em hipótese alguma inviabiliza a cooperação.

Nessas condições, a PO colocou em relevo a natureza dependente do capitalismo brasileiro e o caráter contrarrevolucionário de sua burguesia. Essa interpretação tornou-se bastante difundida, no auge de sua existência, como também posteriormente, estimulando várias correntes do marxismo, com destaque para a *Teoria da Dependência*.

É possível com um olhar atento sobre a produção teórica dependentista identificar as contribuições significativas de Sachs, sobretudo, no tocante a relação do imperialismo com a América Latina no período pós-guerra, com destaque para o caso do capitalismo dependente brasileiro. Segundo o próprio Ruy Mauro Marini (2011[1990]), principal teórico dependentista, Sachs o influenciou decisivamente com sua experiência e cultura política, sendo seu iniciador nos estudos da obra de Ernest Thalheimer e sua teoria da cooperação antagônica.

Já é um fato conhecido que a discricção de Marini ao marxismo deve-se à influência exercida por Erich Sachs, juntamente a experiência de nosso autor em seus anos de convivência na atmosfera intelectual radicalizada na França de finais de 50/inícios de 60.

Através de Sachs, Marini publicou na revista *Movimento Socialista* o artigo *Verso e Reverso do Desenvolvimento*, acertando contas com o desenvolvimentismo. E sob a influência do revolucionário austríaco, com quem militou na POLOP, travou contato com a obra do marxista alemão August Thalheimer. (LUCE, 2011, p.60)

Esse fato possibilitou a Marini propor uma elaboração autônoma e original, resultando na tese do subimperialismo brasileiro que, sob os desígnios da ditadura militar

promoveu a expansão do capitalismo dependente brasileiro para o exterior, visando se constituir no principal sócio do imperialismo estadunidense na periferia do sistema.

Outra contribuição extremamente significativa de Marini debatida no interior da PO refere-se às implicações da tendência bonapartista na luta de classes no Brasil para a compreensão do caráter do Estado brasileiro. Theotonio do Santos (2009, p. 21) enfatiza que:

Ainda muito jovem, Ruy Mauro Marini levantou, na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) – que fundamos em 1961 ao lado de militantes brasileiros de várias origens- a polemica sobre as tendências bonapartistas na política brasileira e identificou a relação entre populismo e as tendências autoritárias em que deveria desembocar o Estado Brasileiro.

É partindo dessas concepções que se deve considerar a importância da obra de Ruy Mauro Marini, sua atualidade e a universalidade de seu pensamento, como também a importância do mesmo para a compreensão dos dilemas e contradições pertinentes ao imperialismo contemporâneo e ao capitalismo brasileiro de nossos dias.

V. Marxismo-leninismo e a atualização da teoria do imperialismo

Segundo Marcelo Ridente (1993) a aversão à teoria³⁰ foi uma das principais características das tendências de esquerda que optaram pela luta armada imediata. Acreditavam que a emancipação da classe trabalhadora seria fruto da ação armada e não de debates teóricos apartados da realidade do proletariado.

Como vimos, na contramão dessa perspectiva, a PO se destacou por uma preocupação constante com a produção teórica. Em verdade o que de fato importava para seus ideólogos não era a procedência das concepções, mas seu conteúdo propriamente

³⁰ “A marca antiteoricista não era exclusividade da ALN, constituía, sim, grande parte das esquerdas armadas, às quais, em geral, privilegiavam as “ações revolucionárias”. Era uma reação prática tradicional de longas discussões teóricas do PCB e de outras organizações, como a POLOP - prática discursiva que levaria ao “imobilismo” político, na visão dos grupos em armas.” (RIDENTE, 1993., p.40).

dito, visto que o objetivo era a produção teórica como esteio para a organização consequente do proletariado.

Entretanto, muitos estudiosos da tendência rotularam-na, equivocadamente, como trotskista. Jacob Gorender, na obra *Combate nas Trevas (1987)*, incide nesse equívoco. Ao desenvolver suas considerações, Gorender a definiu como “*movimento obreirista trotskista*”, devido às críticas da organização ao reformismo e ao nacionalismo e pela incapacidade em elaborar uma alternativa viável que atendesse às aspirações da classe operária.

A influência das ideias de Trotsky não se restringiu ao trotskismo ortodoxo e orgânico. O crescimento do PCB e a sofisticação das suas teses reformistas impressionaram negativamente intelectuais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que aceitaram as ideias de Trotsky sem rigor dogmático e buscaram outras fontes de inspiração em Rosa Luxemburgo, Bukharin e Thalheimer. Unificado pela crítica sistemática ao PCB, nasceu desse meio cultural a Organização Revolucionária Marxista, editora do Periódico “Política Operária”, primeiramente como jornal e depois como revista.(...) A POLOP se especializou na crítica ao reformismo e ao nacionalismo, porém se mostrou incapaz de elaborar uma alternativa tática viável. Impotência prática esta, que resultava na recusa a participar do movimento pelas reformas de base e de uma frente de esquerda que não admitisse senão representantes da classe operária, reiterando o obreirismo trotskista. (GORENDER, 1987, p. 35-36)

Esse debate perdurou durante toda a existência da PO, pois ao formularem suas críticas contra o estalinismo, em especial à sua estrutura burocrática e ao defenderem a autonomia dos Partidos Comunistas frente ao centralismo soviético, seus militantes receberam, tanto do PCB quanto do PCdoB, a alcunha de partidários das teorias de Trotsky. Vale salientar que ser rotulado de trotskista no período, era uma tentativa de desqualificação do oponente político, o equivalente a chamá-lo de “[...] “traidor da causa revolucionária” e “agente do imperialismo”, sinônimo de “policial” e “provocador”.” (SILVA, 1994).

Pelo exposto, parece-me claro que a identificação entre trotskismo e PO aprofunda-se ainda mais, quando a tendência por meio de seus periódicos e de seus documentos oficiais afirmava publicamente que o internacionalismo proletário, que visava a unidade da revolução mundial, havia sido preterido em decorrência das orientações do Partido Comunista Soviético e que, mantendo-se fiel aos princípios do comunismo, colocava-se solidária e em defesa de todos os movimentos revolucionários

internacionais, com destaque para os originários dos países subdesenvolvidos, pois eram considerados o estopim para a revolução socialista em escala mundial.

Também o mundo socialista passa por contradições internas. As duras condições em que se levou a cabo a revolução soviética, submetida ao isolamento e ao assédio imperialista, produziram um controle burocrático sobre o primeiro Estado Operário, que afetou em seguida, as relações entre os partidos comunistas e entre os países socialistas. O internacionalismo proletário, visando a unidade da revolução mundial, foi substituído pela submissão dos partidos dos países capitalistas aos partidos já no poder. O próprio fato das revoluções se darem nos "elos mais fracos da cadeia imperialista" – hoje no mundo subdesenvolvido – nos mostra que o socialismo ainda está em sua infância, necessitando partir das economias mais atrasadas. Isso não pode deixar de refletir sobre os sistemas sociais e políticos desenvolvidos. ((POLOP, Programa Socialista para o Brasil, 1967)

Ora, é público e notório que os teóricos da PO recorreram às teses formuladas por Trotsky, como também a outros pensadores marxistas, mas, sem sombra de dúvidas, são as teses de Marx, Lênin e Thalheimer que prevalecem na produção teórica empreendida pela organização.

Por outro lado, é importante destacar que a PO também criticava de forma ácida as concepções de grupos trotskistas, mostrando seus limites teóricos e a desvinculação radical entre pensamento e realidade existente no interior destes agrupamentos. Suas críticas tornavam-se latentes quando a discordância se fazia presente na esfera da política internacional.

Soluções artificiais como a fundação da "Quarta Internacional" por Trotsky, não mudaram as relações de forças e se tornou uma caricatura de qualquer associação internacional do proletariado. A chamada "Quarta" que não chegou a se tornar uma Internacional, criou durante seus 30 anos de existência uma miniatura do Comintern, sustentada por seitas, que se dividiram e subdividiram e às vezes se fundiram de novo, em lutas internas, que refletiram a sua impotência de intervir nas lutas de classes. (MARTINS, 1970)

Enfim, para além das disputas políticas e querelas, é preciso assinalar que no universo teórico da PO o marxismo-leninismo foi a principal matiz teórica da tendência, sendo que August Thalheimer ganhou grande projeção devido a revitalização que proporcionou a teoria do imperialismo de Lênin. Nessa via, a PO acessou a matéria-prima necessária para formular a crítica ao capitalismo mundial surgido no pós-guerra, como também para compreender as novas relações de exploração, cada vez mais intensa, entre

as potências imperialistas e os países dependentes. Como resultado, forjou as bases para atualizar a relação do capitalismo dependente brasileiro com o imperialismo estadunidense. Relação essa marcada pela complementaridade de interesses. Trata-se, em última instância, de uma teoria sintonizada com a realidade presente que tem como alvo solucionar- devido ao seu caráter rigoroso, contemporâneo e científico- as tensões e contradições que se apresentam real e concretamente.

Considerações finais

Procuramos nestas considerações finais não nos atermos a um simples resumo da pesquisa desenvolvida, o que seria uma redundância. Efetivamente, o que se segue é o esboço e síntese de algumas questões pertinentes, a partir dos resultados obtidos. Perspectiva que, dentro das possibilidades, apresenta-se fundamentada, mas que em hipótese alguma se coloca como questão fechada, ao contrário, encontra-se aberta para questionamentos e enriquecimentos. Assumimos, portanto, a posição no campo do marxismo-leninismo de que o conhecimento não é acabado e fechado, está sempre aberto a novas formulações e compreensões, conforme as mudanças da própria realidade presente, ou seja, da historicidade da sua produção.

Nessa acepção, o que perdura é o princípio teórico inaugurado por Marx e levado a frente por Lênin. Princípio teórico que responde a situações históricas concretas da realidade presente, e que somente é confirmado mediante a comprovação prática.

De forma que, o centro vital da teoria marxiana do conhecimento se constitui no princípio de que as abstrações do pensamento são extraídas do mundo real, concreto, da essência ontológica da matéria tratada, derivando daí o seu caráter onto-histórico. O conhecimento é concebido como uma representação geral, uma reconfiguração mental do mundo real, representação que só pode ser regida pelos nexos imanentes, presentes no próprio objeto a ser investigado. Assim, a atividade teórica no campo do marxismo exige que não se perca os nexos entre pensamento e realidade presente, que deve ser sempre encarada como objeto constata de compreensão, revitalização e transformação.

Pois bem, é exatamente esse pressuposto que consideramos um dos principais legados do marxismo-leninismo, se constituindo na pedra de toque para toda organização de esquerda que se posiciona no campo revolucionário e que leva às últimas consequências a elucidação da sua própria visão de mundo, do desenvolvimento da sociedade em que está inserida considerando a sua totalidade, bem como o seu posicionamento e sua própria postura em relação a ela.

Nessa perspectiva, creio, que a PO cumpriu um papel de extrema relevância, pois foi uma das primeiras organizações de esquerda no Brasil a se posicionar frontalmente e de forma radical contra os dogmatismos e as deturpações de talhe estalinistas que

predominaram na esquerda no país, bem como em escala mundial, a partir da morte de Lênin em 1924.

Dogmatismo, que como afirma Lukács (1990, p. 132):

[...] no seu evidente subjetivismo era contra todo o aprofundamento do objeto, contra toda generalização que partisse desse objeto. Aquele que tolera semelhante paradoxo na sua vida intelectual poderá somente oferecer belos dogmas e fatos totalmente desvinculados da realidade.

É precisamente nesse contexto que as análises do PCB mostram-se insuficientes, pois ao se utilizar das orientações da Terceira Internacional estalinizada, o partido adotou a prerrogativa do modelo a ser aplicado de forma direta à realidade brasileira. Nessa perspectiva, todas as formas de capitalismo repetem a mesma dinâmica dos países de capitalismo clássico, isto é, se inserem nas mesmas particularidades dos países da via europeia do capitalismo, como a Inglaterra e a França. Resulta assim, o surgimento da tese do feudalismo e a existência de uma burguesia nacional revolucionária e democrática.

Enveredando por essa trilha, o PCB enquanto maior representante da esquerda brasileira perdeu de vista a dimensão ontológica do verdadeiro capitalismo brasileiro e, por conseguinte, impossibilitou uma avaliação mais realista do panorama político do período analisado. Como resultado atribuiu à classe trabalhadora um papel secundário, bem como uma postura política totalmente apartada da realidade nos momentos decisivos.

Caminhando com o objetivo de encetar uma análise concreta da realidade brasileira e apreender a real dimensão da autoconstituição do capitalismo industrial no país, a PO seguiu por uma via contrária, destacando a importância da superação das teorias que entendem o caráter universal do capitalismo e as singularidades de cada formação social como categorias exteriores uma a outra, levando, desta forma, o primeiro a refletir um conjunto de atributos e leis genéricas e o segundo, a reduzir-se a dados empíricos imediatos, despojados de qualquer espessura real.

Nestes termos, ao se contrapor aos dogmas do estalinismo pecebista, a PO colocou em relevo a necessidade das organizações de esquerda compreenderem as particularidades do capitalismo no Brasil, demonstrando que seu caráter tardio gestou

formas de ser específicas, que afetaram a constituição das classes sociais e o desenvolvimento da luta entre elas.

Observamos, nesse sentido, que a luta de classes em nenhum momento deixou de existir, mas sempre foi condicionada pelas particularidades intrínsecas ao capitalismo dependente brasileiro. Inicialmente, podemos identificar esses elementos com grande nitidez no atual estágio de evolução da burguesia brasileira, que não se notabiliza por ser uma burguesia nacional, mas uma burguesia associada, dependente e pró-imperialista.

Partindo dessa asserção, Florestan Fernandez enfatiza que os interesses da burguesia brasileira procedem da:

[...] estrutura e dos dinamismos do capitalismo monopolista na era atual, da existência de um setor hegemônico da burguesia que é agente da dominação imperialista, do papel ativo desempenhado pelo Estado (nas mãos dessa burguesia associada), no desenvolvimento econômico, na propensão em tratar as classes oprimidas, em geral, e o seu setor operário, em particular, como um “inimigo da ordem”- travando deliberadamente, assim, o seu desenvolvimento de classe, reprimindo as manifestações de autonomia do movimento operário e convertendo a luta de classes em “questão de polícia- etc.” (FERNANDES, 1990, p. 167)

Por certo, o capitalismo dependente brasileiro demonstra que é inerente a sua dinâmica, uma reduzida força civilizatória e a incapacidade de promover uma reestruturação do sistema produtivo que gere uma reordenação do seu quadro social. No plano político o sistema exclui pela violência extrema, se preciso for, a classe trabalhadora de qualquer iniciativa democrática mais ampla que coloque em questionamento o seu desenvolvimento, ou seja, a sua forma de acumulação de capital em associação com o imperialismo. Em outros termos, o sistema não assimila o proletariado como força social de equilíbrio e de transformação progressiva da ordem.

De sorte que, devido à irresolução das questões sociais, políticas e econômicas mais elementares, as contradições estruturais entre capital e trabalho apresentam-se de forma mais contundente. Assim, evidencia-se que a ruptura não é uma tarefa do capital dependente, mas sim da classe trabalhadora em uma luta que bifurca anticapitalismo e anti-imperialismo, como condição para sua emancipação enquanto classe.

Certamente pode-se afirmar que a exigência de nosso tempo, impõe a necessidade de penetrar radicalmente na realidade presente, tendo como escopo, pelas descobertas das possibilidades, retomar a atualidade da revolução social como ponto de partida, assim, enlaçando uma teoria capaz de conduzir a uma compreensão crítica da realidade com uma prática a altura de sua relevância. Posicionamento teórico político que permite conjugar as lutas parciais dos trabalhadores com a transformação radical da sociedade, isto é, estabelecendo práticas políticas defensivas sem perder do horizonte a emancipação humana ou como afirma o próprio Marx (2010): uma revolução política com *alma social, radical e infinita*, desta forma, uma revolução que principia por um ato político - a destruição do Estado - e que transita para a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado. Uma revolução que somente pode ser iniciada e levada a sua radicalidade por meio da destruição do Estado, como pressuposto incontornável para o processo de emancipação do trabalho.

Essa retomada da tese marxiana da destruição do Estado, permite à classe trabalhadora a compreensão das derrotas das revoluções socialistas até o momento, além de desmistificar formas de luta até hoje enaltecidas, como a quimera estalinista de um Estado proletário ou a idolatria reformista do aperfeiçoamento do Estado e suas políticas de programas sociais como forma de edificação de uma sociedade democrática e de bem-estar-social para todos. Enfim, o esclarecimento da natureza classista do Estado, a partir das premissas marxianas permite a abertura de horizontes para a retomada revolucionária na perspectiva do trabalho em seu enfrentamento contra o capital monopolista e o novo imperialismo.

Não é difícil ver que, ao repor a revolução no horizonte da classe trabalhadora a batalha contra o revisionismo está sacramentada, pois este se manifesta enquanto tendência hegemônica na autodenominada esquerda, impondo a máxima que Marx está superado, independentemente do valor ontológico de suas ideias.

Podemos verificar essa aversão em muitos movimentos que emergiram após a derrocada do leste europeu, dado que assumiram uma posição radicalmente oposta à revolução social, a vista disso a luta pelo poder e destruição do Estado tornou-se algo irrelevante como também a organização independente dos trabalhadores. Nesse ideário suas aspirações ficaram circunscritas a democracia e aos procedimentos éticos do Estado, no âmbito da luta de classes a proposta desde o início foi a substituição de entidades

tradicionais dos trabalhadores – como os sindicatos - por formas pós-modernas de representação como cooperativas, ONGs, etc..

Em um plano político mais amplo, assumiram um caráter de talhe nacionalista, difuso e fragmentado ao defenderem uma globalização alternativa visando garantir uma expansão de capital vinculada ao respeito às culturas locais, ao meio ambiente, aos direitos humanos, etc.; ou seja, uma expansão de capital integracionista, ética e moralmente aceitável. Em outros termos, em momento algum se posicionaram contra a expansão ampliada do capital levada a ferro e fogo pelo imperialismo, mas aos procedimentos utilizados na empreitada. Trata-se, por meio dessas perspectivas, que nem todas as lutas atuais anticapitalistas e anti-imperialistas são de fato progressistas ou revolucionárias, pelo contrário, bloqueiam a radicalização dos trabalhadores e a abertura de possíveis caminhos revolucionários.

Nesse diapasão, movimentos de caráter popular e progressista despontaram na periferia do sistema com destaque para os latino-americanos. Dentre eles: os Zapatistas em Chiapas no México, as organizações indígenas, na Bolívia, o “argentinazo”, na Argentina; os agrupamentos de resistência popular ao imperialismo, na Venezuela e o MST, no Brasil. Todos críticos ao capitalismo e ao receituário neoliberal aplicado no continente a partir do final do século passado.

Todavia, um traço comum vincula organizações conservadoras e progressistas, o consenso segundo o qual nas condições dadas pelo capitalismo moderno os sujeitos revolucionários se amplificaram, cabendo à tecnologia da comunicação o papel de agente multiplicador desses novos e diversos sujeitos revolucionários, conferindo-lhes uma dimensão global.

Nessa seara, surge o conceito - cunhado por Antonio Negri- de “multidão” em movimento. De acordo com o filósofo italiano o capitalismo e o imperialismo contemporâneo mudaram substancialmente, logo o sujeito histórico apropriado para enfrentar o poder constituído não é mais o proletariado como no passado, pois esse perdeu sua especificidade de classe. Os novos sujeitos, portanto, precisam ser identificados entre os movimentos sociais emergentes ou na “multidão” em movimento. D sorte que as classes sociais e a luta entre elas desaparecem na “multidão” retratada, por Negri.

Sobre tais influxos teóricos e políticos é preciso inicialmente recuperar algumas questões de fundo histórico, relativas ao argumento do fim do proletariado enquanto

sujeito revolucionário. A rigor, a controvérsia em torno dessa questão surge a partir da década de 50, auge do estalinismo e do Estado de bem-estar-social. O centro nervoso da tese atribui ao desenvolvimento tecnológico a responsabilidade pela eliminação do trabalho manual, nesse decurso a classe operária estaria gradativamente desaparecendo. Há, ainda, outro argumento muito generalizado. Com o fim do operariado, ocorreria simultaneamente, o esgotamento da teoria do valor de Marx e obviamente, a tese marxiana da revolução *social, radical e infinita* teria sido abortada pela própria dinâmica do desenvolvimento da história.

A corrente teórico-política que decreta o decesso do operariado e o perecimento da teoria do valor, ganha ainda mais força com a ofensiva do capital nos anos setenta, uma vez que esta promoveu significativas transformações na organização da estrutura produtiva das indústrias, gerando a segmentação da classe trabalhadora, além de promover a demissão de quantidade expressiva de operários.

Caminhando em uma direção oposta procuraremos nos contrapor as questões aludidas. No referente ao fim do protagonismo revolucionário do operariado, retomamos o pressuposto leniniano, que tratamos ao longo da dissertação, segundo o qual a revolução socialista liderada pela classe operária não implica na inexistência de alianças de classes, ao contrário, outras forças podem emergir no processo como demonstram tanto as revoluções burguesas quanto as revoluções socialistas. Mas, é preciso frisar que todas as revoluções foram lideradas por uma classe que se impôs as demais no processo revolucionário em curso. A rigor, a suposta pluralidade democrática de sujeitos revolucionários dissolvidos na “multidão” em movimento, favorece as forças da contrarrevolução na medida em que divide a classe trabalhadora, conduzindo-a ao corporativismo dificultando, nessas circunstâncias, a construção de um programa revolucionário que sirva de norte para os trabalhadores em seu conjunto

Longe de facciosismos, exaltar o caráter proletário da revolução significa dizer que a classe trabalhadora emerge no interior da sociedade capitalista como a principal força portadora de atributos revolucionários, isto é, o proletariado representa a única força capaz de estabelecer um projeto emancipador da humanidade em sua totalidade, superando a divisão de classes, a propriedade privada, o Estado e as relações sociais capitalistas

No tocante a generalização do fim da teoria do valor -em face da metamorfose pela qual passa o mundo do trabalho- é preciso inicialmente ressaltar que a essência do modo de produção capitalista é a expropriação do conteúdo material da riqueza social gerada pelo proletariado. De sorte que, o valor – riqueza social- somente pode ser produzido exclusivamente pelo trabalho humano, todavia, não é o trabalho humano na sua forma pura, mas sim o trabalho abstrato que gera valor ou consiste na substância do valor.

Sobre isso Marx dizia:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1985, 53)

Sendo assim, o trabalho abstrato é revelador das determinações da organização social do trabalho em uma estrutura de produção historicamente determinada, isto é, a forma capitalista, onde o produto do trabalho humano adquire a forma de mercadoria que é em verdade uma forma geral de valor que representa ou expressa trabalho humano abstrato. No entanto, na sociedade regida pelo capital a forma valor (valor de troca, mercadoria e dinheiro) assume um caráter fetichista, ou melhor, mascara a origem social do valor (trabalho abstrato) e se apresenta como coisas naturais, com vida própria sem origem social.

Por consequência, desvendar o fetiche das formas de valor é demonstrar a origem social do valor e sua historicidade. É, em última instância, desmascarar a forma da relação social existente entre os indivíduos no interior da economia capitalista mediante a subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto ou do trabalhador ao capitalista. Nessa acepção, fica evidente que o desenvolvimento tecnológico, os elevados patamares salariais, sobretudo, dos trabalhadores especializados e as novas formas de organização da produção não alteraram a essência da relação entre capital e trabalho e, como também não transformaram a estrutura do modo de produção capitalista, onde, absolutamente tudo assume a forma de mercadorias, inclusive, a força de trabalho. Com efeito, a teoria do

valor marxiana se mantém viva e atual, posto que as formas de valor continuam presentes nas relações sociais.

Outro elemento a ser destacado, reside no fato que para Marx a classe trabalhadora não se restringe ao operariado industrial, pelo contrário, sua abordagem é mais ampla e abarca o conjunto dos indivíduos que sobrevivem da venda da força de trabalho por intermédio da remuneração salarial. De sorte que não é o conteúdo do trabalho realizado ou o setor da economia no qual o trabalhador está alocado que define o caráter produtivo do trabalho, ou seja, não são apenas os indivíduos que realizam tarefas manuais diretas que exercem o trabalho produtivo. De todo modo, a classe trabalhadora não é restrita ao trabalhador fabril o que a define é sua condição proletária e de assalariamento, quer dizer, sua condição de produtora de mais-valia. Em verdade, não há razão para restringir a categoria classe ao trabalho produtivo direto.

Sintetizando, independente das transformações pelas quais passa o modo de produção capitalista, permanece o postulado ontológico-fundante, segundo o qual é o trabalho assalariado quem produz mercadorias mantendo, em razão disso, a função social do proletariado ou da classe trabalhadora como principal agente da revolução.

Em contrapartida, é preciso considerar que tanto do ponto de vista teórico quanto da práxis efetiva, o marxismo não pode ficar preso a uma figura específica da esfera do trabalho e negligenciar a possibilidade de ascensão de um setor mais avançado da produção, dotado de condições para assumir a posição de novo agente revolucionário e catalisador dos demais setores do trabalho; encetando, dessa forma, o potencial necessário para a revolução social. Penso que talvez resida nessa polêmica, um dos maiores desafios para o marxismo no século XXI, atualizar os caminhos da revolução social e identificar no interior da lógica intrínseca do trabalho o sujeito revolucionário contemporâneo. Em outros termos, pensar a revolução a luz dos temas contemporâneos é encarar a espinhosa tarefa de identificar ou definir qual o representante do universo do trabalho – o trabalhador de ponta das forças produtivas- que se constitui no agente protagonista da revolução superadora do capital.

Por fim, é importante sublinhar que as considerações sobre o imperialismo apresentadas ao longo da dissertação se configuram como importante esteio teórico a ser utilizado para a análise do imperialismo contemporâneo, pois este deve ser compreendido como desdobramento do capitalismo sob a égide dos monopólios iniciado no final do

século XIX, em vista disso as leis básicas de movimento, colocadas em relevo por Lênin, permanecem presentes e, simultaneamente reafirmam a assertiva da necessidade imperiosa de demonstrar como essas leis se manifestam e se materializam em processos concretos e tangíveis, isto é não se constituem em meras abstrações e idealizações da realidade.

Nesse mesmo diapasão, a atualização do imperialismo pós-guerra concebida por August Thalheimer que identifica o fenômeno da cooperação antagônica conserva-se válida, sobretudo ao expor as “*tensões interestatais*” que se manifestam em um movimento constante de cooperação e antagonismo, com a predominância da cooperação sobre o antagonismo, quando está em xeque a viabilização dos interesses imperialistas convergentes.

Podemos mencionar como exemplo emblemático de cooperação antagônica na realidade presente a relação, sempre tensa e contraditória, existente entre os Estados Unidos, a Rússia e a China. Sendo que, a situação econômica da Rússia e seu arsenal bélico e o crescimento exponencial da economia chinesa se constituem nos pilares de sustentação para o incremento do antagonismo em escala mundial com o centro hegemônico liderado pelos Estados Unidos.

Como fatos marcantes podemos citar: a crise Síria (iniciada em 2011), quando a diplomacia russa e chinesa agiram em conjunto e inviabilizaram a intervenção militar direta do imperialismo no país do Oriente Médio. A crise ucraniana (iniciada em 2014) deflagrada por um golpe patrocinado pelo imperialismo ocidental- liderado por Estados Unidos e Alemanha- em virtude do cancelamento de um tratado comercial entre a Ucrânia e União Europeia, fato esse que levou a Rússia a ocupar militarmente a Criméia mesmo diante das retaliações econômicas e das pressões políticas e militares impostas pelos Estados Unidos. Em todos esses casos prevaleceu a cooperação e não o antagonismo.

Na América Latina a cooperação antagônica também se fez presente tendo o Brasil em muitos casos como protagonista, pois ambiciona ampliar sua influência visando impulsionar a expansão de capital-imperialista por todo o continente, nesse sentido impõe um movimento intenso de cooperação e antagonismo em direção ao centro hegemônico, sobretudo com os Estados Unidos. Um resultado prático de cooperação consiste no fato do exército brasileiro comandar as tropas de “ocupação” da *Minustah* (iniciada em 2004) -Missão das Nações Unidas para a Estabilização- no Haiti atendendo as exigências

impostas pelo seu sócio maior, os Estados Unidos. Por outro lado, o antagonismo se manifesta quando o Brasil comanda o processo que frustra, definitivamente no ano de 2005, a proposta de criação da ALCA- Área de Livre comércio das Américas- que pretendia intensificar a dominação do imperialismo estadunidense sobre toda a América Latina.

Partindo desse prisma os Estados Nacionais reafirmam de forma cristalina e sem parcimônia a sua função de garantidor da reprodução e expansão de capital, nessas circunstâncias se reorganizam superando seus antagonismos e fazendo prevalecer a cooperação, como assinalava Thalheimer. De sorte que a prevalência da cooperação estreita ainda mais os laços entre os Estados hierarquicamente subalternos e o imperialismo promovendo condições favoráveis ao incremento da taxa de mais-valia no campo da reprodução ampliada. Por esse viés, desmorona-se radicalmente o mito reformista - ferozmente combatido pelo marxismo no início do século passado e tão presente nos dias de hoje- que considera o Estado uma instituição autônoma, desvinculado dos interesses do imperialismo e acima das classes sociais.

Assim, tendo os Estados como artífices e garantidores de seus interesses, o capital articula estratégias imperialistas em escala universal que se impõem de forma violenta contra a classe trabalhadora, ou seja, os Estados representam a força motriz de novos expedientes concebidos pelo capital com o propósito de intensificar a exploração de mais-valia. Tornando ainda mais cristalina a contradição insolúvel entre capital e trabalho.

Mais uma vez a retomada da revolução social radical como única via crível para a superação da ordem do capital e do seu metabolismo social, isto é o Estado, a propriedade privada, o trabalho assalariado e o próprio capital se coloca de forma imperiosa. Para tanto, apresenta-se com máxima urgência a recuperação da asserção marxiana do trabalho enquanto categoria fundante do ser social, além da consolidação da independência teórica, política e organizacional da classe trabalhadora imbuída em conduzir um processo revolucionário radical em escala mundial tendo como escopo a revolução social infinita.

Bibliografia

Documentos da ORM-POLOP – Política Operária

POLOP. *Estatutos da ORM-PO*. Comitê nacional - Política Operária (1961). Acervos POLOP - Documentos Básicos. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Estatutos-da-ORM-PO.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. *Política Operária nº 01 – 1962*. Acervos POLOP - Jornais. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Politica-Operaria_01.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. *Declaração política da II conferência extraordinária da ORM-PO*. Política Operária (1963). Acervos POLOP - Conferências. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Declaracao-politica-da-II-Conferencia.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. *Diretrizes para uma política operária resoluções do 2º Congresso da POLOP – 1963*. Acervos POLOP - Resoluções. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Diretrizes-para-uma-politica-oper%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. *O que é política operária?* (POLOP), nov. 1963. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 21 de jun. 2014.

_____. *Partido revolucionário e o programa socialista*, 1963. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 21 de jun. 2014.

_____. *Política operária, o que é?* Grupo Política Operária de São Paulo, 1963. Disponível em: Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 21 de jun. 2014.

_____. *O que é o jornal?* 1964. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 21 de jan. 2014.

_____. *Manifesto Programa* (1965). Acervos POLOP - Documentos Básicos. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Manifesto-Programa.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. *Plano de formação de quadros*, 1966. Disponível em: Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 21 de jun. 2014.

_____. *Teses de “Tiradentes” – 1966*. Acervos POLOP – Documentos Básicos. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Teses-de-Tiradentes.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. *As razões da frente da esquerda revolucionária*. Comitê Nacional - Política Operária (1967). Acervos POLOP - Documentos Básicos. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. *Programa Socialista para o Brasil (1967)*. Acervos POLOP - Documentos Básicos. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp->

content/uploads/2014/01/Programa-Socialista-para-o-Brasil.pdf >. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. *Relatório do CN ao IV Congresso Nacional da ORM-PO (1967)*. Acervos POLOP – Conferências. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Relat%C3%B3rio-do-CN-ao-IV-Congresso-Nacional-da-ORM-PO.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. *Reunião nacional sobre o trabalho na massa operária (1968)*. Acervos POLOP – Documentos Básicos. Disponível: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Sobre-o-trabalho-na-massa-operaria.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. *Resoluções da 5ª Conferência Nacional da OCML-PO*. Revista Marxismo Militante n.05 (1978). Acervos POLOP – Conferências. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Resolu%C3%A7oes-da-5a-conferencia-da-OCML.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. *Voltando às raízes: Síntese das autocríticas aprovadas pela OCML-PO em sua 5ª Conferência Nacional (1979)*. Acervos POLOP – Debate Interno. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Voltando-as-ra%C3%ADzes-Sintese-das-autocriticas-da-OCML-PO.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. *Sobre o documento “Por mm balanço da PO” (s./d.) – Resposta do comitê nacional da OCML–PO a Raul Villa*. Acervos POLOP – Debate Interno. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Sobre-o-documento-Por-um-balan%C3%A7o-da-PO.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

Documentos do POC - Partido Operário Comunista

_____. *POC. Por uma organização de combate da classe operária*. (CN - Partido Operário Comunista 1967). Acervos POLOP – Documentos Básicos. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Por-uma-organiza%C3%A7%C3%A3o-de-combate-da-classe-oper%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. *A OLAS e a revolução socialista no continente*. Documento da ORM – PO (fase POC), publicado em maio/1968. Acervos POLOP – Documentos Básicos. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/A-OLAS-e-a-revolucao-socialista.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. *O 5º ato da ditadura e as novas condições de luta*. (CN - Partido Operário Comunista 1968). Acervos POLOP – Documentos Básicos. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/O-5%C2%BA-Ato-da-Ditadura-e-as-novas-condi%C3%A7%C3%B5es-de-luta.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. *Por uma prática partidária*. (CN - Partido Operário Comunista 1968). Acervos POLOP – Documentos Básicos. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Por-uma-pr%C3%A1tica-partid%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

Documentos da OCML-POLOP- Organização de Combate Marxista – Leninista - POLOP

OCML-POLOP. *Pris*

POLÍTICA OPERÁRIA. N. 1, jan. 1962. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. N. 2, abr. 1962. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 11 abr. 2014

_____. N. 3, maio 1962. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. N. 4, out. 1962, ano I. Acervos POLOP – Revistas. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Revista-Politica-Operaria-Nr.-4.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. N. 5, jan./fev. 1963, ano III. Acervos POLOP – Revistas. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Revista-Politica-Operaria-Nr.-5.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. N. 6, mar./set. 1963, ano III. Acervos POLOP – Revistas. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Revista-Politica-Operaria-Nr.-6.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. N. 7, out. 1963, ano III. Acervos POLOP – Revistas. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Revista-Politica-Operaria-Nr.-7.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

Jornais

POLÍTICA OPERÁRIA. Rio de Janeiro, n. 8, ano I, mai. 1964. Acervos POLOP – Jornais. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Politica-Operaria_03.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. São Paulo, n. 9, ano III, jan.1964. Acervos POLOP – Jornais. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Politica-Operaria_09.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. São Paulo, n. 10, ano III, jan./fev.1964. Acervos POLOP – Jornais. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Politica_Operaria_10.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. São Paulo, n. 11, ano III, fev.1964. Acervos POLOP – Jornais. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Politica_Operaria_11.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. Rio de Janeiro/São Paulo, n. 12, ano III, fev./mar.1964. Acervos POLOP – Jornais. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Politica-Operaria_12.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. Rio de Janeiro/São Paulo, n. 13, 12 mar. 1964. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. Rio de Janeiro, n. 14, jun. 1965. Disponível em: Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. Rio de Janeiro, n. 15, set. 1965. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 11 de abr. 2014.

_____. Rio de Janeiro, n.16, mar. 1968. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 11 de abr. 2014.

_____. Rio de Janeiro, n.17, maio 1968. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em; 11 abril 2014.

_____. Rio de Janeiro, n 18 (POC), jun. 1968. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em; 11 abr.l 2014.

_____. Rio de Janeiro, n. 19 (POC), ago. 1968. Disponível em: Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 11 abr. 2014.

Fontes Bibliográficas

CAYO, Luiz. *Opapel das esquerdas no Brasil*. In. Política operaria n. 5, ano II, jan./fev. 1963, p. 22-30. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Revista-Politica-Operaria-Nr.-5.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. *Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo*. In: Cadernos de Estudos Econômicos e Sociais, D. A. Face/UFMG, Belo Horizonte, n. 4, 1968.

_____. *Estado y crisisen Brasil*. In: Cuadernos Políticos, n. 13, Ediciones Era, México, jul./set.1977. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. *Las razones del neodesarrollismo*(Respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra). In: Revista Mexicana de Sociología. México, 1978a.

_____. *Subdesarrollo y Revolución*. 9. ed. México D. F.: Siglo XXI, 1978b.

_____. *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*. In: Cuadernos Políticos, n. 20, Ediciones Era, México, abr./jun. 1979, p. 18-39. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. Memória: por Ruy Mauro Marini (1990).In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 55-128.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 131-172.

_____. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 173-185.

MARTINS, Ernesto. *Luiz Carlos Prestes e seus aliados (1959)*. In: Andar com os próprios pés: Discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *Convocatória para o 1º Congresso da POLOP (1960)*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *Editorial 1º de Maio (1962)*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *Coexistência e luta de classes*. (jan./fev). 1963. In: Qual a herança da Revolução Russa e outros textos. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988.

_____. *Diretrizes para uma política operária: resoluções para o 2º congresso da polo (1963)*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda (1963)*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/O-crescimento-do-movimento-oper%C3%A1rio-e-as-tarefas-da-vanguarda.pdf>>. Acesso em: 12 ago.2014.

_____. *Os sindicatos na vida política do país*. Política Operária n. 7, out., 1963. Ano III. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. *Por uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo (1963)*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Por-uma-frente-dos-trabalhadores-da-cidade-e-do-campo.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *A propósito da constituinte*. (1966). In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *Aspectos práticos do trabalho operário*. (1967). Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Aspectos-pr%C3%A1ticos-do-trabalho-oper%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Classes e estado, democracia e ditadura: subsídios para a discussão do programa*. (1967). In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *Depois do congresso, out. 1967*. Disponível em: Centro de Estudos Victor Meyer. Acervo Eric Sachs. <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Depois-do-congresso.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_. *Formar a vanguarda proletária: a linha estratégia da organização (1967)*. In: *Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *Mais uma vez a pequena burguesia (1967)*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Mais-uma-vez-a-pequena-burguesia.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Luta armada e luta de classes (1968)*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Luta-armada-e-luta-de-classes.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Nosso trabalho nos sindicatos (1968)*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Nosso-trabalho-nos-sindicatos1.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_. *Nosso trabalho nos sindicatos (1968)*. In: *Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_. *Caminho e caráter da revolução brasileira: Parte I - Revolução Socialista ou Caricatura de Revolução (1970)*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/101_Caminho-e-carater-I.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_. *Caminho e caráter da revolução brasileira: Parte II – A Força Motriz Do Processo Revolucionário (1970)*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/101_Caminho-e-carater-II.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_. *Caminho e caráter da Revolução Brasileira: Parte III – A Teoria E A Prática (1970)*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/101_Caminho-e-carater-III.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_. *Caminho e caráter da Revolução Brasileira: Parte IV – Proletariado Brasileiro e Revolução Mundial (1970)*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/101_Caminho-e-carater-IV.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_. *Sobre a avaliação da situação da URSS*. Acervos POLOP – Eric Sachs. Publicado em “Zirkular” – órgão de discussão da org. Política Operária alemã, nº 1, 01/10/1971. Tradução de Sergio Antão Paiva, em maio de 2010. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Sobre-a-avaliacao-da-situacao-da-URSS.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Carta de longe*. (Carta escrita na Alemanha em jul. de 1974. Documento digitalizado em 22 mai. 2009) Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em:

<<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Carta-de-longe.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Liquidar o passado para destruir o futuro?* (1975). Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Liquidar-o-passado-para-destruir-o-futuro.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Nove teses* (1975). Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Nove-teses.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Palavras necessárias* (1975). Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Palavras-necess%C3%A1rias.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Portugal: liquidação das conquistas democráticas* (1976). In: Qual a herança da Revolução Russa e outros textos. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988.

_____. *A crise se avizinha... a crise pela qual passamos.* (1977). In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *Como aprender, com quem aprender:* sobre as questões de Raul Villa a respeito da luta por “Direitos Democráticos” (1977). Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Como-aprender-com-quem-aprender.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Meias verdades não resolvem* (1977). Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Meias-verdades-nao-resolvem.pdf>>. Acesso: em 12 ago. 2014.

_____. *Carta aos companheiros.* (1978). In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *Carta a um revolucionário que se preza.* In: Rev. Marxismo Militante n. 5, maio 1978. Acervos POLOP – Eric Sachs. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-erico-sachs/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Apontamentos* (1979). In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de MARINI, Ruy Mauro. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. In. Cuadernos Políticos n. 12, Ediciones Era, México, abr./jun. 1977. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. *O caminho para o Jordão passa por Beirute* (1982). In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988.

_____. *Andar com os próprios pés...* (1985). In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.

_____. *Marxismo e Luta de Classes:* questões de estratégia e tática. Salvador: Práxis, 1987.

- _____. *Subsídios para uma análise da situação internacional (1980)*. In: Qual a herança da Revolução Russa e outros textos. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988.
- _____. *Linha sindical até que ponto? (1981)*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.
- _____. *O sindicato livre será uma conquista das bases operárias (1981)*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.
- _____. *Qual é a herança da Revolução Russa (1981)*. In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988.
- _____. *Superar o impasse (1981)*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.
- _____. *Partido, vanguarda e classe (1982)*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.
- _____. *Sindicalismo hoje (1982)*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.
- _____. *O PT e o partido revolucionário (1983)*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Belo Horizonte: SEGRAC, 1994.
- _____. *Sobre a intervenção soviética no Afeganistão (1984)*. In: Qual a herança da Revolução Russa e outros textos. Belo Horizonte: SEGRAC, 1988.
- MEYER, Victor. *Acerca do autor e sua obra: Ernesto Martins, Eric Czaczkes Sach (1987)*. In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: SEGRAC, 1988.
- _____. *O bloqueio da acumulação socialista*. Artigo escrito por Victor Meyer e publicado pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Assessoria Sindical – CEPAS em janeiro de 1991 - Salvador. Acervos POLOP – Victor Meyer. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/O-bloqueio-da-acumula%C3%A7%C3%A3o-socialista.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.
- _____. *O enigma do chamado "Socialismo Real"*. Texto elaborado em 1991 para um Seminário do CEPAS – Centro de Estudos Pesquisas e Assessoria Sindical (Salvador – BA). Acervos POLOP – Victor Meyer. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/O-enigma-do-chamado-socialismo-real.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.
- _____. *A mundialização da resistência ao capital: uma tendência nova?* (Boletín Informativo dei Comitê Intercentros de Volkswagen AG. Wolfsburg, Alemanha, abril de 1993, p.18). Acervos POLOP – Victor Meyer. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/A-mundializa%C3%A7%C3%A3o-da-resist%C3%Aancia-ao-capital.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. *A dominação do capital fictício*. Gazeta Mercantil. [S.l.], 8 de jan. de 1998. Acervos POLOP – Victor Meyer. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/A-domina%C3%A7%C3%A3o-do-capital-ficticio.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. *O Estado subordinado à lógica rentista*. Publicado na Gazeta Mercantil, 30.01.1998 (Coluna “Opinião”). Acervos POLOP – Victor Meyer. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/O-Estado-subordinado-a-l%C3%B3gica-rentista.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. *Estados capitalistas reduzem seus mecanismos de defesa*. Publicado na Gazeta Mercantil em 22.03.1998 (Coluna “Opinião”). Acervos POLOP – Victor Meyer Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Estados-capitalistas-reduzem-seus-mecanismos-de-defesa.pdf>>. Acesso em: 16 mai. de 2015.

_____. *Frágua inovadora: o tormentoso percurso da POLOP (1999)*. Acervos POLOP – Victor Meyer. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Fr%C3%A1gua-inovadora.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. *O Estado capitalista de volta às origens? (Uma abordagem crítica ao estado contemporâneo)*. In: Rev. Sitientibus, Feira de Santana, n.21, p.69-87, jul./dez. 1999. As “Notas” são do Autor). Acervos POLOP – Victor Meyer. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/O-Estado-capitalista-de-volta-as-origens.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. *Tensões Interestatais: O Declínio da “Cooperação Antagônica”*. Gazeta Mercantil, [s.l.], 27 de mar. 1999. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/meyer/1998/03/27.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

_____. *A globalização e a organização dos trabalhadores: novos horizontes*. (Artigo escrito para o cartilha “Organização no local de trabalho: desafio para o sindicalismo”, publicada pela CNM CUT – (2000). Acervos POLOP – Victor Meyer. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/A-globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-a-organiza%C3%A7%C3%A3o-dos-trabalhadores.-Novos-desafios.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2015.

_____. *Para um estudo do fascismo Alemão* [s.d.]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/meyer/ano/mes/roteiro.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

SADER, Emir. (Org.). *Andar com os próprios pés*. Discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores, Coletânea de textos de Eric Sachs (Ernesto Martins). Belo Horizonte, SEGRAC, 1994.

_____. (Org.). *Dialética da Dependência: Uma Antologia da Obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SADER, Eder. *A burguesia entre o populismo e o militarismo*. Artigo publicado sob o pseudônimo de Ferreira Guerra na Revista Marxismo Militante n. 1, 1968. Acervos POLOP – Eder Sader. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2011/03/A-burguesia-entre-o-populismo-e-o-militarismo.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

_____. *A crise do reformismo e a formação do partido revolucionário*. Raul Villa: pseudônimo utilizado por Eder Sader em seus escritos políticos nas décadas de 60/70. Artigo publicado na Revista Marxismo Militante n. 1, 1968. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2011/03/A-crise-do-reformismo-e-a-forma%C3%A7%C3%A3o-do-Partido-Revolucion%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

_____. *Os ensinamentos de Mao Tse-Tung e guerra revolucionária no Brasil*, out.1968. Disponível em: Centro de Estudos Victor Meyer. Acervo Eder Sader. <<https://www.marxists.org/portugues/sader/1968/10/guerra.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

_____. *Carta de Eder Sader para Erico Sachs, Montevideu 1970*. Correspondência e outros documentos de Erico Sachs. Pasta 6. Acervos POLOP – Eder Sader. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Carta-de-Eder-para-Erico-Sachs.-Montevideo-1970.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

_____. *Para um balanço da P.O.* Texto escrito por Eder Sader (“Raul Villa”) em set/out/1976. Publicado na Revista “Brasil Socialista” n. 7, out./1976. Acervos POLOP – Eder Sader. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Para-um-balanco-da-PO.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

Bibliografia

ALI, Tariq; BARSAMIAN, David. *Imperialismo & resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AMIN, Samir. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil*. Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Editora Ensaio/Cortez, 1988.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. Campinas/São Paulo: Cortez/Ed. da Unicamp, 1995.

_____. “E a tese do ‘socialismo em um só país’”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A Revolução de Outubro sob o olhar da história*. São Paulo: Editora Scritta, 1997.

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BAMBIRRA, Vania. *A teoria da transição e prática socialista*. Brasília: Ed. UnB, 1993.

_____. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7.ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Ed. UnB, 2001.

BICHIR, Máira Machado. *À guisa de um debate: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. Documentos de Trabajo IELAT n. 46, jan. 2013.

BROUÉ, Pierre. “Sobre a história da Internacional Comunista”. In: COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução de Outubro sob o olhar da história*. São Paulo: Editora Scritta, 1997, p. 135-140.

BUKHARIN, Nikolai I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Editora Abril, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgar. *O movimento operário no Brasil (1877- 1944)*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

_____. *O PCB (1922-1943)* v. I. São Paulo: Difel, 1982a.

_____. *O PCB (1943-1964)* v. II. São Paulo: Difel, 1982b.

_____. *A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)*. São Paulo: Edusp/Anita Garibaldi, 1993.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo. Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, Hebe. “História social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.45-60.

CENTRO VICTOR MEYER.-CVM. *Sobre o momento histórico atual – Parte I: desenvolvimento capitalista e o papel do Estado no Brasil*, [2012?]. Disponível em < <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2012/11/Notas-sobre-o-momento-hist%C3%B3rico-atual-Parte-I-II-e-III1.pdf>. Acesso em: 8 de março de 2014.

CHASIN, J. (Org.). *Marx hoje*. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1990.

_____. *A miséria brasileira: 1964-1994 - Do golpe militar à crise social*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

_____. *Marx – Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada. Raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes. *Para a história da Polop (1961-1983): Debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh • São Paulo, julho 2011.

CENTRO VICTOR MEYER.- CVM. *Sobre o momento histórico atual* – Parte I: desenvolvimento capitalista e o papel do Estado no Brasil, [2012?]. Disponível em <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2012/11/Notas-sobre-o-momento-hist%C3%B3rico-atual-Parte-I-II-e-III1.pdf>>. Acesso em: 8 de março de 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. “Lenin, Trotsky e o bolchevismo”. In: *A Revolução de Outubro sob o olhar da história*. São Paulo: Editora Scritta, 1997.

CORRÊA, Lucas Andrade Sá. Um nome e um programa : Érico Sachs e a Política Operária. 2014. Dissertação (Mestrado) em História apresentada à FGV, Rio de Janeiro.

COTRIM, Livia. “A Crítica ontológica à analítica paulista: A Teoria do Populismo”. In *Revista PUC Viva – Os 500 anos em outra perspectiva*. Ano 2- n. 8- mar. /Abr. de 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Org.). *Györg Lukács, socialismo e democratização* – Escritos políticos 1956-1971. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

DEL ROIO, Marcos. “Internacional Comunista: glória e agonia”. In: COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução de Outubro sob o olhar da história*. São Paulo: Editora Scritta, 1997.

DIMITROV, George. *Escritos sobre el fascismo*. Selección de textos. Madri: Akal Editor, 1976.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. São Paulo: , 2003.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. “Nós e o marxismo”. In: CHASIN, J. (Org.). *Marx hoje*. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1990, p. 163-187.

_____. *Marx, Engels, Lenin: a história em processo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In. *Revista Brasileira de História*, Anpuh, 25, n. 47, jan-jun 2004.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde / Fundação Oswaldo Cruz Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Editora UFRJ, 2010.

_____. Marx, expropriações e capital monetário. Notas para o estudo do imperialismo tardio. *Revista Crítica Marxista*, n. 26. Rio de Janeiro: Revan, 2008. Disponível em: <<http://www.ocomuneiro.com>>, acesso em: 23 nov. 2014.

FRANK, André Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. “Agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo”. In: STÉDILE, J. P. (Org.) *A questão agrária no Brasil*. O debate na esquerda - 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

- FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984* v. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- GARCIA, Marco Aurélio. Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira. Contribuição à história da esquerda brasileira 1960-1979. In: *Em Tempo*, n. 84, out. 1979, p. 12.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada – As ilusões armadas*. 4.reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. “Bolchevismo e internacionalismo”. In: COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução de Outubro sob o olhar da história*. São Paulo: Editora Scritta, 1997, p. 141-146.
- GRAMISCI, Antonio. “A Revolução Alemã”. In: *Escritos Políticos* v. 1 1910-1920. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2004.
- GUASSELLI, C. A. B. et al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed Universidade UFRGS, 2000.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário*. Tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- KECK, Margaret E. *PT — A lógica da diferença*. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.
- KRISCHKE, Paulo (Org.). *Brasil: do “milagre” à “abertura”*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- KUCINSKY, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LEAL, Leovegildo P. *Política operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. 1992. Dissertação (Mestrado) em História apresentada à UFF, Niterói.
- LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. *Marxismo e revisionismo*. abr. 1908. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1908/04/16.htm>>, acesso em: 13/07/2014a.
- _____. *O oportunismo e a falência da II Internacional*. jan. 1916. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>, acesso em: 13/07/2014b.
- _____. *O programa militar da revolução proletária*. set. 1916. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/09/programa.htm>>, acesso em: 13/07/2014c.

- _____. *Imperialismo e a cisão do socialismo*. out. 1916. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/10/imperialismo.htm>>, acesso em: 13/07/2014d.
- _____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. 1918. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/index.htm>>, acesso em: 13/07/2014e.
- _____. *Discurso a favor da resolução sobre a guerra*. abr. 1917. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/10.htm>>, acesso em: 13/07/2014f.
- _____. *Resolução sobre a guerra*. maio 1917. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/12.htm>>, acesso em: 13/07/2014g.
- _____. *Resolução sobre o momento atual*. maio 1917. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/16-03.htm>>, acesso em: 13/07/2014h.
- _____. *Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa*. ago. 1915. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1915/08/23.htm>>, acesso em: 13/07/2014i.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LÖWY, Michel. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”. In. *Outubro*, n. 1, 1998, p. 73-80.
- _____. “Por um novo internacionalismo”. In. *Revista Lutas Sociais* n. 5, 1998.
- _____. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: Contradições do capitalismo dependente e questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. 2011a. Tese (Doutorado) em História apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.
- _____. *A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh. São Paulo, jul. 2011b.
- LUKÁCS, György. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. “Meu caminho para Marx”. In: CHASIN, J. (Org.). *Marx hoje*. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1990, p. 119-135.
- _____. *Pensamento vivido - autobiografia em diálogo*. São Paulo: Editora Ad Hominem, 1999.
- _____. *Lenin*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

- _____. *Reforma ou revolução?* 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *Socialismo x mercado*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1995.
- _____. *El Fascismo*. Disponível em: <www.arquivomarxistanainternet.com.br/>, acesso em: 10 jul.2013.
- MARX, Karl. *O capital* v. 1. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *A burguesia e a contrarrevolução*. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.
- _____. “As lutas de classe na França de 1848 a 1850”. In: *A revolução antes da revolução* v. II. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.
- _____. “A Guerra civil na França”. In: *A revolução antes da revolução* v. II. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.
- _____. “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”. In: *A revolução antes da revolução* v. II. São Paulo: Expressão Popular, 2008c.
- _____. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O rei da Prússia e a Reforma Social", de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967).” In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *História do marxismo no Brasil* v. V. Campinas: Edunicamp,2002, p. 185-212.
- _____. “Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina atual”. In: *Revista Praia Vermelha* n. 2, v. 20. Rio de Janeiro / jul-dez 2010, p. 37-46.
- _____. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”. In: *Revista Outubro* n. 21. Rio de Janeiro, 2013, p. 83-117. Disponível em: <www.revistaoutubro.com.br>, acesso em: 13 maio 2015.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MÉSZÁROS, István. “Política radical e transição para o socialismo— reflexões sobre o centenário de Marx”. In: CHASIN, J. (Org.) *Marx hoje*. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial/Perseu Abramo, 1999.
- MORAIS, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

- MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (Org.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- NAVARRO, Pedro Alfonso Váldez. *Elementos teóricos em la formación y desarrollo del MIR durante el periodo de 1965-1960*. 2006. Tese (Doutorado) Universidad de Valparaíso Facultad de Humanidades, Instituto de Historia y Ciencias Sociales.
- NEGRI, Antonio. *Para uma definição ontológica da multidão*. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para uma definição ontológica da multidão - Antonio Negri.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para_uma_definicao_ontologica_da_multidao_-_Antonio_Negri.pdf)>, acesso em 17 out. 2014.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política*. Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- _____. *Crítica à razão dualista e o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Joelma Alves de. *Polop: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. 2007. Dissertação (Mestrado) em Sociologia apresentada à Unesp, Araraquara.
- PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *El nuevo desafío imperial*. SocialistRegister. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- _____. *El imperio recargado*. SocialistRegister. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. *Movimientos sociales y poder estatal*. Argentina, Brasil, Bolívia e Ecuador. México, D.F.: Editorial Lumen, 2005.
- _____. *Brasil de Cardoso*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20*. Taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- RAMPINELLI, Waldir José; FERREIRA, Alceu Conceição. *A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Editora Insular, 2001.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

_____. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004, p.38-39.

_____. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária — Polop (1961-1986).”. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J. *Revolução e Democracia*. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 63.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Edunesp, 1993.

_____. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores”. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 53-65.

SAGRA, Alicia. *A Internacional*. Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (Org.). *Capitalismo em crise*. A natureza e dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

_____. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, out./dez. 2012, n. 112, p. 672-688.

SANTOS, Theotônio dos. *O caminho brasileiro para o socialismo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Evolução histórica do Brasil*. Da colônia à crise da “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Teoria da dependência: Um balanço histórico e teórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *et al.* (Org.). *Globalização: Dimensões e alternativas*. Coleção Hegemonia e Contra-hegemonia (v. 2). São Paulo: Edições Loyola/PUC, 2004.

_____(Coord.). “Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano”. In: *A América Latina e os desafios da globalização*. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC- Rio/: Boitempo Editorial, 2009.

_____. *Imperialismo y dependencia*. Caracas:Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano v. 3 - O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo e Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SISCÚ, J.; PAULA, L.F. de; SILVA, R. M. B. *Por que Novo-desenvolvimentismo?* Versão Fevereiro 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo_jornal.pdf>, acesso em: 27 abr. 2011.

THALHEIMER, August. *Sobre o fascismo*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

_____. *A lenda do outubro alemão e outros escritos*. Coleção Marxismo Militante v. 5. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2013.

TROTSKY, Leon. *La lucha contra el fascismo*. Madri: Fundación Federico Engels, 2004.

_____. *O imperialismo e a crise da economia mundial: Textos sobre a crise de 1929*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

_____. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

_____. *A catástrofe alemã*. Disponível em: <<http://revistaiskra.wordpress.com/especiais-iskra-trotsky-e-engels/introducao-e-texto-a-catastrofe-alema/>>, acesso em 13 jul. 2014a.

_____. *Está na Alemanha a chave da situação internacional*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/11/26.htm>>, acessado em: 13 jul. 2014b.

_____. *Mais uma vez sobre Brandler e Tahlheirmer*. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/06/12.htm>, acesso em 13 jul. 2014c.

_____. *O perigo fascista paira sobre a Alemanha*. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/09/perigo.htm>, acesso em: 13 jul. 2014d.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. São Paulo. Expressão Popular/Clacso Livros, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

Sites

CEME – Centro de Estudios Miguel Enriquez: <<http://www.archivochile.com/>>.

Centro de Estudos Victor Meyer: <<http://centrovictormeyer.org.br/>>.

Fundação Perseu Abramo: <<http://novo.fpabramo.org.br/>>.

Marxists Internet Archive: <<http://www.marxists.org/>>.

O Comuneiro: <<http://www.ocomuneiro.com>>

PSTU -Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado <<http://www.pstu.org.br/>>.

Revista Outubro: <<http://outubrorevista.com.br/>>.

Revista Teoria e Debate: <<http://www.teoriaedebate.org.br/>>.

Ruy Mauro Marini Escritos <<http://www.marini-escritos.unam.mx/>>.